Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Quarta-feira, 25 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.564 • Diário • Ed. Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Público



Uso de água
A cada minuto, um milhão de garrafas de plástico são compradas

Ciência e Ambiente, 28



Domingo é o último dia
Na Feira da Luz, tachos e alguidares são protagonistas. E estão no sangue de uma família

Local, 18/19

Lei do Cinema
Um filme feito em Portugal por um imigrante é uma obra nacional? Depende

Cultura, 29

Governo prepara aumento do salário mínimo nacional para os 870 euros

A proposta para 2025, que deverá ser apresentada hoje, aponta para um valor bruto de salário mínimo acima do previsto no acordo de rendimentos (855 euros) e superior aos 820 euros em vigor Economia, 25

NUNO FERREIRA SANTOS



Greve na saúde prossegue hoje
Houve blocos operatórios encerrados e consultas adiadas

Sociedade, 15

Orçamento do Estado
Dizer "eleições antecipadas" é tabu de Marcelo e Montenegro

Os duodécimos, rejeitados por Montenegro, não travam novas medidas, mas, com o tempo, dificultam vida ao Governo Destaque, 2/3 e Editorial

Ministério Público
Empresário que financiava PSD-Madeira declarou salário mínimo

O principal arguido da operação que visou dirigentes próximos de Miguel Albuquerque ofereceu um Jaguar à companheira Sociedade, 12/13

Encomenda da CP
Alstom prevê construir mais de 100 comboios em Portugal

O presidente executivo da empresa revela que a fábrica será em Matosinhos e espera decisão do tribunal para avançar Economia, 24

Taxar super-ricos
Partidos querem que Governo apoie imposto global

Iniciativas do Livre, PS e PAN para a criação de um imposto sobre grandes fortunas debatidas hoje na Assembleia Política, 10

ISNN-0872-1548

Dizer “eleições antecipadas” é o tabu de Marcelo e Montenegro



Belém e São Bento fazem pressão para OE2025 ser aprovado, sem concretizar o que farão caso seja chumbado

Maria Lopes

Os avisos sobre a eventualidade de não haver Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) aprovado têm vindo a subir de tom por parte do Presidente da República e, na segunda-feira, a mensagem ficou condensada na ameaça de uma “crise política e económica”. Do lado do primeiro-ministro, a mensagem é parecida, com a afirmação de que governar em duodécimos “não é solução”. Porém, nenhum assumiu ainda o que pretende exactamente fazer se o OE2025 for chumbado.

A expressão “eleições legislativas antecipadas” parece, assim, ser o tabu dos discursos de Marcelo e Montenegro. Os dois rejeitam dizê-la textualmente, não respondem a perguntas sobre isso, embora o que vão dizendo aponte indirectamente no sentido de eleições se o Orçamento chumbar. Ambos se referem a negociações sobre o OE, à necessidade (imperiosa) de o viabilizar, e até ao que o país se arrisca se isso não acontecer (crise), numa dramatização que visa exercer pressão sobretudo no PS. Mas nenhum fala sobre qual deve ser a solução para o problema de o país não ter Orçamento do Estado.

Pelo contrário, quem fala insistentemente em eleições legislativas antecipadas é (há muito) André Ventura, líder do Chega, que acusa os opositores de as quererem provocar; e, agora, até o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, que, em simultâneo com o argumento de que “só não há orçamento se o Governo não quiser”, adverte agora que “só haverá eleições antecipadas se o Governo ou o Presidente da República quiserem”.

O Presidente evita responder se convocará legislativas antecipadas se o Orçamento chumbar – na prática, se segue ou contraria a sua bitola de 2021, em que colocou a espada sobre a cabeça de António Costa (e dos partidos à esquerda) ainda na Primavera desse ano, ameaçando dissolver a Assembleia e convocar eleições, se o Orçamento do ano seguinte não fosse aprovado. Na altura, já o Bloco votara contra um orçamento e o PCP apertava o cerco a Costa com insistência. Assim, os partidos, ao contrário de hoje, partiram para a negociação do OE já com certezas sobre as consequências de um chumbo.

Marcelo foge à pergunta

Há uma semana, citando fonte de Belém, o *Correio da Manhã* noticiou que o Presidente já decidiu que se o OE2025 chumbar haverá eleições antecipadas. Apesar das insistências dos jornalistas, Marcelo ainda não desmentiu essa informação, mas também não confirmou.

No discurso no conselho nacional de segunda-feira, o líder do PSD usou argumentos decalcados dos de Marcelo, como o contexto de guerra e incerteza europeia e mundial, e a convicção que ambos partilham de que “os duodécimos não são solução” para governar. Uma visão até contrária à de Cavaco Silva – em quem Montenegro se tem inspirado –, que em Julho se afirmou “contra eleições antecipadas”, defendendo que “não há nenhum drama se o OE não for aprovado” e que o país pode perfeitamente viver em duodécimos.

O primeiro-ministro pediu um “imprescindível e imperioso (...) sentido de responsabilidade de Estado” para as próximas semanas, desafiou a oposição a assumir a “responsabilidade de rejeitar o Orçamento”, mas nada disse sobre o futuro daí para a frente. Referiu-se por uma vez a eleições apenas para falar do passado e advertir ser preciso ter a “noção de que tivemos duas eleições legislativas seguidas e que, a haver umas terceiras, seriam as terceiras em três anos” – a menção, garantiu, não era qualquer “chantagem ou pressão política”. Em Julho, e já falando sobre a negociação do OE, defendeu que o PS tem de deixar o Governo aplicar o seu programa, uma vez que não o rejeitou no Parlamento, e que o seu executivo minoritário só deveria cessar funções se derrubado por uma moção de censura – indirectamente, admitia governar em duodécimos.

Esse tabu estende-se ao resto do Governo. Na semana passada, o ministro da Presidência foi peremptório: “O Governo não fala de eleições.” António Leitão Amaro atirou o ónus dessa discussão para “um ou dois partidos que não param de falar em eleições”. Dias antes, fora o ministro dos Assuntos Parlamentares, em entrevista ao PÚBLICO-Renascença, a remeter a responsabilidade da decisão para Marcelo, e a argumentar que o PSD defendia convocação de eleições em caso de chumbo de um orçamento quando estava na oposição, mas “agora está no Governo” e põe “todas as fichas na aprovação”.

> **Montenegro apenas admitia cair através de uma moção de censura, mas agora passou a ideia de que só governa com Orçamento aprovado**

E, no início de Agosto, o ministro das Finanças a avisava: “Se a oposição desvirtuar o Programa do Governo [na votação do OE2025], teremos de perguntar aos portugueses se aceitam.” Estava a falar de legislativas antecipadas? “Isso é uma decisão que teremos de tomar”, disse apenas.

“São estratégias de pressão e negociação previsíveis à medida que nos aproximamos do momento da decisão”, considera António Costa Pinto sobre esta falta de assertividade acerca de um eventual chumbo do OE. O politólogo acredita que o discurso ainda se radicalize mais. Até porque, “se [o OE2025] passar, não será o produto de qualquer acordo sorridente, mas antes do pragmatismo político do que os partidos considerarem melhor para a sua estratégia”.

Do lado do PS, salienta Costa Pinto,

DANIEL ROCHA

Marcelo e Montenegro evitam usar a expressão "eleições antecipadas", mas mantêm a pressão para que o OE seja aprovado

optou-se pela "disponibilidade para negociar desde que de forma aberta e pública". Porquê? Porque assim Pedro Nuno Santos "mostra ao seu eleitorado que as medidas A e B, que devolvem algo aos portugueses, dependem das exigências que o PS impôs ao Governo". Na prática, faz aquilo que não fez quando era Governo e estava dependente do PCP e do Bloco, com quem negociava em segredo. É exactamente o que Montenegro quer agora fazer, como aconteceu com a IL e o Chega nesta segunda-feira e tentou com os socialistas.

Nesta "estratégia calculista" dos partidos, "eleições antecipadas é algo que, em princípio, não interessa a ninguém. Por isso, não falam nelas", em especial o PSD e o CDS, aponta Costa Pinto. Considera que Marcelo também não o faz, porque desta vez "a sua opção será tentar forçar a negociação sem ser tão directo e intrusivo como em 2021". O politólogo não crê que se trate de medo de perda de popularidade de Marcelo, mas por ser "genuinamente a sua opinião". Caso convoque legislativas antecipadas, será a quinta vez em menos de nove anos de mandato — e Marcelo já é o chefe de Estado mais "dissolvente" de sempre.

Impostos

Iniciativa Liberal propõe redução do ISP e revisão de escalões do IRS

Fernando Costa

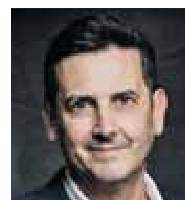
A Iniciativa Liberal (IL) vai propor a redução do Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) no Orçamento de Estado para 2025 (OE) e desafia Pedro Nuno Santos a aprovar a medida. O partido liderado por Rui Rocha vai também apresentar, mais uma vez, a proposta de IRS baseada em duas taxas (15% e 28%).

Rui Rocha argumenta que Portugal é um país com "poucas soluções de transporte, más soluções de transporte" e que continua a "ter uma percentagem muito alta de custo dos combustíveis relativamente a impostos". Pelo que desafiou o secretário-geral do PS — que "antes de estar preocupado com a questão das agendas e das reuniões", estava "muito preocupado com o custo dos combustíveis" — a votar a favor da proposta dos liberais para a redução do ISP. "Se está preocupado com o custo dos combustíveis, Pedro Nuno Santos tem boa solução: no Orçamento vota a favor desta proposta da IL, ao contrário do que o PS tem feito em orçamentos anteriores", afirmou, em conferência de imprensa.

Rui Rocha adiantou que o partido vai voltar a apresentar a proposta de IRS baseada em duas taxas (de 15% e 28%), à semelhança do que aconteceu em orçamentos anteriores. A medida, considerou, é um "contributo da IL para resolver um problema que o Governo criou a si próprio" com o IRS Jovem. "A proposta do IRS Jovem põe em causa o princípio da tributação pelo rendimento e passa a ser uma tributação por idade. [O Governo] está a criar a si próprio e ao país um problema."

Ainda assim, vincou a distância que separa os liberais "daqueles que dizem 'o IRS Jovem não, porque queremos que os impostos continuem altos'". "O que dizemos é que é possível que os impostos desçam para todos", sustentou.

Caso a medida do IRS em duas taxas não seja aprovada, Rui Rocha já apresentou uma alternativa, anunciando que vai pedir ao Governo para "pelo menos" actualizar os escalões de IRS que nos "últimos anos, com o Governo de António Costa, não foram actualizados". E alertou também para o facto de ser possível, com o modelo actual de IRS, que "pessoas que ganham o salário mínimo acabem por pagar IRS". A IL vai, portanto, propor ao Governo que altere o mecanismo que permite estas situações, no sentido de impedir que alguém que ganha o salário mínimo nacional "em qualquer circunstância" possa pagar o imposto.



Rui Rocha diz que posição da IL sobre o OE para o próximo ano continua em aberto

Neste primeiro conjunto de propostas da IL, consta ainda um conjunto de alterações a aplicar aos trabalhadores independentes, através da redução das retenções em sede de IRS ou o fim da obrigatoriedade do pagamento por conta.

Sobre o momento político Rui Rocha disse que os liberais não querem participar na actual "novela orçamental", caracterizada por um "teatro" em torno de hipotéticos avanços e recuos — "um espectáculo lamentável", que considerou "não responder aos anseios dos portugueses". O líder da IL garantiu ainda que o partido ainda não tomou qualquer posição (em termos de possível sentido de voto) relativamente à proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano. **Com Lusa**

Cenário de "chumbo" do OE

Duodécimos não travam medidas, mas tempo é inimigo

Sérgio Aníbal

O chumbo do Orçamento e a entrada em regime de duodécimos não impossibilita a passagem à prática dos aumentos de salários e de pensões previstos para 2025 ou das medidas económicas já aprovadas pelo Parlamento, como a redução do IRS. No entanto, quanto mais o impasse se arrastar, maiores serão os obstáculos que se poderão colocar ao normal funcionamento do Governo.

Em caso de chumbo da proposta de Orçamento pelo Parlamento, o país entraria em 2025, tal como já aconteceu em diversas situações no passado, naquilo a que a legislação classifica de "período transitório", mas que normalmente é mais conhecido como "regime de duodécimos".

Na prática, o Orçamento do Estado (OE) de 2024 permaneceria em vigor, nomeadamente naquilo que diz respeito aos limites de despesa e de endividamento autorizados pela Assembleia da República e o executivo ficaria autorizado, em cada mês do novo ano, a executar um duodécimo do valor da despesa anual prevista no OE do ano anterior.

As medidas aprovadas fora do OE, mesmo tendo um impacto orçamental em 2025, continuam em vigor, assim como os aumentos salariais e de pensões decorrentes de opções do executivo ou da legislação. Estão neste caso, medidas como a redução adicional do IRS, a isenção do pagamento de portagens, a valorização de carreiras na função pública ou o aumento de pensões.

A questão que se coloca é se com os limites anuais impostos no OE2024 o Governo conseguirá em cada mês de 2025 executar todas essas medidas e ainda dar resposta a outras necessidades que apareçam. Há motivos para pensar que, pelo menos durante uma boa parte do ano, isso é possível. Um deles é o facto de a aplicação do regime de duodécimos se ter tornado, a partir de 2022, particularmente flexível.



Joaquim Miranda Sarmento

Nesse ano ficaram definidas na Lei de Enquadramento Orçamental diversas excepções ao limite de execução em cada mês de um duodécimo da despesa anual autorizada. Por exemplo, em caso de chumbo do OE, o Governo poderá em 2025 gastar em cada mês mais em prestações sociais, pensões ou salários do que o valor correspondente a um duodécimo da despesa total prevista no OE de 2024.

À medida que o final do ano se aproximar, contudo, apesar da flexibilidade oferecida à despesa mensal, o limite anual de cada uma destas despesas poderá começar a ser ameaçado (assim como o limite de endividamento). Neste caso, o que poderia ajudar o Governo a viver ainda mais tempo em duodécimos é o facto de os orçamentos em Portugal disporem - e o OE2024 não será excepção - de margens de segurança muito significativas.

Os limites de despesa definidos para cada ano têm ficado bastante longe de ser atingidos — no OE 2023, a execução da despesa ficou 4299,4 milhões de euros abaixo do tecto estipulado. Tudo leva a crer que o OE2024, elaborado ainda pelo anterior Governo, também contenha esta margem, que pode agora ser útil a um executivo que, em 2025, tenha de viver em regime de duodécimos.

De qualquer modo, uma coisa é certa, quanto mais tempo o país demorar a aprovar um novo Orçamento, mais dificuldades sentirá o Governo a fazer face aos compromissos e, ainda mais, a definir novas prioridades. E isso tornar-se-ia particularmente notório, se o OE2024 ainda continuasse em vigor em 2026. Fernando Medina alertou recentemente para os problemas de um cenário desse tipo. Num artigo de opinião publicado no Negócios, o ex-ministro das Finanças assinala que, caso o actual Presidente da República optasse por não marcar novas eleições legislativas em 2025, "teria de ser o novo Presidente (eleito em Janeiro de 2026 e empossado em Março) a marcá-las para o segundo semestre de 2026".

Para Medina, isso já seria tempo a mais sem Orçamento, "para dar respostas em muitas dimensões".

Espaço público

Uma novela em duodécimos

Editorial



Helena Pereira



Seria tudo mais fácil se o primeiro-ministro, Luís Montenegro, escolhesse com quem quer efectivamente negociar o Orçamento, em vez de fazer reuniões "discretas" com uns partidos e públicas com outros

Na contagem decrescente para a apresentação do Orçamento do Estado para 2025, o país parece debater mais o que são duodécimos e por que razão eles devem ser vistos como uma ameaça à prosperidade do que propostas concretas sobre as prioridades para o próximo ano.

O país viveu em duodécimos nos primeiros cinco meses de 2022, quando o Governo de António Costa falhou a aprovação do Orçamento do Estado desse ano depois de os partidos da esquerda terem decretado a morte da "geringonça".

Também já tinha vivido assim em 2016, nos primeiros três meses do ano, após António Costa ter derrubado (quase) sem aviso o segundo Governo de Pedro Passos Coelho através de uma moção de censura.

Porém, nunca o país esteve na situação de viver um ano inteiro em duodécimos, após o chumbo de um Orçamento.

Sabemos também que o actual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, considera que um chumbo agora abriria uma grave "crise política e económica", enquanto o anterior Presidente Cavaco Silva não vê "nenhum drama" nos duodécimos, lembrando, aliás, o caso espanhol, em que o Governo de Pedro Sánchez viveu dois anos neste regime.

Seria tudo mais fácil se o primeiro-ministro, Luís Montenegro, escolhesse com quem quer efectivamente negociar o Orçamento, em vez de fazer reuniões "discretas" com uns partidos e públicas com outros, quando sempre disse não reconhecer ao Chega o estatuto de parceiro credível. E também seria tudo mais fácil se o Presidente da República não usasse a palavra presidencial para pressionar apenas os socialistas e, em vez disso, pressionasse também a coligação do Governo que só tem dois deputados a mais do que o PS e que sabia, desde a primeira hora, a terrível tarefa que teria pela frente no Parlamento.

E, já agora, em vez de proclamações estridentes de mera retórica, Montenegro poderia aproveitar para, na sexta-feira, quando se sentar à mesma mesa com Pedro Nuno Santos, discutir com o maior partido da oposição uma série de outras matérias em que o país agradece que haja decisões e o consenso possível. É o caso, por exemplo, da escolha do nome do novo procurador-geral da República, ou a reforma da Justiça, ou como preencher o vazio na coordenação da Segurança Interna, evidenciado na forma como foi gerido o episódio da fuga de reclusos da cadeia de Vale de Judeus.

Este clima de campanha eleitoral começa a tornar-se insustentável, pois já se percebeu que a vontade de diálogo não passa de uma artificialidade. E os portugueses não merecem assistir a esta novela.

CARTAS AO DIRECTOR

Orçamento aprovado

As últimas 24/48h foram muito clarificadoras quanto ao Orçamento do Estado 2025. (...). As minhas conclusões são : 1) Sim, vai haver Orçamento aprovado, isso é seguro, eu garanto; não vai haver eleições, podemos estar descansados (quanto a isto...). 2) Ninguém faz a mínima ideia neste momento, incluindo Luís Montenegro (!), de qual vai ser o Orçamento que vai ser aprovado, e é isto que torna o assunto empolgante. 3) O Governo está a trabalhar em duas versões do OE: a versão 1 para aprovar com o PS e a versão 2 para aprovar com o Chega e a IL. Mas notem: o *défici*t ou o *superavit* em ambos os OE vai ser igual; a forma de lá chegar é que será algo diferente. 4) Na 25.ª hora Luís Montenegro vai decidir qual dos OE vai apresentar ao Parlamento e, consequentemente, qual deles vai ser seguramente aprovado. É isto. Julgo que os *timings* legais mandam que esta decisão seja tomada nas próximas duas a três semanas. Logo veremos qual dos OE é aprovado. Estejam preparados para tudo!

Fernando Vieira, Lisboa

Irmandade discreta

Sobre as reuniões, não reveladas oficialmente, de Luís Montenegro (L.M.) com Rui Rocha e André Ventura, escreve o PÚBLICO que o gabinete de L.M. informou que "não há reuniões secretas na residência oficial do primeiro-ministro". "Para completar o xadrez da dramatização" orçamental, acrescenta este jornal, L.M. veio esclarecer que foram, antes, reuniões "discretas". Este vocabulário coincide com a terminologia maçónica, "Ordem discreta, não secreta". Quem diria que o Governo português se equipara a uma obediência maçónica?!

Marcial Rodrigues, Évora

Temo pelos meus netos

Sou, por formação e convicção, um democrata e lendo a crónica de Pedro Norton no PÚBLICO de 24/9 penso que nela o autor toca no cerne, no âmago, do problema das democracias, no fundo a contradição entre rapidez e profundidade, equilíbrio impossível ainda mais quando a primeira é, no imediato, percebida e sentida por todos e a segunda só pelos que se dedicam a pensar o futuro (...). Estas são as razões por que não sou optimista quanto à capacidade de as democracias, poluentes e poluidoras, "encontrarem" o caminho para conseguir que o aquecimento global do planeta não exceda as metas que, de conferência internacional em conferência internacional, crescentemente estão e irão sendo definidas. Temo pelos meus netos e os filhos deles.

Jorge Mónica, Parede

Ministra e sindicato

Tem despertado alguma curiosidade, se não mesmo justificada perplexidade, o modo e a linguagem imperativa usada pelos dirigentes do Sindicato Independente dos Médicos no seu confronto com o Ministério da Saúde na busca da aceitação das suas reivindicações onde constam as melhorias das condições de trabalho e acertos remuneratórios. Ainda se pedissem, como é bom uso entre nós, mas não, exigem, parecendo querer obrigar o interlocutor à obediência das suas reivindicações, onde emerge a demissão da titular da Saúde quando estão apenas decorridos cinco curtos meses de governação. Fique claro que reconhecemos e estamos solidários com as justas reivindicações dos médicos, mormente as condições em que exercem a sua actividade e as remunerações nada adequadas às suas responsabilidades. Conhecemos bem os hospitais e como é penoso e perigoso o trabalho dos médicos (...). Estamos em crer e desejamos sinceramente é que o diálogo entre as partes continue, seja intenso, civilizado e justo, capaz de obter consensos para bem de todos e deixe testemunho de que sabemos caminhar nas veredas democráticas.

José Manuel Pavão, Porto

Cadastro das terras

Ouvi-o hoje (23/9) no *Jornal da Tarde* da RTP1, pela voz de presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis: o cadastro das terras é fundamental para poder notificar os proprietários das mesmas de que têm de as limpar; mas para que serve cadastrar se "há impedimentos legais" (sic) que não permitem essa notificação? Isto num país que tem a mais elevada percentagem europeia de propriedade privada na floresta (80%? 90%?). Dizem-me alguns que os proprietários nem sequer sabem que o são, será? E os que o sabem e não cumprem? Os primeiros nada terão a obstar que as terras passem para posse do Estado e os segundos terão de ser obrigados, por coimas ou judicialmente, a limpar o que possuem.

Fernando Cardoso Rodrigues, Porto

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

É estupidez pedir aos deuses aquilo que se pode conseguir sozinho
Epicuro (341-271 a.c.), filósofo grego

O NÚMERO

85,4

Valor (em pontos) da confiança dos empresários alemães, ao nível mais baixo de oito meses

Meus queridos fracassos

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Uma longa série de fracassos vale mais do que o maior triunfo. Um fracasso é a melhor desculpa de todas para mudar de ares, de ramo, de vida, de paradigma.

O fracasso permite começar de novo. Devolve-nos a juventude, o entusiasmo, a esperança, e aquela comichão de não parar quieto que é sinal seguro de ter sangue na guelra.

Um fracasso dá-nos a razão perfeita para saltarmos dali para fora e abraçarmo-nos à primeira novidade apetitosa que nos passar à frente do nariz.

Um fracasso permite-nos queixar: "Eles é que não quiseram! O que é que se há-de fazer?"

Quando a culpa é do mercado, todos têm autorização para beber mais um copo e festejar o próximo golpe.

Já em criancinha percebi que sucesso vem de sucessão – só não sabia que era de uma sucessão de fracassos, e que qualquer sucesso que nos espere há-de forçosamente suceder a seguir ao fracasso mais fresquinho.

Já em criancinha desconfiei que o conselho que mais nos dão tem a ver com a nossa atitude perante o fracasso.

Parece violento pedir à criança que acaba de cair do cavalo que volte imediatamente a montá-lo. Mas a solução, como dizem Fred e Ginger, é sempre *"pick yourself up, dust yourself off, take a deep breath and start all over again"*.

Leva tempo a perceber a ideia: a vida é uma sucessão de fracassos, ocasionalmente levedada por um bolinho de triunfo com chocolate, mas, para gozar essa longa série de fracassos a que todos temos direito, é preciso não perder tempo entre fracassos.

Os triunfos são doces mas facilmente teriam sido fracassos também: não se pode levá-los a mal. Mas têm uma grande desvantagem: amarram-nos. As pessoas são todas criancinhas deitadas na cama, a pedir para contar outra vez a mesma história, e para cantar outra vez aquele êxito de 2016 que já não aguentamos ouvir, muito menos cantar.

O êxito está casado com a repetição e, quando já não aguenta mais, dá uma facadinha com a amante, que é a Monotonia.

Já o fracasso é um namoradeiro sem remédio.

ZOOM DOHA, QATAR

IBRAHEEM ABU MUSTAFA/REUTERS



Ursos de peluche, simbolizando as crianças que perderam a vida em Gaza desde 7 de Outubro, colocados à venda numa exposição organizada pela Qatar Charity, em que os lucros são doados ao povo de Gaza

P

publico.pt 

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

Sustentabilidade: debater para liderar



Paulo Lopes Marcelo

Portugal tem, ao longo dos anos, revelado um forte empenho na construção de uma sociedade mais sustentável, assumindo o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um compromisso inadiável, mas - ainda que bem posicionado, se comparado com os 193 países que subscreveram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – o nosso país está ainda longe de alcançar a sua concretização plena.

Torna-se, pois, evidente que, para promover uma sociedade mais justa e enfrentar os principais desafios globais, como as alterações climáticas ou as desigualdades sociais, são necessárias ações urgentes, concretas e coordenadas que coloquem Portugal no caminho certo do futuro.

A sustentabilidade é, cada vez mais, uma necessidade prioritária, pelo que adotar e promover práticas sustentáveis já não pode ser visto como secundário.

Nesse sentido, é essencial concretizar e aprofundar a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas e promover iniciativas em áreas estratégicas. No setor energético, por exemplo, Portugal está entre os países europeus que lideram a produção de energia limpa. Todavia, a sustentabilidade não se limita às áreas do ambiente e da energia.

Cada decisão que tomamos hoje terá repercussões diretas nas gerações futuras, assim como cada política pública que privilegie a educação e o combate à pobreza, cada investimento em infraestruturas verdes e na economia circular, cada ato que beneficie os ecossistemas e o bem-estar contribuirá para desenhar um futuro mais próspero e amigo das gerações vindouras.

É vital ter presente que a mudança real só será possível quando a sustentabilidade for integrada em todas as vertentes da vida pública, quando cada um de nós estiver plenamente consciente de que muitas das próprias ações quotidianas, por mais insignificantes que pareçam, têm um enorme impacto.

Hoje, Dia Nacional da Sustentabilidade, o Governo reforça o compromisso de continuar a trabalhar de forma a assegurar o cumprimento desta agenda transformadora que seguramente tornará Portugal um país mais justo, inclusivo e resiliente.

Nos últimos meses, foram diversas as medidas implementadas pelo Governo, em várias áreas, que contribuíram para que o país seja um agente ativo na execução destas metas. A duplicação da consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais, a gratuitidade dos medicamentos para os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, bem como a reformulação do Porta 65, colocando o jovem em primeiro lugar, são alguns dos exemplos de políticas públicas que criam impacto.

Queremos impulsionar o desenvolvimento sustentável e sensibilizar toda a sociedade portuguesa para este desafio global. Os ODS são a bússola que norteia este caminho e, tal como afirmou o secretário-geral das Nações Unidas, no início desta semana, durante a Cimeira do Futuro que decorreu em Nova Iorque, estes objetivos não são uma mera lista, já que carregam a esperança, os sonhos, os direitos e as expectativas das pessoas de todos os cantos do mundo. Estamos, no entanto, plenamente conscientes de que só alcançaremos as metas se houver um esforço conjunto – do Estado, autarquias, empresas, associações e de cada cidadão.

O Governo promoverá em breve uma assembleia participativa dedicada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Como tal, o Governo promoverá, em breve, um encontro aberto aos vários setores da sociedade civil para estabelecer pontos de diálogo e recolher contributos. Será uma *assembleia participativa* exclusivamente dedicada aos ODS, o que, por um lado, reflete a centralidade dada ao tema por este executivo e, por outro, está em linha com os sucessivos apelos do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, para que as novas gerações, bem como os vários setores da sociedade, em especial ONGD e IPSS, sejam ouvidos e chamados a participar no processo de decisão.

Acreditamos que este será um passo estratégico fundamental para a definição de uma abordagem conjunta e para que o país possa tornar-se um exemplo a seguir, uma vez que o desenvolvimento, a sustentabilidade e o compromisso coletivo estão intrinsecamente relacionados: não há desenvolvimento sem sustentabilidade e não há sustentabilidade sem um compromisso que envolva todos e cada um.

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Dia Nacional da Sustentabilidade. Daremos por isso?



André Moz Caldas

No ano passado, o anterior Governo determinou que o dia 25 de setembro seria o Dia Nacional da Sustentabilidade. A data não é aleatória, correspondendo ao dia em que, em 2015, foram adotados pelas Nações Unidas os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O desenvolvimento sustentável, na formulação tradicional proposta por Gro Brundtland em 1987, é um modelo de "desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades". É uma responsabilidade intergeracional, mas também internacional, na medida em que os países que mais sofrem as consequências das alterações climáticas são, em regra, os que menos contribuem para elas. É um conceito fortemente radicado na ideia de justiça e na ética ambiental. E é essencial para mitigar os fenómenos ambientais adversos, cada vez mais frequentes, como a seca extrema, e para nos proteger deles. Os portugueses sabem bem o que está em causa, como tragicamente todos fomos novamente recordados nas últimas semanas.

Na sequência das conclusões do 2.º Relatório Nacional Voluntário apresentado por Portugal no Fórum Político de Alto Nível sob os auspícios do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em julho de 2023, o Governo de então aproveitou a primeira celebração do Dia Nacional da Sustentabilidade para apresentar os eixos de um documento que designou Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Este Roteiro era visto como um documento de importância estratégica para assegurar a coerência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e para acelerar a contribuição nacional para os ambiciosos objetivos definidos à escala global. Os seus quatro eixos eram: (i) Melhorar a atividade de monitorização e avaliação do progresso face aos ODS, incluindo a adaptação do painel de Metas/Indicadores globais da Agenda 2030; (ii) Adoptar um Quadro Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável; (iv) Garantir coerência e alinhamento das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável; e (iv) Aumentar os níveis de apropriação e conhecimento público da Agenda 2030.

Acresce que se procurava abranger todas as camadas da governação (*whole-of-government*), nacional, regional e local, bem como de toda a sociedade (*whole-of-society*), através do envolvimento de um conjunto alargado de partes interessadas relevantes, designadamente representantes de grandes grupos, como a juventude ou as mulheres. Muito relevante para esta abertura à sociedade era a fixação do quinto eixo específico sobre apropriação e conhecimento público desta Agenda.

Por esse motivo, a apresentação dos eixos do Roteiro foi acompanhada da apresentação da marca PT Sustentável e do respetivo portal na Internet (*https://ptsustentavel.gov.pt*). Antes de cessar funções, o XXIII Governo colocou o Roteiro em consulta pública.

Um ano depois, o que sabemos desta estratégia? Infelizmente, nada. Não se conhece o resultado da consulta pública realizada a respeito do Roteiro, tão-pouco se esse desconhecimento revela que as autoridades abandonaram a sua elaboração, com a qual o país estava internacionalmente comprometido. Se for este o caso, de que modo tenciona o atual Governo acelerar o contributo nacional para os ODS?

Por outro lado, o *site* PTSustentável parece já não se encontrar disponível, aparentemente por caducidade do respetivo domínio na Internet. No fundo, não se conhecem iniciativas governamentais concretas destinadas à promoção do desenvolvimento sustentável, para além de aberturas ou encerramentos de conferências organizadas pela sociedade civil ou pela academia.

Mesmo a preparação da posição portuguesa na Cimeira do Futuro, realizada há dias em Nova Iorque, terá sido levada a cabo sem que se conhecessem iniciativas públicas a esse respeito. Isto no pressuposto de que existiu uma "posição portuguesa". Mais uma vez, foi a sociedade civil que esteve à altura, por exemplo, através da conferência "*Paving the Way to the Pact of the Future*", organizada pela Sustainable Development Solutions Network Portugal, no passado mês de junho.

O país não deve perder o que conquistou em torno da elaboração do 2.º Relatório Voluntário Nacional. Este dia 25 de setembro é o Dia Nacional da Sustentabilidade. Daremos por isso?

Ex-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

A bloquização do PS



Maria João Marques

O vazio é tal que tem de se socorrer de um assomo serôdio de causas fraturantes para aparecer no debate público

O PS de 2024 tem semelhanças que não são meras coincidências com o PSD de 2015. Nessa altura, o PSD, que havia passado muitos anos garantindo que não era um partido de direita, nem de centro-direita, a ser alguma coisa seria um partido de centro-esquerda (vi muitos achaques de conhecidos militantes tradicionais quando ouviam que a aliança natural do PSD era com o CDS, jurando a pés juntos proximidade ao PS), entendeu que tinha de fazer prova inabalável de pertença inquestionável à direita. Houve deriva conservadora, houve experimentalismos pela nova direita (André Ventura não nasceu no vácuo, diria alguém da ONU). No partido, mais importante que ganhar eleições era ganhar o carimbo da direita e do antissocialismo. Validação ideológica valorizava-se mais que convencer eleitores.

Os resultados desta estratégia não foram magníficos. De seguida veio Rui Rio e ninguém o podia acusar de ser de direita. Sucede que – má sorte para os eleitores - continuava igualmente impávido e indiferente aos temas que contavam para a vida dos cidadãos. As propostas mais aguerridas (além de terminar com os debates quinzenais, que, ocorrendo em Lisboa, eram uma maçada) giravam à roda de uma revisão constitucional e de uma reforma da Justiça – ambas (mesmo se necessárias e, sendo, não obrigatoriamente no sentido proposto por Rui Rio) a anos-luz de distância das preocupações médias dos eleitores.

Os resultados continuaram não magníficos. Apenas quando o PSD se recentrou, e abandonou retóricas castigadoras do eleitorado, culpando os mais idosos pelas incertezas da segurança social, o elogio da austeridade, o moralismo sobre o consumo e a procura interna, e a deriva conservadora começou a seduzir os eleitores centristas.

O PS está igual. Olhando para o partido, a ideia que fica é querer mostrar tanta irreverência de esquerda e radicalismo quanto o Bloco de Esquerda. O melhor exemplo é Bruno Gonçalves, um dos novos eurodeputados do PS, que se apresenta no Parlamento Europeu com um *keffiyeh* ao pescoço e um *pin* de uma melancia ao peito. Quiçá não sabe que fica mal a um político europeu usar símbolos associados a culturas não exatamente democráticas nem amigas dos direitos humanos (e particularmente benevolentes com a corrupção governativa). Nem que está no Parlamento Europeu para defender os interesses dos europeus, não dos palestinianos de Gaza, cujo governo (se é que se pode chamar tal coisa ao Hamas), de resto, é aliado dos maiores inimigos da Europa: Rússia e Irão.


DANIEL ROCHA



O PS está isto – agenda radical fraturante (e anacrónica), das melancias ao aborto

Para os lados da direção nacional do partido, o cenário é igual. Vê-se na vozearia sobre as negociações para o Orçamento de Estado, incompreensível tanto do lado do PS como do PSD – mas que, seja o OE aprovado ou rejeitado, beneficiará o PSD. Ou na absurda crítica de Pedro Nuno Santos porque um ministro, e presidente de um dos partidos da coligação governamental, afirmou uma posição tradicional e consensual do Estado português: Olivença é portuguesa.

Claro que todo o episódio foi de pantomina (pobres dos olivenses se tivessem de se tornar portugueses). Porém, é penoso ver um líder de um partido que foi governo nos últimos oito anos criticar um ministro por afirmar uma posição de soberania territorial incontestada, com a desculpa lírica de beliscar as relações com Espanha. Portugal não deve defender os seus interesses face a Espanha? Só pode falar quando o Governo espanhol dá a bênção? Pedro Nuno Santos parece pensar que sim.

Ao lado da balbúrdia sonora a propósito e a despropósito de tudo, temos o conteúdo das propostas do PS. O vazio é tal que tem de se socorrer de um assomo serôdio de causas fraturantes para aparecer no debate público.

Uma é a eutanásia. Durante oito anos, o PS fez má lei atrás de má lei para regular a eutanásia (algo com que por princípio concordo e via como necessário). E só a aprovou no estertor dos governos PS. Indicia a lei estar tão bem feita que a provedora de Justiça a julga inconstitucional e pediu fiscalização ao Tribunal Constitucional. No entanto, vem agora o PS em grande estrépito criticar o atual Governo por, em quatro meses, não regulamentar a lei – a tal que o PS demorou oito anos para fazer, e mal.

Mais sintomática é a bandeira de alargar o prazo de aborto legal para as 12 semanas. Este então é mesmo um problema inexistente. A lei portuguesa – surpreendentemente para uma lei socrática – funcionou bem: o número de abortos tem diminuído; não há mulheres com sequelas dramáticas de abortos ilegais. O tempo de gestação médio das mulheres que interrompem a gravidez por sua vontade foi em 2022 de 7,46 semanas, o que mostra que as mulheres têm juízo e, querendo abortar, fazem-no o mais cedo possível. De resto, para o bem-estar físico e psicológico das mulheres, o incentivo deveria ser para o aborto precoce. (Na verdade, a única parte que faz sentido na proposta do PS é mesmo a eliminação do período de reflexão: tira-se pelo menos três dias ao tempo de gestação em que se faz o aborto e não se trata as mulheres como tolinhas que não pensam no que vão fazer se médicos e enfermeiros não lhes dizem para refletir.)

Como a proposta só tem finalidade de criar *frisson*, sem qualquer recém-descoberto critério científico ou vindo das estatísticas dos abortos feitos em Portugal, inicialmente o prazo seria de 12 ou 14 semanas de gravidez, tanto fazia. Depois perceberam que não haveria vaga de fundo e ficaram pelas 12 semanas.

O que o PS propõe é uma mudança cirúrgica, indiferente, sem qualquer efeito prático e que não aquece nem arrefece politicamente ninguém. O único objetivo é disfarçar o vazio narrativo do partido. E, mais uma vez, perguntamo-nos: porque não fizeram as alterações à lei da IVG durante os oito anos em que PS foi Governo, com uma maioria de esquerda no Parlamento?

Não há nada que festejar aqui, porque o acantonamento do PS à esquerda leva a pior oposição e menor perigo de alternância para o PSD – e a falta de oposição robusta dá demasiado à-vontade a qualquer governo e desincentivo para aprimorar a governação. O PS está isto. Agenda radical fraturante (e anacrónica), das melancias ao aborto, porque os socialistas precisam muito de se validar como militantes de uma esquerda que os extremos não desdenham. E os assuntos que elegem estão aí em 4519.º lugar nas prioridades dos eleitores. Boa sorte.

Economista. Escreve à quarta-feira

O porquê de o PCP ter batido com a porta ao PS em Lisboa

Até à última hora, PS manteve a esperança de conseguir ter o PCP dentro da frente de esquerda na capital, mas comunistas preferem concorrer apenas com o PEV

Ana Sá Lopes

Pedro Nuno Santos defende, desde os primeiros tempos de jovem líder distrital da JS, um entendimento do PS à sua esquerda. Uma das suas derrotas pessoais será, nas próximas autárquicas, não poder contar com o Partido Comunista, pelo menos na forma de coligação pré-eleitoral.

A tentativa para conseguir uma aliança com o PCP começou há muito tempo, ainda a agora eurodeputada Marta Temido era presidente da concelhia de Lisboa do PS.

O primeiro contacto com o PCP ainda foi feito por Marta Temido, que se reuniu com um dos homens-fortes do PCP, Jorge Pires, e as portas ficaram entreabertas. No entanto, o PCP vincou que a questão programática seria decisiva.

Mas a possibilidade da repetição de uma coligação como a de 1989, que levou Jorge Sampaio à presidência da Câmara de Lisboa, parece totalmente enterrada. E mesmo com o PS a manifestar, junto do PCP, que os comunistas não seriam prejudicados nas negociações para uma frente de esquerda, o PCP achou que ganhava mais em ir sozinho. Uma grande razão é o trauma da "geringonça" – a aliança parlamentar do PS com PCP, PEV e Bloco de Esquerda constituída em 2015 – que penalizou eleitoralmente o PCP.

Ainda que os comunistas não mostrem arrependimento pela decisão de 2015, os resultados eleitorais contam uma história. Depois de obter 8,25% em 2015, o PCP desceu para 6,34% dos votos em 2019, perdendo quase 30% do seu eleitorado. Em 2021, depois de o PCP (o BE já o tinha feito no ano anterior e voltaria a repetir) ter chumbado o Orçamento do Estado para 2022 e o Presidente da República ter dissolvido a Assembleia da República, o PCP elege só seis deputados e obtém uma percentagem de 4,29%. A relação com o PS fez fugir aos comunistas metade do eleitorado. Mesmo que outras razões contribuam para a queda eleitoral, ela coincide totalmente com o tempo em que existiu acordo com o PS.

No dia das legislativas em que a direita, incluindo o Chega, ficou maioritária, o líder comunista, Paulo Raimundo, admitiu dialogar com todas as outras forças de esquerda para acordos, sem "diluições". Nesta palavra está uma das razões para a recusa: o PCP teme a "diluição" do seu trabalho autárquico – dos vereadores João Ferreira e Ana Jara – numa grande coligação sob o comando do PS, que acusam de ter "o mesmo programa para a cidade que o PSD". Na verdade, a "diluição" foi o que prejudicou o PCP na "geringonça": como o antigo secretário-geral do PCP Jerónimo de Sousa chegou a admitir, muito do trabalho feito pelo Governo PS nasceu de propostas apresentadas pelo PCP, que depois ficaram "diluídas" no todo para ninguém se lembrar do papel dos comunistas.

A 2 de Julho, Raimundo afastou qualquer possibilidade de uma frente unida de esquerda nas autárquicas de 2025. No mesmo mês, o secretário-geral comunista acrescentava que "dificilmente" o PCP chegaria a um acordo com o PS para uma coligação em Lisboa. A súbita apresentação da candidatura de João Ferreira a n.º 1 da lista da CDU provou que os comunistas querem mesmo ir sozinhos e não serem confundidos com um PS que tem o processo autárquico atrasado e recentemente mudou de presidente de concelhia (Marta Temido foi para o Parlamento Europeu e David Amado é de novo presidente), com todos os atrasos que isso implica.

Além disto, o PS ainda espera que Duarte Cordeiro, o preferido, não só do secretário-geral como de todo o PS-Lisboa para ser o candidato a presidente da Câmara de Lisboa, mude de ideias sobre a recusa de ocupar algum cargo político. Enquanto isto, o PS não tem ninguém para fazer marcação a Moedas – ou que seja porta-voz para Lisboa – a um ano das eleições autárquicas.



NUNO FERREIRA SANTOS

Pedro Nuno Santos gostava de poder contar com o partido de Paulo Raimundo

Comunistas colam política do PS em Lisboa à que vem sendo seguida pelo actual executivo camarário de Carlos Moedas

Os crentes na reviravolta

Apesar de o PCP ter a sua escolha feita, de já ter denunciado o PS como um "porta-voz dos interesses imobiliários", sem políticas distintas do PSD para Lisboa – invocando-se o mandato de Fernando Medina –, há entre os comunistas quem ainda sonhe com uma reviravolta no processo.

Ou seja, a confirmar-se a existência de uma coligação de esquerda (a incluir PS, Bloco, Livre e PAN), os comunistas, eventualmente, e já com um candidato no terreno, acabariam por negociar a sua participação. Tendo em conta tudo o que João Ferreira já disse sobre a política do PS para Lisboa, o cenário não parece provável. Mas ninguém acreditou na "geringonça" de 2015.

A outra possibilidade é que, mesmo avançando sozinho, e elegendo vereadores, o PCP poderia fazer uma coligação pós-eleitoral com a frente de esquerda, caso esta obtivesse uma vitória sem maioria.

PS rejeita 25 de Novembro com sessão igual à do 25 de Abril

Posição da bancada socialista foi expressa na conferência de líderes parlamentares, cuja súmula foi ontem divulgada

O PS rejeitou que a sessão solene no Parlamento do 25 de Novembro de 1975 seja uma "mimetização" do formato que assinala o 25 de Abril de 1974, sugerindo um levantamento de modelos anteriores.

Esta posição do grupo parlamentar do PS foi expressa na conferência de líderes parlamentares de 11 de Setembro, cuja súmula foi ontem divulgada, reunião em que o presidente da Assembleia da República "fez referência à proposta do secretário-geral da AR [Assembleia da República] sobre o modelo organizativo para a sessão solene evocativa do dia 25 de Novembro de 1975".

Na reunião da conferência de líderes, o deputado do PS Pedro Delgado Alves considerou o formato proposto uma "mimetização" da sessão solene comemorativa do 25 de Abril, que não era desejável, e sugeriu o adiamento da discussão a seu respeito, adiantando que seria relevante fazer um prévio levantamento de outras sessões solenes como, por exemplo, a Sessão Solene Evocativa da Aprovação da Constituição de 1822, no âmbito das Comemorações do Bicentenário do Constitucionalismo".

De acordo com a súmula, o líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Núncio, concordou com o modelo proposto distribuído, "admitindo que podiam ser acrescentados outros elementos e convites a associações e personalidades relacionadas com o 25 de Novembro" e sugeriu ainda organização, no próprio dia, de uma exposição comemorativa. Já a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, quis "deixar expresso o seu desacordo à realização desta celebração".

O presidente da AR, José Pedro Aguiar-Branco, "entendeu que valia a pena proceder ao levantamento de antecedentes relativamente às sessões solenes, que solicitou aos serviços" com o objectivo de serem debatidos na próxima conferência de líderes, agendada para hoje. Aguiar-Branco acrescentou que esse seria também o prazo para apresentar alterações ao modelo proposto.

A próxima conferência de líderes vai ainda debater a proposta de realização na AR de uma sessão solene evocativa dos 100 anos do nascimento de Mário Soares. **Lusa**



JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Rui Santos Ivo admite contacto prévio e informal de ex-director clínico do Hospital Santa Maria

Infarmed nega interferência para acesso ao medicamento

Joana Mesquita

Presidente do Infarmed confirmou que o antigo director clínico do Santa Maria o contactou por telefone e por *email*

Rui Santos Ivo confirmou que o antigo director clínico do Hospital Santa Maria – que é arguido no processo dedicado ao caso das gémeas – o contactou antes de o pedido para a administração do Zolgensma ter sido submetido. Na sua audição na comissão parlamentar de inquérito (CPI), o presidente do Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento garantiu não ter existido interferência nem do Governo nem da Presidência da República junto da entidade.

O presidente do Infarmed afirmou que o antigo director clínico do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte e arguido no processo do Ministério Público relativo ao caso, Luís Pinheiro, o contactou – primeiro por telefone e depois por *email* –, antes de o Hospital Santa Maria ter submetido, na plataforma informática do Infarmed, o pedido para a administração do Zolgensma às duas crianças.

"Há situações em que há essa sinalização prévia", apontou Rui Santos Ivo, frisando que a "avaliação concreta" que permite a utilização do medicamento só foi feita depois de o pedido ter sido submetido na plataforma. Relativamente ao contacto por telefone, que precedeu o *email* enviado por Luís Pinheiro, Rui Santos Ivo argumentou que foi também para "sinalizar" o caso.

O relatório da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS) já tinha dado conta de que o pedido para a disponibilização do medicamento tinha sido feito, numa primeira fase, por *email* e, por isso mesmo, recomendou ao Infarmed que "cumpra o circuito de submissão, avaliação e aprovação dos pedidos de autorização de utilização excepcional" dos medicamentos sujeitos a esta autorização.

No Parlamento, Rui Santos Ivo argumentou que o Infarmed cumpriu o circuito, tendo existido apenas "flexibilidade" ao "permitir" a antecipação de informação por *email*.

Santos Ivo afirmou não ter tido "contactos sobre este processo" por parte do Governo nem da Presidência da República, recusando que o antigo secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, o tenha contactado sobre o "caso das gémeas".

Como já tinha dito na sua audição na Comissão de Saúde, em Janeiro, Rui Santos Ivo frisou que não teve "qualquer pressão" para emitir um parecer favorável à administração do Zolgensma.

Questionado sobre o facto de ter recebido um *email* da secretaria-geral do Ministério da Saúde – com um *email* da Casa Civil da Presidência da República em anexo – com os dados das crianças, Rui Santos Ivo argumentou que é um procedimento "normal". A entidade recebe "vários pedidos", muitos deles "encaminhados pela secretaria-geral", disse.

O presidente do Infarmed referiu ainda que o tratamento das duas crianças "não custará dois milhões de euros [por criança] ao Estado português" e que "variará" de acordo com os resultados. Além disso, o pagamento será feito em quatro *tranches*. O valor acordado com a farmacêutica, contudo, é confidencial.

Antes da audição, a comissão esteve reunida para avaliar o pedido do Chega relativamente a uma audição presencial de António Costa, ex-primeiro-ministro, depois de este já ter respondido por escrito aos deputados. No entanto, a discussão foi adiada, adiantou aos jornalistas Rui Paulo Sousa, presidente da CPI.

> **Há situações em que há essa sinalização prévia**
> **Rui Santos Ivo**
> Presidente do Infarmed

Governo revela plano para os *media* em breve

Plano assentará em pilares como "regulação e legislação", "incentivos ao jornalismo" e o "combate à desinformação"

O Governo vai apresentar "nas próximas semanas" o plano de acção para os *media*, que vai incluir um "código" da comunicação social, e quer ter o "maior consenso possível", anunciou ontem o ministro dos Assuntos Parlamentares.

"Estamos a trabalhar num plano que vamos anunciar nas próximas semanas, não demorará muito tempo a apresentar o plano de acção para os *media*, temos vindo a trabalhar ouvindo o maior número de pessoas", nomeadamente os meios de comunicação social e representantes dos jornalistas, disse Pedro Duarte, que tem a tutela dos *media*, na 4.ª edição da Cimeira Empresarial Transatlântica, em Lisboa.

Pedro Duarte explicou que o Governo considera ser "evidente" que é necessário agir, já que "uma democracia não pode prescindir de uma comunicação social livre, independente e pluralista". No entanto, admitiu que é preciso perceber como fazê-lo, "porque há riscos grandes de distorções", bem como de "desincentivar a inovação".

O plano de acção terá então quatro pilares, segundo o ministro, sendo o primeiro relacionado com a "regulação e legislação", já que a lei de imprensa em vigor é de 1999. "Vamos criar um código da comunicação social que vai poder trazer a legislação para os novos tempos", sinalizou. Já o segundo pilar será focado no serviço público de televisão e agência de notícias que existe hoje, a RTP e a Lusa, que o Governo diz ser necessário preservar mas também "modernizar".

O Governo está a preparar "trazer a RTP para o 2.º quartil do século XXI e antecipar o que aí vem, ir ao encontro de novos públicos e adaptar o modelo de televisão ao que é hoje em dia", disse. O terceiro pilar prende-se com "incentivos ao jornalismo e aos jornalistas, que é uma profissão que está em risco" e, finalmente, o quarto pilar relaciona-se com o "combate à desinformação e com a literacia mediática". O ministro sublinhou ainda que o Governo vai "fazer um esforço para que isto seja assumido de forma mais consensual possível na sociedade portuguesa". **Lusa**

Partidos recomendam ao Governo que apoie um imposto global sobre os super-ricos

Ana Bacelar Begonha

Parlamento vai discutir iniciativas do Livre, PS e PAN sobre a criação de um imposto global e europeu sobre as grandes fortunas

NUNO FERREIRA SANTOS



Brasil propôs no G20 a criação de uma taxa mínima global de 2%

O debate em torno da criação de um imposto sobre os super-ricos tem vindo a crescer a nível mundial e o tema vai chegar hoje ao Parlamento. O Livre, o PS e o PAN vão levar a plenário projectos de resolução, isto é, recomendações ao Governo para que apoie iniciativas internacionais e europeias de tributação das grandes fortunas, nomeadamente, no G20 de Novembro. E o partido de Rui Tavares vai propor que se taxem os ultra-ricos também ao nível nacional, já no Orçamento do Estado.

Os projectos surgem numa altura em que o Brasil propôs no G20 a criação de uma taxa mínima global de 2% sobre os contribuintes com uma riqueza acima dos mil milhões de dólares. Isto, com base num estudo do EU Tax Observatory da autoria do economista Gabriel Zucman, que mostra que os sistemas de tributação não taxam de forma efectiva os mais ricos, em comparação com outros grupos sociais. Esta medida afectaria apenas três mil multimilionários, permitindo arrecadar entre 200 e 250 mil milhões de dólares anualmente.

O Livre foi o primeiro partido a apresentar um projecto em que recomenda que o Governo apoie iniciativas internacionais para criar uma taxa global sobre os super-ricos, desde logo, no Grupo dos 20. Mas também que se associe a iniciativas da União Europeia para criar um imposto europeu sobre as mega-fortunas, a fim de "financiar a transição climática e social e ajudar os países afectados pelas alterações climáticas".

Ao PÚBLICO o deputado Jorge Pinto explica que, tendo em vista o "reforço da igualdade económica", o Livre quer incentivar o Governo a aproveitar a "oportunidade de ouro" de poder estar "na linha da frente" desta discussão enquanto país convidado pelo Brasil para participar no G20, que irá reunir-se a 18 e 19 de Novembro.

"Não queremos deixar passar esta oportunidade e queremos que os restantes partidos definam se estão confortáveis com este modelo em que uma minoria de ultra-ricos tem capital e riqueza suficiente para comprar órgãos de comunicação ou plataformas digitais" ou "se queremos conseguir os capitais económicos necessários para políticas para a saúde, a habitação, a transição ecológica", diz o deputado.

Convenção fiscal global

O Livre defende que deve haver uma "coordenação a nível global" sobre esta matéria, tal como aconteceu com a taxa global de IRC de 15%, mas Jorge Pinto ressalva que isso "não impede que cada Estado tenha a sua política de tributação" sem "dupla taxação". E, por isso, vai também apresentar iniciativas no Parlamento para taxar as grandes fortunas a nível nacional, já em sede de Orçamento do Estado e, posteriormente, consoante o desfecho do G20.

Em Espanha, este imposto já é uma realidade e, de acordo com um estudo da Tax Justice Network, dos autores Miroslav Palanski e Alison Schultz, se Portugal aplicasse esse modelo, que abrange os 0,5% mais ricos, arrecadaria mais 6,6% de receita fiscal ao Estado, isto é, 3600 milhões de euros.

O Livre vai também apresentar projectos para taxar os super-ricos ao nível nacional

Também o PS vai pôr a debate um projecto em que recomenda que o Governo defenda, na União Europeia e na OCDE, um imposto mínimo sobre os contribuintes com "elevada capacidade económica e concentração elevada de riqueza". E pede ainda que o executivo garanta que a "diplomacia portuguesa" participa "na negociação de uma convenção fiscal global" no âmbito das Nações Unidas.

Pelo PAN Inês Sousa Real propõe que a equipa o Governo da AD "se posicione a favor de iniciativas internacionais que procurem tributar as grandes fortunas" para combater as desigualdades salariais e as alterações climáticas, promover a igualdade de oportunidades e financiar o Estado social e os serviços públicos. Além disso, a deputada única quer que o Governo apoie "compromissos internacionais" de combate à fuga de capitais e ao desvio de capitais para paraísos fiscais.

O Governo ainda não tomou uma posição, mas o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, admitiu em Julho: "O imposto para os super-ricos é algo que merece estudo e consideração, ao qual estamos abertos." Essa abertura deixa o Livre com uma "expectativa positiva" e Jorge Pinto salienta que "não só o Governo, como outros podem apoiar" a medida, inclusive à direita, porque se trata de taxar a "elite dentro da elite, que paga menos impostos do que a classe média e do que os ricos dentro dos mais ricos".

ENCONTROS COM FUTURO

CONVERSA

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

De forma a promover o debate e a reflexão sobre a Sustentabilidade, o PÚBLICO e a REN organizam um ciclo de conversas sobre o estado da arte do ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiente, Social e Administração) e o futuro destes critérios na gestão das empresas. A 2.ª edição dos **Encontros com Futuro**, dá continuidade ao debate iniciado em 2023 e leva a discussão até outro nível. As duas primeiras datas decorreram em Lisboa, sendo a última conferência dia 25 de Setembro em Serralves, no Porto.

INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS
ATRAVÉS DO QRCODE



OU ATRAVÉS DO EMAIL:
EVENTOS@PUBLICO.PT

 **25 de Setembro**

 **Fundação de Serralves, Porto**

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

Dia Nacional da Sustentabilidade
Numa perspectiva mais ampla do ESG, olhamos para a sustentabilidade corporativa e avaliamos o papel essencial e transversal da economia circular no ESG.



FIONN FERREIRA
EMPREENDEDOR, FORBES 30 UNDER 30
ORADOR PRINCIPAL



MAFALDA SARMENTO
INVESTIGADORA DA ÁREA DA SUSTENTABILIDADE, UCP
COMENTÁRIO

9H00 RECEPÇÃO
9H30 ORADOR PRINCIPAL
Fionn Ferreira, Empreendedor, Forbes 30 under 30
10H00 COMENTÁRIO
Mafalda Sarmento, Investigadora da área da Sustentabilidade, UCP
10H15 COFFEE BREAK
10H30 DEBATE
Pedro Norton de Matos, Founder Greenfest , Bluefest Portugal and Academia G
Alice Khouri, Head of Legal Helexia Portugal. Fundadora Women in ESG Portugal
Bruno Esgalhado, Partner at McKinsey & Company
12H00 ENCERRAMENTO

Moderação: **David Pontes,** director do PÚBLICO

Empresário madeirense que financiava PSD-Madeira declarava salário mínimo

Principal arguido de operação que visou dirigentes regionais próximos de Miguel Albuquerque ofereceu Jaguar à companheira



PAULO PIMENTA



Ana Henriques

O empresário madeirense que está no centro de uma alegada rede criminosa de financiamento do PSD regional, Humberto Drumond, declarava que recebia o salário mínimo. Trata-se de um dos implicados na *Operação Ab Initio*, no âmbito da qual vários dirigentes e ex-dirigentes regionais próximos do presidente Miguel Albuquerque foram apanhados em escutas comprometedoras relacionadas com a violação das regras da contratação pública.

Segundo o Ministério Público, graças ao seu bom relacionamento com vários membros do governo regional, o empresário conseguiu, pelo menos desde 2015, obter contratos vantajosos para as várias firmas que geria, parte das quais estava em nome de amigos. Porém, como não há almoços grátis, Humberto Drumond era obrigado a retribuir os favores fazendo descontos ao PSD-Madeira, partido no qual militou, quando lhe fornecia material para as campanhas partidárias — fossem t-shirts, canetas ou outros brindes. Pelas contas das procuradoras do Departamento de Investigação e Acção Penal Regional de Lisboa, só entre 2020 e 2024 o governo regional da Madeira celebrou contratos com as sociedades dominadas por este empresário num valor superior a um milhão de euros, valor que sobe a milhão e meio se recuarmos no tempo.

O processo terá ficado especialmente facilitado depois de a companheira de Humberto Drumond ter sido nomeada em 2019 para chefe de gabinete do secretário regional da Agricultura, Humberto Vasconcelos, seu amigo e ex-sócio. O método de actuação descrito era quase sempre o mesmo: para dar uma aparência de legalidade a dezenas de processos fraudulentos de contratação de bens e serviços, os dirigentes regionais com quem o empresário manteria relações mais estreitas — além do da Agricultura, também o da Saúde, Pedro Ramos, o dos Equipamentos e Infra-Estruturas, Pedro Fino, e o das Finanças, Rogério Gouveia — pediam ao próprio empresário para lhes indicar quais as firmas que deviam convidar para apresentarem propostas.

Casos houve em que o gestor, que está indiciado por mais de cinco dezenas de crimes, terá ajudado a definir os próprios requisitos dos concursos, como se pertencesse aos serviços regionais da Madeira. E nem sempre os fornecimentos batiam certo com as quantidades que o erário público pagava. Num contrato de 2022 destinado a fornecer brindes publicitários, a secretaria regional da Agricultura "nunca recebeu, nem teve a expectativa de receber, a totalidade dos *itens* encomendados": dos mil guarda-chuvas mencionados no caderno de encargos apenas recebeu 250, e das 500 *powerbanks* só lhe chegou metade. A conta ficou-lhe em mais de 44 mil euros, o dobro daquilo que Vasconcelos tinha pagado para adquirir estes produtos.

Dizem as procuradoras que uma das sociedades do empresário chegou a ajudar a equipar o ginásio da filha do presidente da Câmara da Calheta, Carlos Teles, igualmente arguido neste inquérito: "Embora Humberto Drumond lhe tenha fornecido bens cujo montante corresponde no mínimo a 13.804 euros, apenas foram facturados" à dona do ginásio cerca de 5500 euros, tendo ficado por pagar bens no montante mínimo de 8230 euros. A diferença "foi compensada através da adjudicação de contratos por parte da câmara" ao empresário.

Os investigadores aludem a algumas reuniões mantidas entre 2022 e 2023 na Quinta da Vigia, residência oficial do presidente do governo regional, entre importantes figuras do aparelho laranja da Madeira, como o hoje vice-presidente do Parlamento madeirense, José Prada, outro dos arguidos do processo. Numa delas, realizada em Janeiro do ano passado e na qual estaria presente Miguel Albuquerque, "terá ficado acordado entre alguns dos presentes que Humberto Drumond seria o empresário responsável pelo fornecimento de *merchandising* e *outdoors* no âmbito da campanha eleitoral" para as legislativas regionais desse ano.

Mas nem sempre as coisas lhe corriam de feição: o empresário foi escutado por mais de uma vez a queixar-se de que estava a ser prejudicado nesta troca de favores. No final de 2023 desabafava com um dirigente regional que o PSD lhe devia uns 300 mil euros não só das legislativas regionais, como ainda das autárquicas de 2021: "Então eu é que sou o patrocinador desta merda toda, eu que sou o gajo que ando aqui a atravessar-me para aguentar isto e ainda olham de cima para baixo para mim?"

Do seu recibo de vencimento consta que o gestor recebe apenas 602 líquidos mensais em numerário, valor equivalente ao salário mínimo na Madeira. Mas em 2022 ofereceu um Jaguar à companheira. Este Verão um dos filhos chegou a questioná-lo: "Tu só tens o ordenado mínimo todos os meses? Ai é? Então como é que eu recebo o dinheiro que recebo, como é que eu tenho as prendas que tenho?"

Depois de ouvidos por uma juíza de instrução criminal, perante a qual se remeteram ao silêncio, os oito arguidos detidos no âmbito desta operação foram colocados em liberdade, muito embora o Ministério Público tenha pedido prisão preventiva para este empresário. O PÚBLICO tentou, sem sucesso, falar com os advogados dos arguidos nesta investigação do Ministério Público. Em comunicados, três dos ex-dirigentes implicados negaram a prática de ilegalidades.

HOMEM DE GOUVEIA/LUSA



Operação da PJ fez oito detidos, entre os quais autarca da Calheta e ex-secretário regional da Agricultura

Operação Ab Initio

Política na Madeira agitou-se, mas envolvidos estão seguros nos cargos

Rui Pedro Paiva

Os envolvidos na *Operação Ab Initio*, a investigação judicial que voltou a agitar a política madeirense, estão seguros nos cargos que ocupam. Os três secretários regionais suspeitos vão continuar em funções, seguindo o exemplo do presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, arguido noutro processo. Por sua vez, Carlos Teles, presidente da Câmara da Calheta, já regressou ao trabalho na autarquia após ter sido detido na operação que constituiu oito arguidos por suspeitas de criminalidade económica e financeira

"Era o que faltava não manter." Assim respondeu, no domingo, Miguel Albuquerque, quando questionado sobre se mantinha a confiança política nos seus secretários regionais. E ontem, em declarações aos jornalistas citadas pela Lusa, subiu de tom sobre a forma como a comunicação social tem acompanhado o assunto: "Você acha que a Madeira é um antro de 'gangsters' e de criminosos e de associações mafiosas? Acho que isto até é ofensivo para a dignidade dos cidadãos da Madeira."

O chefe do governo da Madeira manteve a coerência e utilizou os mesmos argumentos que tem apresentado para defender a sua legitimidade para continuar em funções, apesar de ser arguido num outro processo por suspeitas de corrupção, criticando quem utiliza as "denúncias anónimas para fins políticos". "Isso só abre as portas aos populismos."

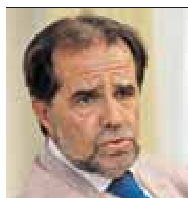
Os secretários regionais da Saúde, Pedro Ramos, das Finanças, Rogério Gouveia, e dos Equipamento e Infra-Estruturas, Pedro Fino, são suspeitos da alegada prática dos crimes de financiamento partidário ilícito, prevaricação e participação económica. Os três governantes usaram a mesma estratégia para reagir às investigações: cada secretaria enviou comunicados à imprensa, rejeitando quaisquer ilegalidades e mostrando disponibilidade para colaborar com a justiça. Em nenhum dos casos há referências quanto às condições dos titulares para se manterem nos cargos.

Na mesma linha, José Prada, secretário-geral do PSD-Madeira e outro dos arguidos no processo, já veio a público garantir que será o primeiro a solicitar o levantamento da imunidade parlamentar de que dispõe enquanto deputado regional, caso seja necessário. Prada, também vice-presidente da Assembleia Legislativa da Madeira e figura próxima de Albuquerque, tem vindo a reiterar a abertura para colaborar com as investigações. Também Miguel Silva, adjunto do presidente do governo da Madeira, foi constituído arguido.

Por sua vez, Carlos Teles voltou esta semana ao trabalho na Câmara da Calheta, onde foi recebido por uma espécie de guarda de honra nas escadarias do edifício, ladeado por vários funcionários municipais que o receberam com aplausos. No momento, captado pelo Diário de Notícias da Madeira, o autarca do PSD garante aos presentes que não vai abandonar as suas funções: "Tenho um compromisso com os calhetenses. Falta um ano para terminar o compromisso e é para levá-lo até ao fim."

Miguel Albuquerque também já tinha vindo a terreiro defender Carlos Teles. No domingo, ao discursar numa festa no concelho da Calheta, o líder do governo da Madeira enviou um "grande abraço" para o arguido na operação. "Carlos Teles não precisa de ninguém para o defender, porque o povo do concelho da Calheta conhece-o muito bem", atirou. Recorde-se que Teles chegou a suspender o mandato de autarca para integrar as listas do partido às regionais antecipadas de 26 de Maio.

Além do presidente da Câmara da Calheta, também foi detido o antigo secretário regional da Agricultura (2015-2023) Humberto Vasconcelos.



Miguel Albuquerque garante manter confiança política nos seus três secretários regionais

Vasconcelos chegou a ser expulso do PSD por Alberto João Jardim na ressaca da disputa interna do partido em 2013. Já a relação de longa data com Albuquerque ficou beliscada devido à saída do antigo secretário regional do governo da Madeira em 2023.

No centro da investigação estarão alegados favorecimentos de empresários a decisores políticos e suspeitas de financiamentos inflacionados com o intuito de beneficiar o PSD-Madeira, tendo como um dos protagonistas o empresário Humberto Drumond (também arguido), administrador da Dupladp, agência de comunicação que trabalha com vários organismos públicos e com alguns dos maiores grupos económicos da região.

O gestor terá ajudado a definir os próprios requisitos dos concursos, como se pertencesse aos serviços regionais da Madeira

Uma das sociedades do empresário chegou a ajudar a equipar o ginásio da filha do presidente da Câmara da Calheta, Carlos Teles

Ministério da Justiça altera lei para esvaziar protesto dos advogados

Mariana Oliveira

Bastonária considera "reprovável" esta mudança urgente que anula efeitos do boicote dos advogados ao apoio judiciário



O boicote em curso não tem tido grande impacto nos tribunais

O Ministério da Justiça anunciou ontem uma alteração da portaria que regulamenta a Lei de Acesso ao Direito, que passará a prever expressamente a nomeação de defensor oficioso pelo tribunal, Ministério Público ou por um órgão de polícia criminal sempre que o sistema de inscrição de defensores oficiosos da Ordem dos Advogados estiver inoperacional, não existirem escalas ou faltarem os advogados escalados.

Desta forma o Governo procura esvaziar o protesto dos advogados que diminuíram de forma abrupta (menos 83% este mês) as inscrições nas escalas para as diligências urgentes existentes nos tribunais. Para contornar algumas situações de inexistência de advogados, os tribunais já nomearam defensores *ad hoc*, mas a Ordem dos Advogados insistia que tal era ilegal. Contactado pelo PÚBLICO, o Ministério da Justiça, liderado por Rita Alarcão Júdice, adianta que a portaria foi enviada para publicação. "A entrada em vigor é imediata", informou o gabinete da ministra.

A bastonária dos advogados, Fernanda de Almeida Pinheiro, lamenta que qualquer profissional que não esteja inscrito no Sistema de Acesso ao Direito vá poder fazer apoio judiciário. "Em vez de avançarmos, regredimos", lamenta. "É totalmente reprovável que uma juíza desembargadora [secretária de Estado] e uma advogada [ministra] pervertam um protesto legítimo e democrático", afirma a bastonária.
Os advogados reivindicam a actualização da tabela de renumeração das defesas oficiosas. Estes profissionais ganham por uma consulta jurídica 26,73 euros brutos e por um julgamento criminal comum 213,84 euros. Se tiverem mais de duas sessões, recebem mais 80,19 euros por cada sessão extra (uma manhã ou uma tarde). Um primeiro interrogatório judicial que dure um dia de trabalho rende 80,19 euros.

Na nota divulgada pelo Ministério da Justiça, diz-se que esta alteração à portaria 10/2008 "vem preencher uma lacuna na regulamentação da garantia de acesso dos cidadãos ao direito e aos tribunais"e destina-se a "assegurar que ninguém possa ser privado de conhecer, exercer ou defender os seus direitos, pela sua condição social ou por insuficiência de meios económicos". Uma das modalidades previstas é o apoio de advogado oficioso, nomeado e pago pelo Estado a cidadãos.

No entanto, o regime delega na Ordem dos Advogados a inscrição dos defensores interessados em prestar esse serviço e a elaboração das escalas (presenciais ou de prevenção), um processo que é feito através de uma plataforma informática controlada pela Ordem. Em caso de necessidade urgente de um defensor oficioso, o tribunal recorre aos advogados previstos nas escalas presenciais ou nas de prevenção (os advogados são chamados por telefone e aí dizem se aceitam a nomeação), tendo uma hora para se apresentar em tribunal.

A portaria não prevê o que acontece quando o sistema de informático está indisponível, não existem escalas ou o advogado está indisponível ou não apareceu no prazo de uma hora. É para colmatar esta lacuna que a portaria passa a prever "a possibilidade de o tribunal, o Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal nomearem qualquer advogado que, sendo contactado, se manifeste disponível para aceitar a nomeação". "Evitam-se atrasos e adiamentos nos processos, poupa-se tempo e recursos aos cidadãos e aos tribunais, assim se contribuindo para a boa administração da justiça", lê-se na nota. Por seu turno, Fernanda Pinheiro lamenta que o ministério tenha avançado com esta alteração antes de apresentar qualquer proposta de revisão das tabelas de remuneração das defesas oficiosas.

Sociedade

Cuidadores de pessoas com demência exaustos. É preciso "ecossistema" de apoio

Patrícia Carvalho

Entre os inquiridos, 70% acusam cansaço emocional extremo e 82% precisam de apoio para descanso, mas apenas 4% o obtiveram

Um estudo sobre a situação dos cuidadores informais de pessoas com demência revela que estes se encontram exaustos, sem a ajuda de que precisam e, muitas vezes, sem sequer conhecerem os mecanismos de apoio que existem. Os resultados de *Viver com Demência*, do investigador Henrique Lopes, vão ser apresentados hoje na Nova Information Management School, em Campolide, Lisboa, em que será ainda apresentado o resultado de um outro estudo sobre o tema, *Consenso Estratégico para a Gestão Integrada das Demências em Portugal*, de Ana Valverde. Henrique Lopes defende que é preciso um "ecossistema de resposta à demência".

Algumas das conclusões do estudo *Viver com Demência*, que contou com respostas de 305 cuidadores informais, deixam um retrato desolador de quem convive com esta realidade: 70% dos inquiridos dizem sentir um cansaço emocional extremo, enquanto 60% reportam cansaço físico elevado; mais de 80% das famílias reportam impactos financeiros significativos; e 82% dos cuidadores informais indicam necessitar de apoio para descanso, mas apenas 4% afirmam recebê-lo.

Ao nível da discrepância entre as necessidades sentidas e a ajuda obtida, o estudo indica ainda que 78% dos cuidadores informais necessitam ou necessitaram de apoio domiciliário, mas apenas 20% o conseguiram. E a "larga maioria" dos inquiridos diz "desconhecer quais os apoios a que tem direito e se eles existem na sua zona". Henrique Lopes, responsável pelo estudo e director do Nova Center for Global Health, diz que a realidade do país será ainda pior do que o estudo evidencia.

A razão, explica, é que os participantes no inquérito são, na sua esmagadora maioria, associados da Alzheimer Portugal, e pessoas com uma escolaridade e acesso à informação já muito superiores à globalidade dos portugueses. "Quem participou está mais desperto para lidar com este assunto e a amostra tem mais escolaridade do que a média da população nacional. Temos 70% de licenciados, temos profissionais de saúde. Portanto, pode-se dizer que o país real será seguramente pior e que isto é a pontinha do icebergue", refere.



A perda é quase um luto em vida, e isso muitas vezes é mais difícil de lidar com do que ter de higienizar ou mudar fraldas

Henrique Lopes
Investigador

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a maior parte dos cuidadores informais são os filhos ou cônjuges da pessoa com demência e que os problemas apresentados por estes dois grandes grupos são também diferentes. Os filhos relatam mais a dificuldade em conciliar o trabalho (quando ainda o têm) e a família nuclear que possuam com o apoio que tem de ser prestado; enquanto os cônjuges são, muitas vezes, pessoas já de idade avançada, com os seus próprios problemas de saúde, o que dificulta o acto de cuidar.

Mais lares especializados

Comum a todos é o reconhecimento da necessidade de mais formação específica e a preparação para lidar com uma situação que afectará já cerca de 200 mil portugueses e que, a seguir-se a tendência de estudos internacionais para a Europa e os Estados Unidos, deverá aumentar nos próximos anos, fruto do envelhecimento da população e de mais acesso a cuidados de saúde que prolongam a vida dos doentes. E também "o cansaço e desgaste emocional que a situação provoca", diz Henrique Lopes.

Porque a demência acarreta um peso adicional a quem tem de lidar com ela, que vai além da degradação física, argumenta. "Além de toda a sobrecarga que possa existir [noutras doenças que exijam um cuidador informal], nesta acresce a problemática dos danos não intencionais que a relação sofre. A perda é quase um luto em vida, e isso muitas vezes é mais difícil de lidar com do que ter de higienizar ou mudar fraldas, que já é muito desgastante", diz.

Mas também é preciso aprender a higienizar e mudar fraldas. É preciso aprender que as funções de deglutição também se vão perdendo e que, em situações mais avançadas, o doente com demência irá necessitar de uma alimentação própria, já que a probabilidade de se engasgar e poder sufocar é elevada. E é preciso aprender como se estimula cognitivamente um doente destes. E, sobretudo, é preciso não esquecer que o cuidador informal de uma pessoa com demência é "uma pessoa em risco, pelos níveis de cansaço físico e psicológico a que está sujeito", e que, por isso, a sua saúde tem de ser "cuidada, a par da saúde da pessoa com demência a cargo", refere-se nas conclusões.

Daí a importância do tal "ecossistema de resposta à demência, no qual os vários serviços estejam integrados". Henrique Lopes diz que a legislação portuguesa até já prevê uma série de apoios, mas que é preciso desburocratizá-los e torná-los mais eficazes. E que é preciso investir na prevenção, já que, refere, "é possível prevenir 40% das demências". Quando a doença se instala, a rede tem de existir e funcionar. "A partir do momento em que a pessoa é diagnosticada, deve existir todo um plano de formação, para o cuidador saber com o que conta, para estar preparado. Basta que o cuidador informal saiba que tem uma rede de apoio para se sentir menos sozinho", refere.

Além disso, argumenta, são precisos profissionais especializados e lares também especializados nesta temática — e que hoje "se contam pelos dedos", refere. Porque, apesar de o estudo também revelar que a maior parte das famílias procura manter o doente com demência em casa pelo maior período de tempo possível (o que é algo "importantíssimo", defende), muitos chegam a uma altura em que já não podem mesmo assumir esse cuidado.

O essencial, nestes casos, é que ninguém actue sozinho. O cuidador informal "deve ser um par dos profissionais de saúde e sociais para com eles co-criar soluções", defende-se, com a certeza de que "apenas assim será possível criar um sistema resiliente e eficaz".

Rosário Zincke dos Reis, vice-presidente da Alzheimer Portugal, confirma que, no dia-a-dia, as pessoas que contactam a associação se queixam de "falta de informação, de um grande desgaste emocional e dos aspectos financeiros, porque é uma doença extremamente cara e que se prolonga por muitos anos". Para quem está a lidar com um doente com demência, lembra que a Alzheimer Portugal tem uma "linha de apoio à demência" (963604626), que fornece informações, e que pode ser requerido junto da Segurança Social o Estatuto de Cuidador Informal [ECI], que, refere, "ainda que muito aquém das expectativas, contém uma série de medidas que podem ser úteis".

Para o futuro, diz desejar "uma maior abrangência e implementação das medidas já previstas no ECI e uma melhor articulação entre a Saúde e a Segurança Social", porque, afirma: "As pessoas queixam-se da inexistência de um percurso de cuidados. Há um diagnóstico e depois nem o próprio, nem o cuidador sabem para onde se virar. Isto está previsto na Estratégia para as Demências, que queremos que seja implementada."

TERESA PACHECO MIRANDA



Actualmente, a demência já afecta cerca de 200 mil portugueses, num número que tende a aumentar

Blocos operatórios encerrados e consultas adiadas — greve na saúde prossegue hoje

Leonor Alhinho

Greve de médicos e enfermeiros que adiou ontem consultas e cirurgias programadas prossegue hoje



NUNO FERREIRA SANTOS

Médicos em manifestação às portas do Ministério da Saúde

Entre os médicos, dois terços aderiram à greve de ontem, o que paralisou blocos operatórios de vários hospitais. Já entre os enfermeiros a adesão atingiu os 70%. Na versão dos sindicatos, foi quanto bastou para demonstrar ao país o descontentamento de uns e de outros. A greve através da qual os profissionais de saúde lutam pela melhoria das condições de trabalho e pelo aumento do investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) começou ontem e alarga-se até às 24h00 de hoje. Os utentes deverão por isso continuar a sentir os seus efeitos, nomeadamente o adiamento das cirurgias programadas e das consultas, nos centros de saúde e hospitais.

Ontem, Natalina Maia, de 63 anos, desafiou a chuva intensa para ir de Trofa rumo ao Hospital de São João, no Porto, para uma consulta de oftalmologia. Ao PÚBLICO, a sexagenária não conseguiu precisar desde quando tinha a consulta marcada, mas "certamente já há alguns meses". Resignada, regressou a casa, onde vai "esperar que a marquem outra vez".

O mesmo aconteceu com Carla Martins, que se dirigiu ao mesmo hospital para a consulta de oftalmologia pediátrica da filha, agendada há seis meses. "Vou esperar, mais uma vez, que me marquem outra", contou. Entre a grande maioria dos lesados pela paralisação – os utentes –, era palpável alguma frustração pelas circunstâncias e pela viagem gorada. A chuva não ajudou e a incerteza da data de uma nova marcação também não.

"Pior que vir à chuva é vir à chuva para não ter consulta", barafustou um homem de passagem, sem deixar margem para mais perguntas. "Tive consulta, mas onde estive só havia três médicos e nenhum enfermeiro", disse outra pessoa enquanto corre para se abrigar.

Porém, não faltou também quem, entre os utentes, defendesse os médicos e enfermeiros. Maria de Lurdes, antes de qualquer questão, confirmou que não teve consulta, mas que "o Hospital de São João é sempre impecável". "Tratam-me de forma impecável e os médicos e enfermeiros são impecáveis."

Pelas 11h, a tendência manteve-se. E adensou-se. Entravam, e rapidamente saíam, cada vez mais pessoas pela entrada principal daquele hospital no Porto. Sentia-se verdadeiramente a percentagem de adesão que pouco depois foi confirmada. "Ronda os 70%, no Porto", confirmou Fátima Monteiro, em representação do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) na ala de consultas externas do Hospital.

Questionada sobre os serviços mais afectados, Fátima Monteiro explicou que "as taxas são muito idênticas entre os serviços", o que, para a sindicalista, traduz o facto de, "independentemente de estar a trabalhar num bloco operatório, nas consultas ou no internamento, o descontentamento existe e é significativo". Fátima Monteiro mostrou-se contente com a expressão da greve. "Ontem circulou uma notícia que dizia que a greve tinha sido desconvocada, não sei se com o objectivo de desmobilizar os enfermeiros", acusou.

A mesma representante não acredita que os 68 mil dias de ausência por greve contabilizados na saúde em 2024 tenham banalizado a forma de luta e passa o ónus para "um governo que se recusa a ouvir o descontentamento dos trabalhadores" e que "altera sucessivamente os mínimos de greve para tentar, a todo o custo, que os profissionais não usem esse direito".

Aproveitou ainda o momento para cunhar como "completamente inaceitável" o facto de a ministra da Saúde não ter convocado para a reunião "o sindicato que mais representa a profissão [o SEP]". "Ficamos à espera de uma nova proposta da ministra e, se quando a recebermos e avaliarmos, a julgarmos insuficiente, continuaremos a lutar", garantiu. Para a representante do SEP, "o tempo de governação é curto" e "os problemas dos enfermeiros não são novos". A culpa pela actual situação imputa-a assim aos "sucessivos governos e à sua política de desinvestimento nos profissionais e no SNS".

A presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fnam), Joana Bordalo e Sá, sustentou, por seu turno, que os constrangimentos maiores da paralisação viveram-se em hospitais como os de Guimarães, Gaia, Santo António, Penafiel, Amarante, Leiria e no IPO do Porto, cujos blocos operatórios funcionaram apenas para cirurgias urgentes. "Estes números correspondem a milhares de médicos que expressam assim o seu profundo descontentamento", ilustrou Bordalo e Sá, para, endossando a responsabilidade pelos prejuízos provocados aos utentes para o Ministério da Saúde, "que nada fez para travar a situação que se vive no SNS", exigir a substituição da actual ministra, Ana Paula Martins, por "um ministro ou uma ministra que perceba de saúde e consiga servir o SNS".

Na manifestação dos médicos ao início da tarde de ontem frente ao Ministério da Saúde, mas que também juntou utentes, nomeadamente grávidas que vêm sendo as mais afectadas pelos encerramentos intermitentes das urgências de ginecologia e de obstetrícia, o tom não divergiu muito, com palavras de ordem do género "Ana chegou e a saúde já piorou".

No rol de reivindicações inscrevem-se receios ligados ao que dizem ser "o risco de privatização" do SNS e a reivindicações de melhores condições salariais e de trabalho capazes de suster as saídas dos diferentes profissionais do SNS, num país que soma 1,6 milhões de utentes sem médico de família e onde as grávidas têm de "percorrer quilómetros e quilómetros" para serem atendidas num serviço de urgência, conforme enfatizou a líder da Fnam. Hoje será a vez de os enfermeiros se manifestaram às portas do ministério liderado por Ana Paula Martins. **com Lusa**



Perguntas e respostas

Acordo entre cinco sindicatos dos enfermeiros e ministério corresponde a um aumento salarial de cerca de 300 euros até 1 de Janeiro de 2027

Na segunda-feira, o Governo e cinco sindicatos chegaram a um acordo relativo à valorização da carreira, onde se inclui uma alteração de tabelas salariais. De fora ficaram o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e a Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE), cujo processo negocial com a tutela decorre à margem desta plataforma sindical.

O que está em causa na negociação entre enfermeiros e Governo?

Desde logo a actualização de tabelas salariais. A negociação dos últimos meses culminou com a assinatura de um acordo entre a tutela e cinco sindicatos, ao final da tarde de segunda-feira, sobre várias matérias relativas à valorização da carreira, incluindo as tabelas salariais. No entanto, o acordo foi alcançado na véspera de uma greve geral de dois dias marcada já pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), que não faz parte da plataforma sindical que deu aval a esse acordo. Por isso, a paralisação manteve-se para ontem e hoje, com níveis de adesão que, segundo o SEP, rondam os 70% em algumas zonas do país, e que decorre em paralelo com a greve convocada pela Federação Nacional dos Médicos.

O que prevê o acordo assinado entre o Governo e sindicatos?

Segundo o Ministério da Saúde, o acordo "consiste, resumidamente, num acréscimo equivalente a seis níveis remuneratórios até 2027", o que, na prática, corresponde a um aumento salarial de cerca de 300 euros (cerca de 24%) até 1 de Janeiro de 2027, "sem prejuízo dos aumentos remuneratórios anuais aplicáveis à administração pública". Esse aumento será faseado e a primeira *tranche*, que equivale a cerca de 50% do total, será paga já a 1 de Novembro de 2024. Por agora, ainda subsistem muitas dúvidas entre os profissionais sobre o teor deste acordo e a forma como o aumento salarial será aplicado nas diversas categorias da carreira. As medidas desse acordo terão de ser vertidas para um decreto-lei.

Além disso, ficou agendado para 15 de Janeiro de 2025 o início da negociação de um Acordo Colectivo de Trabalho aplicável a estes profissionais de saúde.

Que sindicatos é que assinaram? E porque é que quem ficou de fora não acompanhou o acordo?

O acordo foi assinado pela plataforma de cinco sindicatos, que inclui o Sindicato dos Enfermeiros (SE), o Sindicato Independente de Todos os Enfermeiros Unidos (SITEU), o Sindicato Nacional dos Enfermeiros (SNE), o Sindicato Independente Profissionais Enfermagem (SIPENF) e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (Sindepor). A Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros e o SEP, que será o mais representativo destes trabalhadores, não assinou o acordo, uma vez que não esteve nessa reunião. Ainda assim, ontem, o presidente desta estrutura sindical, José Carlos Martins, disse que, embora o texto do acordo ainda não seja conhecido, " [o seu conteúdo] é uma vergonha". "O Ministério da Saúde deve um monte de dinheiro aos enfermeiros dos retroactivos de 2018 a 2022 [relativos a correcções na contagem do tempo de serviço e progressão] e, agora, usa esse dinheiro de dívida não paga para uma eventual valorização, ainda que insuficiente, da grelha [salarial], durante três ou quatro anos", afirmou à Lusa. À CNN, a secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé, disse que os dois sindicatos não tinham sido incluídos nesta ronda negocial porque marcaram greves. "Não estavam reunidas as condições para manter uma negociação quando havia greves", sustentou.



O que reivindicam os sindicatos?

Além da valorização salarial, os enfermeiros reivindicam a compensação do risco e penosidade, nomeadamente através de condições especiais para a aposentação e valorização do trabalho por turnos. Querem ainda a actualização das remunerações para enfermeiros especialistas. O SEP defende, assim, um encurtamento das posições remuneratórias, uma "efectiva valorização" dos enfermeiros especialistas, cuja grelha salarial é igual à do enfermeiro, apesar do investimento de 18 meses na formação "com competências especializadas que têm impacto na melhoria de cuidados prestados". À semelhança do SEP, a ASPE reivindica a eliminação das posições remuneratórias virtuais e a "correcção de inversões de posição relativa entre enfermeiros", e que a tabela remuneratória seja revista em paridade com os restantes profissionais de saúde. Defende ainda o mínimo de 35% de enfermeiros com a categoria de enfermeiro especialista e a publicação do primeiro acordo colectivo de trabalho, aplicável aos enfermeiros independentemente do seu regime contratual e da tipologia do contrato — que o Governo prevê arrancar em Janeiro.

Vacinar revisitando o passado com os olhos do futuro

Opinião



Ana Povo

O período que começa no final de setembro, início de outubro, e se prolonga muitas vezes até inícios de março é sempre uma premonição de sobrecarga sobre os serviços de saúde. Esta realidade ocorre não só em Portugal, como no resto do mundo. Um fenómeno que associa uma população envelhecida, com uma carga elevada de doenças crónicas, ao frio e à circulação de vírus respiratórios (exemplo do vírus da gripe e do da covid-19) é motivo de grande preocupação e obriga ao desenvolvimento de políticas de saúde certas, que ajudem a mitigar esta situação. E a melhor forma de mitigar esta realidade é através do desenvolvimento de estratégias de promoção e de prevenção da saúde.

O plano de vacinação sazonal, que este ano se iniciou uma semana mais cedo, é disto mesmo um exemplo. Na execução do plano de vacinação sazonal 2024/25, procurámos aproveitar o que de melhor se fez no passado e implementámos estratégias que procuram responder ao que correu menos bem. Este ano, investimos cerca de 6 milhões de euros no alargamento da administração da vacina contra a gripe de dose elevada à população com mais de 85 anos (no ano passado, foi introduzida apenas nas ERPIS – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Similares), com o objetivo de conferir maior proteção a esta população mais vulnerável. Os estudos realizados referem que esta vacina reduz o risco de mortalidade em cerca de 49% no decurso da infeção gripal e em cerca de 65% a necessidade de internamento.

Por questões técnicas, nomeadamente logísticas, optou-se pela disponibilização da vacinação nas unidades de saúde do SNS e, por isso, os utentes com mais de 85 anos devem dirigir-se ao seu centro de saúde para fazerem a administração das vacinas, que poderão complementar com a administração da vacina contra a covid-19. Deu-se primazia ao princípio de que "qualidade é quantidade" e com esta decisão pretendeu-se permitir que cada ponto de vacinação tivesse um maior número de doses. Desta forma, conseguimos garantir que a população com mais de 85 anos, praticamente toda com doenças crónicas de base, seja acompanhada pelo seu médico/a e enfermeiro/a de família neste processo.

Este procedimento constitui ainda uma importante medida de prevenção secundária. Não foi só ao grupo de utentes de mais de 85 anos que definimos que a vacinação era realizada nas unidades de saúde do SNS. Também os doentes com doenças crónicas e as grávidas deverão ser vacinados apenas nas unidades de saúde do SNS, como aconteceu no ano passado. E isto porquê? Para que possam beneficiar, igualmente, de uma avaliação clínica alargada às suas doenças crónicas e, assim, reduzir a necessidade de recorrer aos serviços de urgência durante o inverno. Não quer isto dizer que tenhamos abandonado o programa tão bem começado no ano passado, em que tivemos as farmácias comunitárias como postos de vacinação. Muito pelo contrário, o facto de termos atualizado o valor pago por ato faz com que este ano tenhamos um maior número de farmácias disponíveis. Estaremos diariamente a acompanhar a vacinação e ajustaremos todas as medidas que se considerem necessárias para garantir uma maior cobertura vacinal possível. Convém salientar que a cobertura vacinal contra a gripe na campanha sazonal 2022/23, para a população com mais de 85 anos, foi de 82%, aumentando apenas 1% na época seguinte, quando se alargou o programa de vacinação às farmácias. Ou seja, não se registou um aumento significativo de adesão.

Tal como na campanha 2023/2024, a Direção-Geral da Saúde fará uma avaliação pública da campanha 2024/2025 com o rigor técnico e transparência que a definem, de forma a realizar eventuais melhorias que possam ser consideradas para o efeito. Servimos os portugueses. Trabalhamos para garantir mais e melhor saúde à nossa população e, daí, a grande novidade deste ano ser o alargamento da vacina de dose reforçada aos mais vulneráveis.

Nesse sentido, questiono-me sobre a razão de o anterior governo não ter avançado com a dose reforçada, uma vez que a vacina já estava disponível.

Secretária de Estado da Saúde



ACADEMIA

tinteiro

CURSO ONLINE
7 – 10 DE OUTUBRO
DIÁRIO
18h30 ÀS 20h00
PLATAFORMA ZOOM

OFERTA:

SEBENTA DO CURSO

ACESSO ÀS AULAS GRAVADAS

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

O PIOR DA CENSURA É [redacted].



SAIBA TUDO, SEM LÁPIS AZUL, NO CURSO «CENSURA DE POMBAL, CENSURA DE SALAZAR», DE RUI TAVARES E JOSÉ PACHECO PEREIRA.

~~Censura será sempre censura, por muito que as palavras mudem com os tempos ou os tempos mudem as palavras.~~ Conheça a história da censura neste curso, ~~onde comparamos duas épocas distintas.~~ A censura de Pombal, ~~estudada e apresentada~~ por Rui Tavares. E a censura de Salazar, ~~estudada e apresentada~~ por José Pacheco Pereira.

SESSÃO 1 – 7 DE OUTUBRO
A Real Mesa Censória 1768-1777 (Rui Tavares)
Nesta primeira aula conheceremos quem foram os censores da Real Mesa Censória, como trabalhavam e que efeitos tiveram na definição daquilo a que então se chamava a "luz pública".

SESSÃO 2 – 8 DE OUTUBRO
Da censura às revoluções (Rui Tavares)
Entre 1776 e 1789, duas revoluções, a Americana e a Francesa, transformaram por inteiro o panorama da história universal. Podem os livros ter causado revoluções? Nesta aula veremos os livros mais importantes do período pré-revolucionário.

SESSÃO 3 – 9 DE OUTUBRO
O papel dos periódicos no condicionamento social (José Pacheco Pereira)
Já no período do Estado Novo, e focando as suas aulas nos mecanismos da censura do Estado muito para além da política, a primeira aula conduzida por Pacheco Pereira olha para a imprensa e para o impacto social do controlo sobre ela exercido.

SESSÃO 4 – 10 DE OUTUBRO
Os livros sob o olhar da Censura (José Pacheco Pereira)
Na segunda e última aula dedicada à Censura no tempo de Salazar, e continuando a ir para lá da política, o foco vira-se para os livros e para o mercado editorial: os proibidos, os confiscados, as «listas negras» de autores e até os que fintavam o crivo...

RUI TAVARES



É licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa, com mestrado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutoramento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Autor de vários livros, entre os quais o *Pequeno Livro do Grande Terramoto* — prémio RTP/Público de melhor ensaio de 2005 — e *O Censor Iluminado* — premiado pela Academia da História Portuguesa como melhor livro de história de Portugal em 2019. Já foi professor associado convidado na Universidade Nova de Lisboa, investigador visitante na Universidade de Nova Iorque (2016) e no Instituto Universitário Europeu de Florença (2018), bem como professor visitante na Brown University (2018) e na Universidade de Massachusetts (2020). É o autor do programa televisivo de divulgação histórica *Memória Fotográfica* (RTP, 2018) e do podcast de história *Agora, Agora e mais Agora*, também publicado em livro, e é o director de *Portugal: Uma Retrospectiva*. Actualmente, é deputado à Assembleia da República pelo partido LIVRE.



JOSÉ PACHECO PEREIRA

Nasceu no Porto, em 1949. Participou na luta contra a ditadura antes do 25 de Abril. Foi professor de vários graus de ensino. Foi deputado na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, e dirigente do PSD. Publicou mais de uma dezena de livros sobre história e política. Colabora regularmente na imprensa escrita, na rádio e na televisão. Faz parte do painel do programa de debate político *Circulatura do Quadrado*. É autor dos blogues *Abrupto*, *Estudos sobre o Comunismo* e *Ephemera*. Dedica-se desde há muito à preservação de livros, periódicos, documentos e objectos ligados à memória da história contemporânea portuguesa. Criou e mantém o Arquivo / Biblioteca EPHEMERA, o maior arquivo privado português.

INSCREVA-SE AQUI:



90 € Preço para assinantes do Público ou membros do clube Tinta-da-china

130 € Curso online

*LUGARES LIMITADOS

Na Feira da Luz, tachos e alguidares são protagonistas. E estão no sangue de uma família

Os produtos utilitários para o lar são alguns dos favoritos na Feira da Luz. E muitos dos clientes são fiéis da família que os vende mesmo à entrada do mercado

Reportagem

Beatriz Pedro Ferreira Texto
Daniel Rocha Fotografia

Enquanto a Feira da Luz não enche, Sónia Marques vai colando etiquetas com preços nos produtos novos: tachos, alguidares, grelhas, funis, colheres de pau... Começa pelos utensílios mais pequenos, antes de se afastar um pouco para fazer o mesmo nos baldes de esfregonas, que já ficam no passeio. "Olá, vizinha! Se precisar de ajuda, diga!", diz a quem se aproxima, sem tirar os olhos dos autocolantes com os preços, que vai distribuindo.

Ao lado, num banco, um homem vai vendo quem passa. Em cima, quase tapado por todos os produtos pendurados, lê-se o nome da banca: Manuel José Alves. Mas o dono apresenta-se como "Manel Alentejano". Talvez apelando a essa origem, nunca deixa de utilizar a sua boina castanha. "O bicho está velho", vai repetindo entre risos, de modo a, timidamente, tentar afastar algumas conversas.

Manuel conta que começou o seu negócio há 45 anos, mas não entra em grandes detalhes: "Antigamente era diferente", resume. E, desde então, sempre marcou presença na Feira da Luz, em Carnide (Lisboa). Os seus filhos ainda eram pequenos, mas juntaram-se cedo aos pais. Hoje, Sónia e Fernando ainda ajudam – aliás, é o seu trabalho a tempo inteiro. Mas os dois percorreram caminhos diferentes até chegar aqui.

Fernando, de 50 anos, explica que esteve na faculdade, teve outras ocupações e também se afastou do comércio por motivos pessoais, mas acabou por voltar. "Trabalho com os meus pais desde pequenino. Não estive cá todos os anos: desde o nascimento do meu filho, estive uma meia dúzia de anos sem vir cá; depois, voltei. Talvez já cá esteja há uns 15 anos, mas antes disso estive muito mais", afirma.

A sua irmã, Sónia, de 49 anos, teve um percurso diferente. "Venho aqui vender à feira todos os anos, já desde pequena: com seis anos, sete, por aí. Tenho este trabalho desde sempre, nunca tive outro", explica. Embora já ajudasse em criança, este tornou-se oficialmente no seu trabalho quando terminou a escola. "Dá-se bastante do corpo e da mente, é um trabalho como os outros", afirma. A Feira da Luz estende-se por todo o mês de Setembro – termina no próximo domingo –, mas não é a única onde esta família marca presença. Costumam estar em feiras mais curtas, "quatro ou cinco por semana".

Já os pais continuam, como sempre, a participar nesta vida. Vinda da Brandoa, no concelho da Amadora, a família está, este mês, a trabalhar relativamente perto de casa. Por isso, alguns dos clientes são vizinhos. Além disso, ao fim de quatro décadas, os comerciantes já são bem conhecidos. Entre as vendas, vão conversando com vizinhos e amigos, que vêm para passear e comprar. Uma delas é Sónia, que sorri para a feirante com o mesmo nome. Ambas se cumprimentam com um idêntico mas alegre "Olá, Sónia", como se fossem dois clones apesar de, fisicamente, não poderem ser mais diferentes.

Enquanto Sónia vai colando etiquetas e conversando com clientes e conhecidos, Fernando está no canto oposto da banca. Segura um conjunto de colheres de pau e vai escrevendo nelas, com um lápis também de madeira. "É o meu dia-a-dia aqui. Arrumar e expor e limpar e atender clientes. E voltar a repor, porque as coisas vão sendo compradas", enumera, com um sorriso tímido.







Uma das principais bancas de comércio da Feira da Luz foi fundada há 45 anos. Hoje, os filhos do proprietário mantêm, ao lado dos pais, o negócio vivo

Um local de encontro

Apesar de extensa, a banca está completamente ocupada com artigos que serão facilmente vendidos. Sobretudo ao final do dia e quando está bom tempo,





muitas pessoas vão à feira: por vezes, até é difícil passar perto da banca de utensílios, que tanta atenção chama à entrada.

"Quase tudo o que eu tenho na cozinha vem destas bancas: já é um hábito vir cá. Se isto desaparece, não sei o que faço!", exclama, entre risos, uma das clientes, Fátima Coelho. "Venho cá todos os anos, porque preciso sempre de alguma coisa e isto é grande, tem muita coisa, tem variedade", acrescenta, com um alguidar azul na mão.

Para outros, como Helena Dias, há ainda outra vantagem: "No fundo, acho que é mais barato do que nas lojas. E as pessoas são acessíveis", argumenta. E a sua afirmação parece ser corroborada pela mala cheia, em que leva vários produtos acabados de comprar.

Mário Silva, por sua vez, aguarda junto da borda do passeio enquanto a esposa, Cristina Silva, vê com atenção toda a extensão da banca. Já lhe foi oferecida ajuda pelos vendedores, mas "ela sabe o que faz", observa Mário, de braços cruzados. "Ela gosta de vir aqui e eu confesso que também me dá jeito. Há coisas que não se encontram em todo o lado, nas lojas", explica. "Encontro o que quero... E aqui também estou rodeada de pessoas. Por isso, gosto de cá vir", acrescenta Cristina.

Os vendedores não precisam de se preocupar em atrair os clientes: eles aparecem facilmente. "É só esperar que alguém se interesse", resume Fernando. "A minha parte favorita é atender os clientes. Quando são simpáticos, dá vontade de atender", explica Sónia.

Os clientes também reconhecem a importância da Feira da Luz. "É emblemática. Venho cá todos os anos, pelo menos uma vez: até gosto de vir várias vezes. Se não precisar de nada, invento um motivo para cá vir. Às vezes, venho só passear e posso até acabar por querer comprar alguma coisa", admite mais uma cliente, Paula Tavares. Para si, é "uma honra" fazer compras para a casa numa feira icónica de Lisboa e com importância histórica.

Uma feira centenária

Para Fernando, a importância da Feira da Luz passa por ser uma feira histórica. Segundo o presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Sousa, é "uma tradição com mais de 500 anos", ligada a uma romaria realizada anualmente no Santuário da Nossa Senhora da Luz. O culto a esta santa teve início em 1463, iniciando-se a romaria no ano seguinte, no final das colheitas do Verão, segundo o *site* oficial da Junta de Freguesia de Carnide.

A feira complementava a romaria, atraindo numerosos visitantes. Com o tempo, o mercado foi integrando loiças, cestos, fruta e gado e actividades de animação. A partir do século XX, com o eléctrico, a feira tornou-se mais acessível e, por isso, passou a estender-se por todo o mês de Setembro.

Este ano, mantém-se a tradição religiosa: no último dia da feira, 29 de Setembro, realiza-se uma missa solene na Igreja da Luz, seguida de uma procissão pela santa padroeira. Contudo, o programa da feira é muito diverso, podendo ser consultado *online*.

Para Fábio Sousa, é uma das festividades mais importantes do país, pela sua história e pela sua duração prolongada. Outros elementos da Junta de Freguesia de Carnide reforçam essa opinião: "É uma das feiras mais antigas e de longa duração existente em Portugal e a única com esta característica na cidade de Lisboa. O envolvimento da população, do comércio local e dos inúmeros grupos e instituições locais torna vivo o verdadeiro sentido comunitário", afirma Gonçalo Ferreira, coordenador das áreas da Cultura e do Gabinete de Informação.

Nos últimos anos, houve mudanças na Feira da Luz. O presidente da Junta de Freguesia confirma um aumento de feirantes, sobretudo após a interrupção a que o confinamento obrigou. Tem, afinal, havido um "esforço de diversidade, com mais coisas e coisas diferentes". Este ano, há mais de uma centena de feirantes vindos de várias regiões.

O vendedor Fernando afirma notar uma diminuição de clientes, que, ainda assim, parecem mais interessados: "Não é comprar só por comprar, é comprar com consciência", conclui. Fábio Sousa admite ter dificuldade em estimar o número de visitantes, uma vez que a entrada é livre, mas conta que a junta recebe contactos de todo o país: "Houve uma pessoa de Viseu que quis saber quando era a feira, porque tinha duas semanas de férias para marcar e queria aproveitar para vir", exemplifica.

Segundo Fábio Sousa, a feira também tem um grande impacto na economia local, estando representados restaurantes típicos e muitos artesãos. Afirma, por isso, que a festividade tem um grande retorno para a junta e para os residentes em todos os sentidos.

Fernando acredita que a feira só funciona no seu conjunto. "A feira é o comércio, mas também é as farturas. Não se pode fazer a feira só com uma coisa", argumenta. A antiga feira de produtos agrícolas e rurais foi evoluindo ao longo dos séculos e, hoje, vendem-se roupas, loiças, artesanato, cestos, olarias, mobiliário, bem como comida, que inclui refeições completas, mas também os típicos doces. A feira tem mudado, mas todos os anos vai sendo celebrada – do primeiro ao último fim-de-semana de Setembro.

Nova residência universitária de Benfica está aberta a todos

Teresa Serafim

Gerida pela junta de freguesia, a residência é inaugurada hoje. E será também local de convívio para moradores da zona

O bairro de Calhariz de Benfica ganhou um novo edifício de três pisos, num tom branco, *bordeaux* e amarelado, que será casa de estudantes universitários, professores e investigadores. A Residência Universitária do Calhariz – Benfica é inaugurada hoje e pretende ser mais do que um dormitório com capacidade para 120 pessoas. O equipamento gerido pela Junta de Freguesia de Benfica será um espaço para os moradores da zona, que poderão usar o ginásio ou o auditório.

Situada na Estrada do Calhariz de Benfica, junto à estação de caminhos-de-ferro, a residência começou a ser construída em Fevereiro deste ano e teve um financiamento de cerca de quatro milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). "Este local parecia-nos o mais adequado pela proximidade ao comboio. Estamos a dois minutos da estação de Benfica", considera Ricardo Marques (PS), presidente da junta, que conta que este projecto começou a ser idealizado há cerca de três anos. Em Benfica, existiam residências de estudantes privadas, mas esta será a primeira pública. Há ainda outra particularidade: será a primeira em Portugal a ser construída e gerida por uma junta de freguesia.

Ontem, no interior do edifício, tratavam-se dos últimos pormenores, das arrumações e das limpezas – afinal, os estudantes começam a visitar o espaço ainda esta semana e prevê-se que se instalem a partir da próxima segunda-feira. No rés-do-chão fica o refeitório, a zona de estar, a cozinha, uma pequena zona de bar, o auditório, uma sala de estudo, uma sala de reuniões, a lavandaria e o ginásio. "Queremos que haja vida neste andar e que o sonho dos jovens seja viver em Benfica", afirma Ricardo Marques, enquanto nos guia pelo espaço. Na parte exterior, há um terraço.



A residência recebe os estudantes na segunda-feira

Quanto ao dormitório, há 15 quartos duplos, 12 individuais, seis para pessoas com mobilidade reduzida e 12 apartamentos, tendo, cada um deles, três quartos duplos. Entre as 120 camas disponíveis, 70 estão reservadas para bolseiros e dez para professores e investigadores. Há ainda dez que a junta de freguesia guardou para atribuir a atletas de clubes locais. Também foram feitos protocolos com algumas instituições de ensino superior, como o Instituto Politécnico de Lisboa, que está sediado em Benfica, e tem 82 vagas nesta residência.

Os preços dos quartos variam entre os 89,12 euros mensais, para os bolseiros, e os 463,43 euros, para professores e investigadores. Patrícia Ameixial, responsável pela residência, destaca que este equipamento faz parte da solução para o problema da habitação: "Tudo o que seja feito para ajudar as pessoas a conseguirem deslocar-se e estudar é importante."

A inauguração da residência será feita a partir das 18h de hoje e terá a presença do presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas (PSD). O convite é feito também a todos os moradores desta zona da freguesia, pois parte do equipamento será para eles. Esta é a área mais envelhecida da freguesia e a residência de estudantes faz parte de um plano para a rejuvenescer. Os moradores do Calhariz Velho terão assim um cartão para entrar na residência e poder usar, gratuitamente, o ginásio ou o auditório. "Esperamos que seja uma zona de coexistência entre os moradores e os alunos", prevê Ricardo Marques.

O presidente da junta de freguesia adianta ainda que esta é uma zona de Benfica que tem tido menos investimento público e que pretende que isso mude. Neste momento, estão a ser investidos cerca de 15 milhões nesta área, o que inclui, além da residência, um projecto com 58 apartamentos de renda acessível, uma creche, um parque de *skate*, um pequeno campo de jogos, uma ciclovia e a reabilitação do casco histórico, entre outros.

António Guterres: "Não deixem que o Líbano se torne outra Gaza"

Israel anunciou morte de mais um comandante do Hezbollah. Na segunda-feira, os seus bombardeamentos mataram pelo menos 569 pessoas no Líbano

Maria João Guimarães

O gabinete de *media* do movimento xiita libanês Hezbollah emitiu um comunicado dizendo que a sua luta contra Israel já não tem apenas como objectivo defender os palestinianos de Gaza, mas sim o Líbano e o povo libanês, depois de, na véspera, ataques israelitas terem matado pelo menos 569 pessoas, das quais 50 eram crianças, e ter deixado 1835 pessoas feridas – no dia mais mortífero no país desde a brutal guerra civil de 1975-1990.

Até agora, o Hezbollah, que começou a lançar *rockets* contra o Norte de Israel depois do ataque do Hamas de 7 de Outubro, dizia que pararia de lutar quando fosse assinado um acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza.

O movimento disparou durante o dia de ontem cerca de 220 *rockets* contra Israel, o maior número num dia desde o início da guerra. Israel disse entretanto que num ataque tinha morto Ibrahim Qubaisi, o comandante da divisão de *rockets* e mísseis do Hezbollah. Antes, tinha declarado o fim da fase actual da operação, que começou na segunda-feira.

Esta operação, escreveu no diário *Haaretz* o jornalista Amos Harel, significou que Israel e Hezbollah estão em guerra, "mesmo que soldados israelitas não tenham ainda atravessado a fronteira com o Líbano e que o Hezbollah não tenha ainda concretizado a sua ameaça de disparar *rockets* contra a zona de Telavive".

"Os ataques recentes de Israel no Líbano podem ter virado a página desta guerra de atrito para uma situação muito mais aguda, deixando a região à beira de uma guerra total", escreveu Asher Kaufman, professor de História e Estudos da Paz, num artigo no *site* The Conversation. "Uma guerra que poderia causar grande destruição no Líbano e em Israel, e que poderá também arrastar o Irão e os Estados Unidos para um confronto directo."

A questão mais imediata era que resposta iriam dar o Hezbollah, e o Irão (e qual deles decidirá o que fazer: se há analistas a achar que o Hezbollah pode arrastar o Irão para uma guerra, também há quem diga que o Irão pode decidir preservar o movimento e o seu poder político e implantação social no Líbano).

Não era claro se a declaração do Hezbollah indicava que o movimento poderia ir mais longe, implicando o uso armas capazes de atingir a zona de Telavive ou alvos além do Norte, mesmo com o risco de uma retaliação israelita que seria desastrosa para o Líbano.

Até agora, o movimento tem sido cauteloso e tem tentado calibrar os ataques para não arriscar uma resposta israelita devastadora. E, se decidisse retaliar agora, iria fazê-lo de uma posição mais enfraquecida depois dos ataques dos *pagers* com explosivos e das mortes de boa parte da sua liderança, sublinhou Kaufman.

O Irão manteve, ainda no plano das declarações, o apoio ao movimento libanês, com o Presidente, Masoud Pezeshkian, a dizer numa entrevista à emissora norte-americana CNN que o Hezbollah "não pode enfrentar sozinho um país que está a ser defendido, apoiado, e abastecido por países ocidentais".

Mas o que significa isso? "Vão mandar reforços ou pedir ao Hezbollah para parar?" perguntava a analista Kim Ghattas na rede social X. "Essa é a questão-chave."

Israel diz que está a atacar o Hezbollah e não o Líbano, mas muitas das vítimas foram mulheres e crianças (pelo menos 94 mulheres e 50 crianças, segundo as autoridades libanesas). Morreram também quatro socorristas (foram atingidas 14 ambulâncias e carros de bombeiros).

> **Os ataques recentes de Israel no Líbano podem ter virado a página desta guerra de atrito para uma situação muito mais aguda, deixando a região à beira de uma guerra total**
>
> **Asher Kaufman**
> Professor de História e Estudos da Paz

Abrigos em escolas

As escolas do país estão fechadas e a servir de abrigo para as muitas pessoas que fugiram do Sul. "Dezenas de milhares de pessoas foram obrigadas a sair das suas casas ontem e durante a noite, os números continuam a aumentar", disse o porta-voz do ACNUR (a agência da ONU para refugiados) Matthew Saltmarsh, em Genebra.

Estes acontecimentos dominaram ontem a sessão de abertura da 79.ª Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque. "Não deixem que o Líbano se transforme noutra Gaza", apelou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, no seu discurso.

Guterres lamentou que um número cada vez maior de países ajam à margem do direito internacional, violem a Carta das Nações Unidas, que possam "invadir outro país, arrasar sociedades inteiras ou desprezar completamente o bem-estar do seu próprio povo", tudo isto sem que nada lhes aconteça.

"O nível de impunidade do mundo é politicamente indefensável e moralmente intolerável", declarou Guterres.



Israel diz que está a atacar o Hezbollah e não o Líbano, mas muitas das vítim

WAEL HAMZEH/EPA



mas foram mulheres e crianças

Israel quer forçar saída de civis

Agências da ONU exigem fim das "atrocidades" na Faixa de Gaza

Sofia Lorena

Há exactamente uma semana que todos os olhos estão postos no Líbano. Quando Israel fez explodir milhares de *pagers* usados pelo Hezbollah, ficou claro que algo tinha mudado. A mortandade provocada pelos bombardeamentos dos últimos dias confirmou que a guerra de desgaste ficou para trás. Mas a guerra de Israel em Gaza não ficou e as bombas continuam a cair no enclave palestiniano.

Numa declaração na rede X, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Palestiniana defendeu que Israel está a "alargar o conflito" precisamente para "isolar" o povo palestiniano e "desviar a atenção da guerra de extermínio de deslocação" contra a população de Gaza.

No pequeno território – onde o Hamas não tem sido capaz de contra-atacar com eficácia, ainda que Israel também não pareça aproximar-se dos objectivos traçados há quase um ano, incluindo a "destruição total" do movimento – continua a morrer-se, de bombas e de fome e de problemas de saúde provocados pela devastação do conflito.

As escolas há muito transformadas em refúgio são por estes dias um alvo frequente, com pelo menos 32 palestinianos, incluindo 16 crianças, mortos em três ataques contra escolas (sábado, domingo e segunda-feira) e a ONU a apelar às Forças de Defesa de Israel (IDF), ontem, para que "deixem de atacar as escolas que constituem o último abrigo para os palestinianos". Só em Setembro, segundo as Nações Unidas, dez escolas foram atingidas em ataques que fizeram 86 mortos.

Ao todo, de acordo com o Ministério da Saúde da Faixa de Gaza (onde o governo é controlado pelo Hamas), morreram já nesta guerra 41.467 pessoas, enquanto 95.921 ficaram feridas e milhares continuam debaixo de escombros. Na segunda-feira, foram mortas 60 pessoas; ontem, foram pelo menos 22.

Com objectivos que parecem inalcançáveis e sem estratégia de saída, o Governo de Benjamin Netanyahu está agora a analisar um plano elaborado por oficiais na reforma que pretende "mudar a realidade" no terreno, como disse o general Giora Eiland, quando o apresentou, há dias, à Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento de Israel.

"Temos de dizer aos residentes do Norte de Gaza que têm uma semana para abandonar o território, que se torna então uma zona militar em que todas as pessoas são um alvo e em que, mais importante, não entra nenhuma ajuda", explicou, citado pelo jornal *The Times of Israel*. Isto para que "5000 terroristas sejam obrigados a render-se ou morram à fome".

41467

O número de pessoas que já morreram na Faixa de Gaza desde o início da guerra, em Outubro de 2023

2,1

São mais de dois milhões os habitantes de Gaza que necessitam de ajuda alimentar urgente

De acordo com o plano, "actualmente a ser avaliado pelo Governo", as IDF vão retirar todos os civis que se encontram no Norte, desde a fronteira até ao rio Gaza", disse ao diário *The Guardian* o deputado Avichai Boaron (do Likud, o partido de Netanyahu). "Depois da evacuação, as IDF assumirão que apenas os terroristas permaneceram", disse. "Quando a população civil tiver saído, podem encontrar e matar todos os terroristas sem prejudicar os civis."

Por saber, como nota o jornal britânico, fica o que acontecerá aos civis que não possam – ou não queiram – sair, "ou como o plano ajudará a libertar os reféns" israelitas que continuam nas mãos do Hamas. A ONU estima que há entre 300 e 500 mil palestinianos (quase todos deslocados) a viver no Norte.

"Estas atrocidades têm de acabar", afirmaram na segunda-feira, numa declaração conjunta, os principais responsáveis das agências da ONU, incluindo o Programa Alimentar Mundial e a Unicef, e outras organizações internacionais de ajuda. No texto, a pretexto da presença dos líderes mundiais em Nova Iorque, para a Assembleia Geral anual da ONU, exige-se "o fim do terrível sofrimento humano e da catástrofe humanitária" na Faixa de Gaza. Os obstáculos à entrada de ajuda continuam e o "risco de fome persiste", com 2,1 milhões de habitantes "a necessitar urgentemente de ajuda alimentar e de subsistência", sublinha-se.

Numa Assembleia Geral dominada pelo Líbano, o secretário-geral da ONU fez questão de dedicar parte do seu discurso de abertura a Gaza, condenando "o castigo colectivo do povo palestiniano" no território, uma declaração recebida com aplausos. Segundo o ex-primeiro-ministro português, "a velocidade e a escala da destruição e das mortes em Gaza não têm comparação com nada" a que assistiu nos seus anos como secretário-geral.

A única solução, afirmou, é que o mundo "se mobilize para um cessar-fogo imediato, para a libertação imediata e incondicional dos reféns e para o início de um processo irreversível em direcção a uma solução de dois Estados". "Qual é a alternativa?", perguntou. "Como pode o mundo aceitar um Estado no qual um grande número de palestinianos será incluído sem qualquer liberdade, direitos ou dignidade?"

RAMADAN ABED/REUTERS



As escolas transformadas em refúgio são um alvo frequente

Médio Oriente

Na ONU pela última vez, Biden tenta acalmar tensão

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, dirigiu-se ontem aos líderes mundiais nas Nações Unidas pela última vez enquanto chefe de Estado, declarando que a guerra da Rússia na Ucrânia falhou e que uma solução diplomática entre Israel e o Hezbollah do Líbano ainda era possível.

A quatro meses do fim do seu mandato, Biden subiu ao púlpito de mármore verde da Assembleia Geral da ONU com as guerras na Ucrânia, na Faixa de Gaza e no Sudão ainda em curso e que provavelmente durarão mais do que a sua presidência, que termina em Janeiro.

O Presidente procurou acalmar as tensões, numa altura em que a guerra de quase um ano entre Israel e os militantes palestinianos do Hamas na Faixa de Gaza sitiada ameaça agora o Líbano.

"A guerra em grande escala não é do interesse de ninguém. Mesmo que a situação se tenha agravado, uma solução diplomática ainda é possível", disse à Assembleia Geral da ONU, composta por 193 membros. Sob uma salva de palmas, Biden apelou a Israel e ao Hamas para que concluíssem o acordo de cessar-fogo em Gaza e de libertação de reféns apresentado pelos EUA, Qatar e Egipto.

A presidência de Biden também tem sido dominada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, esteve na sala de audiências para ouvir Biden falar e enfatizar o apoio dos EUA ao seu país.

"A boa notícia é que a guerra de Putin falhou no seu objectivo principal. Ele decidiu destruir a Ucrânia, mas a Ucrânia ainda é livre", disse Biden. "Não nos podemos cansar, não podemos desviar o olhar e não deixaremos de apoiar a Ucrânia, não, até que a Ucrânia ganhe com uma paz justa e duradoura", afirmou. Biden deve ouvir Zelensky sobre um novo plano de paz ucraniano, quando se encontrarem amanhã em Washington. Fonte da Administração dos EUA disse que o plano é provavelmente muito parecido com os anteriores que pedem mais armamento e apoio para a luta da Ucrânia.

A constante tensão com a China e o Irão, que apoia o Hamas e o Hezbollah, tem consumido grande parte do tempo do Presidente. Biden disse ontem que o progresso em direcção à paz no Médio Oriente poria o mundo numa posição mais forte para enfrentar "a ameaça contínua representada pelo Irão".

"O problema na Guiné é muito grave, estamos a caminhar para o abismo"

António Rodrigues

Domingos Simões Pereira garante que está disposto a desafiar a violência. Idriça Djalo critica a "classe política medíocre"

O Presidente da República tem o poder executivo nas mãos, tem o poder judicial nas mãos e, agora, tem o poder legislativo nas mãos. Perante este cenário, o que resta da democracia na Guiné-Bissau? "Dito assim, não resta nada", respondeu ao PÚBLICO Domingos Simões Pereira, que Umaro Sissoco Embaló destituiu à força de presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) na segunda-feira. "Mas todos esses poderes se resumem a um só, que é o poder militar, o poder repressivo", lembrou.

Poderes que só estão na mão de uma só pessoa "enquanto os militares acharem que devem apoiar quem não respeita a Constituição", mas estes "têm de ter a consciência de não estarem a servir a nação, não estarem a servir a independência pela qual muitos deles lutaram", explicou por telefone, desde Bissau, o líder do PAIGC e da coligação PAI-Terra Ranka, que venceu as legislativas de 2023.

Foi a força das armas que permitiu a Sissoco Embaló "assumir ilegalmente o poder", como referiu ontem o presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Bubacar Turé, em conferência de imprensa. Os militares, num "assalto criminoso" a um órgão de soberania como é a ANP, deram "um golpe de Estado" com base nos "argumentos falsos" do chefe de Estado, para depor um presidente do Parlamento "eleito pelo povo e depois eleito por dois terços dos deputados" e substituí-lo por uma usurpadora, Adja Satu Camará.

"Para a LGDH é um golpe de Estado inaceitável e que condenamos com toda a energia. Exigimos o retorno imediato da ordem constitucional que passa, necessariamente, pela remoção daquela presidente usurpadora", de modo a permitir que a ANP, "enquanto órgão de soberania, possa funcionar através da sua Comissão Permanente", disse Turé.

Sissoco Embaló jantou na segunda-feira em Nova Iorque com os altos representantes dos países da CPLP, presentes na cidade para assistir à Assembleia Geral da ONU. Ficou sentado numa ponta, ao lado do primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada, e de frente para o ministro de Negócios Estrangeiros da Guiné Equatorial, Simeón Oyono Esono Angue. Na outra ponta ficou o primeiro-ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, que recentemente exigiu mais acção à comunidade em relação à "desgraça" que se está a passar na Guiné-Bissau: "Antes eram golpes de Estado, agora são golpes presidenciais."

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, representou Portugal nesse jantar em que se falou da presidência guineense da CPLP, ocupando o lado da mesa onde estava Xanana e distante de Embaló.

"Estado de direito"

Ontem assinalam-se os 51 anos da independência da Guiné-Bissau e o Presidente deixou gravada uma mensagem que fala num "dia de alegria", "unidade nacional" e de "reconciliação entre guineenses de todas as etnias, de todas as religiões e de todas as condições sociais". Transmitindo aos jovens a ideia de que estão perante "um futuro desafiante" que precisam de "assumir" e "que exige a consolidação do Estado de direito democrático na Guiné-Bissau".

Uma mensagem recebida com um desabafo por Idriça Djalo, líder do Partido de Unidade Nacional (PUN), pequena formação política sem assento parlamentar. "É a doença da classe política guineense, são todos violadores do Estado de direito democrático", no entanto, "falam de eleições, falam de Estado de direito democrático – é incrível! Acho que as palavras para eles não têm o mesmo valor, falam para falar."

"O problema na Guiné é muito grave, estamos a caminhar para o abismo" porque a Guiné-Bissau "é o único país", disse Djalo, "onde as pessoas com maiores pretensões para o dirigir não estão minimamente preparadas para as suas ambições – é uma classe política medíocre."

"O país está a morrer, literalmente", acrescentou Djalo desiludido. "Chegou o momento em que ninguém perde tempo a analisar a consequência dos acontecimentos, tudo parece banal, a banalidade do mal, de que falava a Hannah Arendt."

Que chegue à Assembleia o secretário-geral de um partido para destituir o presidente da ANP, "invocando que o presidente está com a ala oposta à deles" é, para Djalo, de quem já não mede a consequência dos actos. "Trata-se de um órgão de soberania", aquilo que fizeram foi "dinamitar" o Estado de direito.

RUI GAUDÊNCIO



> **Eu e grande parte da população sentimos a nossa vida ameaçada. Agora, não vivo a pensar nisso**
>
> **Domingos Simões Pereira**
> Presidente destituído do Parlamento da Guiné-Bissau

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



Domingos Simões Pereira foi destituído do cargo de presidente da Assembleia Nacional Popular

"Quase dá para dizer tudo como previsto", comentou Simões Pereira, recém-regressado a Bissau depois de uma estadia na capital portuguesa, onde assinou com os líderes dos maiores partidos guineenses uma "declaração política conjunta" para pressionar Embaló e travar a sua deriva autoritária. Como se viu, o Presidente não se sentiu pressionado. "Não digo que não tenha servido para nada, mas não produziu os efeitos que nós esperávamos. Agora, suscitou reacções e é com essas reacções que vamos trabalhando", disse o destituído presidente do Parlamento.

O líder do PAIGC espera para ver o que vai acontecer amanhã, data da reunião dos órgãos competentes do Parlamento que a Comissão Permanente, reunida na segunda-feira, convocou para o Palácio Colinas de Boé, ocupado pelos militares no domingo e com uma nova presidente.

Não será a convocatória dessa reunião dos órgãos competentes da ANP para o edifício de um Parlamento ocupado pelos militares um desafio demasiado perigoso? Mais ainda se se convoca também a sociedade civil e a população? Para Djalo, não é mais do que "os maiores actores políticos a apelar ao caos".

Simões Pereira, que tem vasta experiência política, já percebeu que Embaló "não está disposto a abrir mão daquilo que considera serem as conquistas feitas", nomeadamente a de fazer "o Supremo Tribunal funcionar em função da sua orientação". Logo, "a decisão da Comissão Permanente da ANP de repor o Supremo Tribunal dentro dos ditames constitucionais constitui uma ameaça para ele que não pode aceitar".

Questionado sobre se está à espera que haja violência amanhã, o ex-primeiro-ministro escudou-se num "a esta distância, não posso dizer. Nós preferimos que não." Acrescentando: "Não temos nenhuma capacidade de mobilizar uma força para contrapor a quem utiliza as Forças Armadas e as forças policiais. Portanto, preferíamos que não chegasse a tanto."

"Eu e grande parte da população, sobretudo aqueles que estão de alguma forma envolvidos na política, sentimos a nossa vida ameaçada. Agora, não vivo a pensar nisso. Vim para ficar. Não vim para sair."

O entendimento de “europeísmo” dentro da UE é cada vez mais “étnico” e menos “cívico”

António Saraiva Lima

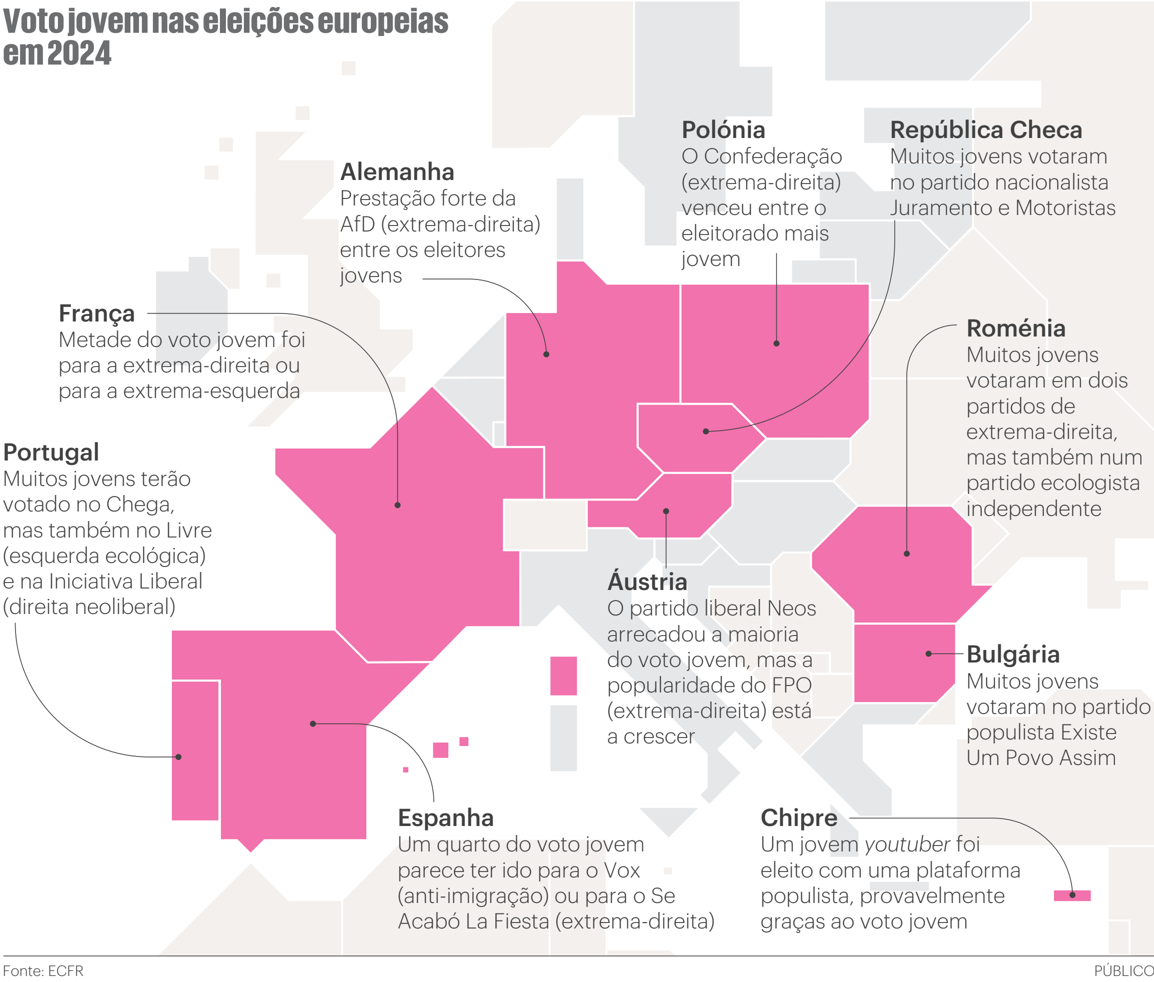
Estudo do ECFR e da ECF exibe a alienação crescente dos jovens, dos não-brancos e da Europa Central e do Leste

Num ano de 2024 marcado por guerras e por eleições importantes, a maioria dos cidadãos dos 27 Estados-membros continua a confiar, a manter-se ligado e a sentir-se optimista quanto ao futuro da União Europeia. Não obstante, o bloco comunitário está a “avançar numa direcção perigosa”, tendo em conta a forma como um número cada maior dos seus políticos está a dar mais ênfase ao entendimento de “europeísmo” como um conceito “étnico” em vez de “cívico”. Esta é uma das principais conclusões da terceira edição da Bússola do Sentimento Europeu, um relatório elaborado European Council on Foreign Relations (ECFR) e pela European Cultural Foundation (ECF), publicado hoje, que argumenta que a evolução “perigosa” do conceito é o resultado da intersecção de três “ângulos mortos” que não estão a merecer a devida atenção na UE.

São eles: o ano “particularmente difícil” dos europeus não-brancos e muçulmanos, que se sentem alienados devido à sua etnia ou religião e particularmente discriminados desde o ataque do Hamas contra Israel e da guerra israelita em Gaza; a falta de entusiasmo europeísta na Europa Central e do Leste; e o desinteresse de muitos jovens pelas eleições europeias, através da abstenção ou do voto em partidos de direita radical, eurocépticos e/ou anti-sistema.

“A ‘falta de voz’ dos cidadãos não-brancos e muçulmanos arrisca marginalizar ainda mais estes grupos, permitindo que a xenofobia floresça na política e no discurso da UE. O etnocentrismo incontestado dos políticos da Europa Central e do Leste corre o risco de normalizar essas atitudes na região e no resto da UE. E, se os jovens europeus crescerem neste ambiente, alguns poderão adoptar opiniões xenófobas, enquanto outros poderão rejeitar a UE, considerando-a defensora de valores que não são os seus”, alerta o estudo chefiado por Pawel Zerka, investigador do ECFR.

Intitulado *Bem-vindos à Barbielândia: o que o ano de guerras e eleições revela sobre o sentimento europeu*, o relatório baseia-se em trabalhos de investigação, estudos de opinião, análises políticas e entrevistas com políticos e especialistas em cada um dos 27 Estados-membros, na sequência das eleições para o Parlamento Europeu (Junho).



Fonte: ECFR
PÚBLICO

Zerka começa por fazer uma comparação entre a UE e o lugar onde vive a personagem principal do filme *Barbie*. “A personagem epónima deixa a fantástica Barbielândia e encontra o seu caminho para o mundo real. Para sua consternação, descobre que nem todas as raparigas lhe estão eternamente gratas por as empoderar e emancipar”, lê-se no relatório de 34 páginas. “Nos últimos 12 meses, muitas pessoas que se consideram ‘pró-europeias’ podem ter tido um choque equivalente. Na Europa, nem todos estão apaixonados pela UE: muitos estão desiludidos com o projecto europeu, alguns estão desinteressados, enquanto outros se vêem como intrusos dentro da comunidade europeia.”

“Normalização de governos eurocépticos” e do discurso xenófobo tiveram impacto nas europeias e indicam caminho “perigoso” para a União Europeia

“Flirtar com a xenofobia”

No que toca ao “ângulo morto” relativo à população europeia não-branca, o relatório cita os dados fornecidos pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE sobre o aumento do ódio e da violência anti-Islão e anti-semita após o 7 de Outubro de 2023 e o alerta da Amnistia Internacional sobre a limitação da liberdade de expressão e de manifestação dos críticos da operação militar israelita em Gaza em vários Estados-membros, para argumentar que muitos europeus muçulmanos se sentem “fisicamente ameaçados, marginalizados, alienados e deslocados” em países como a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, França, os Países Baixos ou a Suécia.

Parte deste sentimento de insegurança e alienação, faz notar o relatório, foi reforçado com a normalização de mensagens racistas, xenófobas e anti-imigração de partidos de extrema-direita, mas também de alguns partidos do *mainstream*, e teve como resultado prático o aumento dos votos em forças políticas como a União Nacional (França), a AfD (Alemanha), os Irmãos de Itália (Itália) ou o FPO (Áustria) no Parlamento Europeu.

“Uma grande parte do actual *establishment* político da UE está a flirtar activamente com a xenofobia e, ainda assim, o eurocepticismo não está a desaparecer”, lê-se no relatório. “Muitos políticos pró-europeus falam nos valores fundamentais da UE – como o universalismo, a igualdade e o secularismo –, ao mesmo tempo que apresentam a imigração de África e da Ásia como uma ameaça à ‘civilização’ europeia e a população muçulmana como um risco para a segurança da Europa.”

A opção de uma parte do eleitorado dos 27 pela direita radical foi particularmente relevante entre os jovens de países como a Polónia, a Alemanha, França ou Itália.

“Seria prematuro interpretar [estes resultados] como uma demonstração de um sentimento antieuropeu crescente, xenófobo ou iliberal entre os jovens europeus”, assinalam, porém, o ECFR e a ECF, citando dados do Eurobarómetro, do European Social Survey e do Next Generation Study, que “mostram que, na maioria dos 27 Estados, os jovens são e continuam a ser mais pró-europeus e socialmente mais tolerantes do que os seus pais e avós”. “O problema poderá estar mais do lado da oferta do que da procura. Com uma eleição dominada por candidatos relativamente velhos de forças políticas estabelecidas, muitos jovens podem considerar que a UE e as suas eleições são uma festa para *boomers*”, sugere o relatório.

Paradoxos do Leste

Assinalando a crise dos refugiados de 2015 como um momento-chave para a consolidação de políticos populistas e anti-imigração como Viktor Orbán (primeiro-ministro da Hungria) e para o reforço da ideia, promovida por eles, de que o multiculturalismo é um “problema” exclusivo da Europa Ocidental, o relatório do ECFR e da ECF realça, ainda assim, que o “ângulo morto” relacionado com a Europa Central e do Leste está assente num “paradoxo”.

Por um lado, a maioria das populações dos Estados- membros desta região sente-se ligada à organização comunitária, mostra-se optimista quanto ao seu futuro e, à excepção da República Checa e da Eslovénia, confia nela. Por outro, atenta que países como a Polónia, a Roménia ou a Bulgária exibem percentagens superiores a 35% no que toca à percentagem de pessoas que acredita que o seu país poderia ter um “futuro melhor” fora da UE. O relatório destaca ainda a quase total ausência de cerimónias comemorativas do 20.º aniversário do alargamento da UE a leste e assinala a participação reduzida em muitos destes Estados-membros nas eleições europeias.

O ECFR e a ECF defendem a necessidade de os líderes políticos que se dizem europeístas “darem mais substância” ao conceito “cívico” do “europeísmo”. “É muito importante – e urgente – que os pró-europeus resistam à tentação eleitoral ou estratégica, a curto prazo, de se manterem calados sobre o conceito ‘étnico’ do ‘europeísmo’ e, em vez disso, que se oponham a ele e que o rejeitem sem ambiguidades”, advoga o relatório. “Os políticos responsáveis devem ser capazes de chamar a xenofobia pelo nome e de explicar à população que certas opiniões que partilham ou toleram são contrárias aos seus próprios interesses.”

PHILIPPE WOJAZER/REUTERS



Alstom fabrica comboios para a alta velocidade em Belfort, França. Em Portugal, contrato destina-se aos serviços suburbano e regional

Alstom vai construir mais de 100 comboios em Matosinhos

A multinacional que ganhou o concurso para a compra de 117 comboios pela CP lamenta a contestação judicial que está a atrasar o processo, mas diz que está optimista em relação ao desfecho

Carlos Cipriano, em Berlim

Gian Luca Erbacci, presidente de Alstom Europa, disse ao PÚBLICO que dos 117 comboios encomendados pela CP, "mais de 100 serão seguramente construídos em Portugal" numa fábrica a instalar pela empresa na zona de Matosinhos. Mas, enquanto não for construída a fábrica, os primeiros comboios serão feitos na fábrica de San Perpétua de la Mogoda (Barcelona), seguindo-se a restante produção em Portugal.

A promessa de uma fábrica portuguesa da Alstom foi confirmada ao mais alto nível pelo próprio presidente executivo (CEO) desta multinacional, Henri Poupart-Lafarge. "Temos já uma localização definida e estamos a trabalhar nesse projecto. Só estamos à espera de uma decisão do tribunal. Serão umas instalações onde poderemos fazer também manutenção e outras actividades", disse ao PÚBLICO.

Questionado sobre se manteria esta unidade industrial após o fabrico de todos os comboios, o CEO da Alstom foi categórico: "Não será para fechar, vamos continuar lá." E quanto ao processo em tribunal declarou-se "absolutamente optimista" sobre o seu resultado.

Já Gian Luca Erbacci disse que lamenta o atraso provocado pela impugnação da CAF e da Stadler e que não é invulgar haver concursos internacionais no sector ferroviário que acabam em processos judiciais. Recusa-se, no entanto, a comentar as razões apresentadas pelos seus concorrentes, limitando-se a dizer que "a CP fez a boa escolha", ao ter decidido adjudicar a encomenda à Alstom.

Por sua vez, o próprio número dois da multinacional francesa, Danny di Perna, falando aos jornalistas sobre a dificuldade em gerir os 8000 fornecedores que "alimentam" as fábricas da Alstom, deu o exemplo de Portugal onde, ao instalarem uma unidade unidade industrial, terão de criar uma rede de pequenas empresas para a aprovisionar com toda a espécie de componentes.

No litígio judicial que tem impedido a compra de 117 comboios para a CP, os suíços da Stadler e os bascos da CAF não questionam o caderno de encargos, mas "atacam-se" mutuamente, pedindo a sua exclusão recíproca do concurso, bem como a da Alstom, num jogo de todos contra todos. O processo está em tribunal desde Dezembro do ano passado, mas a CP está na expectativa de que em breve seja declarado o efeito suspensivo da impugnação, o que lhe permitirá dar continuidade ao processo de compra, com a sua outorga e envio de pedido de visto prévio ao Tribunal de Contas e posterior adjudicação.

O levantamento do efeito suspensivo não significa que a Justiça não venha posteriormente a dar razão aos queixosos e até a sentenciar a CP a uma eventual indemnização. Mas um processo deste tipo pode demorar mais de cinco anos (e chegar mesmo a uma década, consoante o número de recursos), pelo que a empresa pode alegar o superior interesse público para avançar com o concurso, em vez de ficar à espera da decisão final, pois os custos de eventuais indemnizações seriam inferiores aos de o país ficar mais anos sem comboios novos.

O PÚBLICO viajou a convite da Alstom

Números

746 milhões

Contrato prevê o fornecimento de 117 comboios por 746 milhões euros, o maior concurso de sempre na CP

Governo prepara aumento do salário mínimo para 870 euros

Raquel Martins

Assunto será discutido hoje na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social. Salário mínimo está em 820 euros

Nas reuniões bilaterais que teve com os parceiros sociais ao longo das últimas semanas, o Governo manifestou abertura para aumentar a remuneração mínima acima do previsto no acordo de rendimentos. A proposta em cima da mesa, que deverá ser apresentada formalmente na reunião de hoje da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), confirma essa intenção e aponta para uma subida do salário mínimo para 870 euros brutos em 2025.

Trata-se de mais 15 euros do que o valor previsto no acordo de rendimentos (855 euros) e um aumento de 50 euros face aos 820 euros que estão neste momento em vigor.

O PÚBLICO apurou junto de várias fontes que, ao final da tarde de ontem, este era o valor em cima da mesa, sendo apontado como o ponto de partida da reunião que terá hoje lugar. No encontro, o Governo deverá também propor que a valorização dos restantes salários do sector privado no próximo ano seja em média de 4,7%, mantendo o referencial e os pressupostos do acordo assinado em 2022.

Instado a confirmar estes valores, o gabinete da ministra do Trabalho remeteu para a reunião da CPCS, lembrando que a posição do Governo é manter sob reserva o teor das negociações com os parceiros sociais.

Estes valores podem não agradar a todos. Do lado das centrais sindicais, a UGT tem valorizado subidas do salário mínimo acima do previsto, mas entende que há condições para chegar aos 890 euros no próximo ano, enquanto a CGTP exige 1000 euros. Já as confederações patronais reservam uma tomada de posição para hoje, embora no passado já tenham deixado claro que preferiam que a evolução da remuneração mínima estivesse indexada à produtividade ou ao crescimento da economia.

O acordo de rendimentos – assinado em 2022 pelo executivo de António Costa, pelas confederações patronais e pela UGT e revisto em 2023 já sem a assinatura da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – previa que o salário mínimo chegasse aos 900 euros em 2026. Depois de um aumento de 55 euros entre 2022 e 2023 (para 760 euros), a remuneração mínima voltou a crescer em 2024 mais 60 euros, para 820 euros, ficando cinco euros acima do que estava projectado no acordo (810 euros).

Referencial de aumento para os restantes salários deverá manter-se nos 4,7%, conforme previsto no acordo de rendimentos

RUI GAUDÊNCIO



A ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho

O Governo liderado por Luís Montenegro tem como objectivo pôr a retribuição mínima nos mil euros brutos em 2028, para sustentar a subida do salário médio para os 1750 euros em 2030.

Em Junho, a ministra do Trabalho, Maria do Rosário Ramalho, já tinha deixado claro que havia margem para rever as metas. "O Governo tem um programa de actualização do salário mínimo para a legislatura e para chegarmos a essa meta poderá haver avanços intermédios", disse na altura.

Além dos rendimentos, nas reuniões das últimas semanas os parceiros sociais também discutiram com o Governo medidas para melhorar a competitividade da economia. A expectativa dos patrões é a de que sejam postas em cima da mesa medidas fiscais que aliviem a carga sobre as empresas e que haja abertura para algumas das suas propostas. Questionadas sobre as suas linhas vermelhas, as confederações remeteram-se ao silêncio, argumentando que as negociações bilaterais não estavam encerradas e que até ao início da tarde de hoje poderia haver desenvolvimentos.

De Portugal para Espanha circulou azeite falsificado para ser comercializado como virgem

Carlos Dias

Há "negócios" transfronteiriços envolvendo a falsificação de azeite que continuam florescentes, e o caso mais recente foi detectado pelas autoridades do país vizinho na região espanhola de Huelva, com a apreensão de 2500 litros de azeite lampante que ia ser comercializado como azeite virgem no Sul de Espanha.

As informações, a que o PÚBLICO teve acesso, sobre mais um episódio de venda de azeite falsificado, foram divulgadas pelo Ministério do Interior espanhol no passado dia 6 de Setembro. E referem que a Guarda Civil, no âmbito da *Operação Olea*, levada a cabo na província de Huelva, "apreendeu 2580 litros de óleo de iluminação [azeite lampante] engarrafado e 640 rótulos". Na sequência desta acção das autoridades espanholas foram detidas e investigadas "seis pessoas singulares e uma pessoa colectiva por venderem azeite lampante como azeite virgem" salienta o comunicado do ministério espanhol.

Durante a investigação, agentes do Serviço de Protecção da Natureza (Seprona) da Guarda Civil "interceptaram um veículo proveniente de Portugal que transportava grandes quantidades de azeite e uma infinidade de etiquetas adesivas para reetiquetar os recipientes". Os agentes verificaram que o produto "não possuía a correcta documentação" que identificasse a origem do produto e das respectivas embalagens. Acresce ainda que o azeite apreendido "não estava devidamente rotulado" e "induzia deliberadamente os consumidores em erro".

As autoridades espanholas encaminharam o material apreendido para o Laboratório Agro-Alimentar de Córdova da Junta de Andaluzia. O resultado da análise confirmou tratar-se de azeite lampante, pelo seu elevado grau de acidez, misturado com óleo de girassol e azeite não classificado, componentes que "não correspondiam às características descritas na rotulagem" retida pelos elementos da Guarda Civil.



O azeite lampante é um óleo considerado não comestível ou impróprio para consumo humano

A investigação sobre a origem do azeite falsificado veio a comprovar que "era proveniente de Portugal e que era comercializado em Espanha, directamente ou através de várias páginas da Internet, como azeite virgem".

O produto apreendido, se chegasse a ser colocado no mercado, poderia ter atingido um valor acima dos 20.000 euros.

Serviços mínimos bancários aumentam 13%

Rafaela Burd Relvas

Contas com custos reduzidos continuam a subir, mas a menor ritmo. No final de Junho, havia 235 mil em Portugal

O número de contas de serviços mínimos bancários continua a aumentar, embora a ritmo menos acelerado. No final do primeiro semestre deste ano, já havia mais de 235 mil destas contas de depósito à ordem, que permitem aceder a serviços bancários essenciais a um custo reduzido.

Os dados foram divulgados ontem pelo Banco de Portugal (BdP), que indica que, em Junho, existiam 235.035 contas de serviços mínimos bancários, um aumento de perto de 6% face a Dezembro e um crescimento de 13% em relação a igual período do ano passado. O crescimento deste tipo de contas, que se prolonga de forma ininterrupta há vários anos, tem vindo, ainda assim, a desacelerar: no primeiro semestre do ano passado, o número de contas de serviços mínimos bancários tinha aumentado em 23% em relação ao ano anterior.

Este número acontece num período em que foram registadas 15.693 novas contas de serviços mínimos bancários (menos 8438 do que no primeiro semestre de 2023), enquanto outras 3058 contas foram encerradas, a larga maioria das quais a pedido dos clientes e as restantes por iniciativa das instituições bancárias, por os titulares deterem outras contas de depósito à ordem, impedindo-os de ter contas de serviços mínimos bancários.

Do total de contas constituídas, mais de 65% dizem respeito à conversão de contas de depósitos já existentes, uma proporção superior à de 59% que se registava no ano passado. Já a proporção de abertura de novas contas de serviços mínimos bancários diminuiu de 41% para 35%.

A maioria destas contas, mostra ainda os dados agora divulgados pelo BdP, tinha apenas um titular – perto de 76% estavam nessa situação.

O supervisor liderado por Mário Centeno dá ainda conta de que, no final do primeiro semestre, existiam 11.930 contas de serviços mínimos bancários detidas por pessoas com mais de 65 anos ou com um grau de invalidez igual ou superior a 60%, co-tituladas por detentores de outras contas de depósito à ordem.

Anacom: Digi com Nowo pode “contribuir positivamente” para a concorrência

Ana Brito

Regulador não se opõe a compra da Nowo pela Digi, mas quer que a nova empresa assuma o desenvolvimento do 5G

A entidade reguladora das telecomunicações, Anacom, já enviou à Autoridade da Concorrência (AdC) o seu parecer sobre a compra da Nowo pela Digi e entende que o negócio “não é susceptível de criar entraves significativos à concorrência efectiva nos mercados de comunicações electrónicas”.

A Anacom considera que a operação “pode eventualmente ter efeitos pró-concorrenciais no sector” e até “contribuir positivamente para o reforço da capacidade de a Digi exercer pressão concorrencial relevante” sobre as empresas rivais – Meo, Nos e Vodafone. Com a união entre a Digi e Nowo numa única empresa, poderá aumentar “a dinâmica concorrencial no mercado, face ao nível existente”, e conseguir-se “maior eficiência na utilização de recursos escassos, nomeadamente o espectro radioeléctrico”, por cuja utilização as empresas pagam taxas ao Estado.

Mas a entidade presidida por Sandra Maximiano admite “algumas preocupações quanto à não existência de uma obrigação de desenvolvimento de rede associada ao espectro na faixa de frequências dos 3,6 GHz” que a Digi poderá passar a controlar se a aquisição da Nowo (que tem 270 mil clientes móveis e 130 mil fixos, ainda que não tenha cobertura nacional) for bem-sucedida.

Ao somar-se o espectro que ambas compraram no leilão do 5G, em 2021 (numa parte do procedimento reservada apenas a empresas sem operação móvel montada, ou seja, novos entrantes no mercado), a futura Digi/Nowo ficará com uma quantidade de espectro nessa faixa de frequências que, caso tivesse sido comprada por inteiro no leilão, “a sujeitaria a obrigações de desenvolvimento de rede”, à semelhança do que aconteceu com a Meo, Nos e Vodafone.

Se no figurino que a Digi escolher para a operação houver um pedido de transmissão do espectro desta faixa de frequências entre a Nowo e a Digi – leia-se se a Digi quiser ficar com o espectro da Nowo –, então, a Anacom “poderá impor esta obrigação” de desenvolvimento da rede, que na prática obriga as empresas a instalarem, no prazo de três anos a contar da data de emissão das licenças, um número predefinido de estações para garantir a cobertura da rede.

Na eventualidade de Nowo e Digi manterem, cada uma, as suas licenças, ainda que reunidas na mesma casa-mãe, a Anacom não poderá impor este tipo de objectivos de desenvolvimento, porque o espectro continua disperso em duas entidades distintas. No entanto, a entidade reguladora diz esperar “que a empresa tenha a iniciativa de propor a assunção desta obrigação”, assumindo proactivamente o compromisso de investir na rede.



FOTÓGRAFO

A Digi espera ter uma oferta comercial disponível até ao final do ano

Com o espectro que Digi e Nowo compraram no leilão do 5G, deverá ser preciso investir na rede 5G

Neste parecer, o regulador da Concorrência – que em mais do que uma ocasião considerou existir um alinhamento nas ofertas dos três maiores operadores em termos de serviços e preços, dos quais a Nowo destoa por ter preços mais baixos, mesmo quando oferece mais dados móveis e velocidade – “regista que se verificam alguns obstáculos ou dificuldades associadas à obtenção, por parte da Digi, de *inputs* grossistas relevantes” para poder oferecer serviços de telecomunicações.

“Parte destas dificuldades poderão ser obviadas com a aquisição da Cabonitel/Nowo, que tem contratos em vigor com base nos quais a última acede a este tipo de *inputs*”, refere a Anacom, sem adiantar se está a referir-se apenas aos contratos de transmissão de conteúdos televisivos que são precisos para montar uma operação de televisão por subscrição, por exemplo.

O regulador das comunicações admite que “parte ou a totalidade destes contratos poderão vir a ser objecto de renegociação num cenário em que a concentração é aprovada pela AdC”. E se essas negociações falharem “ou se resultarem em termos menos favoráveis do que aqueles existentes, os clientes actuais da Nowo poderão ver a sua oferta piorada em termos relativos, algo que naturalmente preocupa o regulador sectorial”.

A Anacom diz esperar que isto não se reflicta na oferta da empresa romena, nomeadamente, que “as opções comerciais da Digi” possam minimizar “eventuais impactos que possam resultar dessas opções, num quadro de cumprimento do que decorre da Lei das Comunicações Electrónicas”.

Mesmo que isso possa acontecer, “este efeito não resulta especificamente da concentração e, muito menos, de um aumento no poder de mercado da Digi”, podendo, pelo contrário, “ser uma evidência de falta de poder de mercado/força negocial por parte da Digi/Nowo” face aos seus concorrentes.

Alerta de deflação na China força banco central a agir

Sérgio Aníbal

No sinal mais claro até agora de que em Pequim já estão a soar os sinais de alarme em relação ao risco de a economia chinesa entrar numa espiral deflacionista, o banco central lançou ontem o pacote de estímulos mais agressivo desde a pandemia. Permanecem, no entanto, dúvidas sobre se tal será suficiente para evitar uma crise.

A braços com uma queda abrupta dos preços do imobiliário, uma quebra da confiança dos consumidores e uma estagnação no investimento das empresas, que está a colocar as metas de crescimento económico oficiais em risco e a taxa de inflação em terreno negativo, a autoridade monetária decidiu tomar em simultâneo um conjunto de medidas que inclui descidas de taxas de juro e incentivos à concessão de crédito por parte dos bancos.

Para além de um novo corte na principal taxa de juro de referência do banco central, desta vez de 0,2 pontos percentuais, para 1,5%, o governador, Pan Gongsheng, anunciou um corte médio de 0,5 pontos percentuais nas taxas de juro aplicadas em empréstimos já existentes e uma redução do rácio de reservas exigido aos bancos também em 0,5 pontos percentuais, o que liberta cerca de um bilião de yuans (cerca de 127 mil milhões de euros) para a concessão de crédito.

De forma pouco habitual, o responsável máximo do banco central deixou ainda claro que, caso seja necessário, poderá ser feito num futuro próximo um novo corte de 0,5 pontos percentuais no rácio de reservas dos bancos.

O objectivo destas medidas é incentivar as famílias e as empresas a consumirem e investirem mais com recurso a crédito, procurando deste modo não só pôr a economia a crescer mais, como também travar a queda de preços a que se tem vindo a assistir no mercado imobiliário chinês desde 2021, com várias empresas do sector a declarar falência e muitos chineses a verem o valor das suas casas a cair a pique.

A economia chinesa tem vindo a mostrar, desde a pandemia, uma grande dificuldade em regressar às taxas de crescimento elevadas que apresentou nas décadas anteriores.



Pan Gongsheng, anunciou um corte médio de 0,5 pontos percentuais nas taxas de juro dos empréstimos

As diversas medidas de estímulo postas em prática, quer pelo banco central, quer pelo governo central, não têm sido suficientes para resolver a situação e os dados relativos ao segundo trimestre deste ano que foram publicados na semana passada forçaram o banco central a ser ainda mais agressivo nas suas políticas expansionistas.

O facto de a Reserva Federal norte-americana ter dado início a um ciclo de descida de taxas de juro também deu maior margem de manobra ao banco central chinês para agir sem pôr em causa a estabilidade da sua divisa.

As dúvidas, todavia, permanecem sobre a eficácia das medidas agora apresentadas. A China – num cenário com algumas semelhanças com a crise do Japão nos anos 1990 – está a dar sinais de poder entrar numa espiral deflacionista em que a perspectiva de estagnação económica e descida de preços desincentiva as famílias e as empresas de consumir e de investir.

Em circunstâncias deste tipo, avisam diversos economistas, os estímulos de carácter monetário como os lançados ontem podem não ser suficientes para garantir uma recuperação da procura na economia, podendo ser também necessária a intervenção na política orçamental, nomeadamente com um reforço do investimento público.

Esse poderá ser o próximo passo a dar por Pequim, principalmente se se tornar ainda mais claro que o objectivo de crescimento em torno de 5% está sob ameaça.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE

Juízo Local Cível de Loures - Juiz 2
Processo: 7129/23.5T8LRS

ANÚNCIO

Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Acompanhado: Jose Celestino Silva Couceiro Lourenço

Faz-se saber, que nos autos de Acompanhamento do Maior, acima identificados, por sentença já transitada em julgado, foram decretadas as medidas de acompanhamento de José Celestino Silva Couceiro Lourenço, com residência em domicílio: Av.ª D. Dinis, 26, 3.º Esq.º, 2675-327 Odivelas, tendo-lhe sido nomeada acompanhante Catarina Isabel Antunes Couceiro Lourenço.

N/ Referência: 162183098

Loures, 18-09-2024

A Juíza de Direito,
Renata Simões

A Oficial de Justiça
Carla Sofia Fonseca M. Silva

Público, 25/09/2024



AVISO

Acolhimento de Manifestações de Interesse Individual para nomeação para Cargos de Direção (M/F)

(extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração n.º 2024-2928, de 19 de setembro de 2024, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do extrato, o acolhimento de manifestações de interesse individual para a nomeação para Cargos de Direção.
Os requisitos gerais e outras informações de interesse para apresentação das manifestações individuais de interesse, constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE, *in* **www.chpvvc.min-saude.pt**

O Presidente do Conselho de Administração
Dr. José Gaspar Pinto de Andrade Pais

AVISO

Recrutamento e Seleção – Técnico(a) Superior – Serviço de Instalações e Equipamentos (M/F)

(extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 27 de junho de 2024, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicitação do presente extrato, o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Técnico(a) Superior para exercer funções no Serviço de Instalações e Equipamentos, para celebração de Contrato Individual de Trabalho ao abrigo do Código do Trabalho.
Os requisitos, gerais e especiais, e o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE, *in* **www.chpvvc.min-saude.pt**

O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. José Gaspar Pinto de Andrade Pais*

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA

Juízo Local Cível de Lisboa - Juiz 19
Processo: 15436/24.3T8LSB

ANÚNCIO

Acompanhamento de Maior
Requerente: Rosa Garrido Carballo
Beneficiário: Antonio Ferreiro Garcia

FAZ-SE SABER que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior em que é requerido Antonio Ferreiro Garcia, titular de cartão de residência permanente n.º 096754, com validade até 31.12.2028 e documento nacional de identidade emitido por Espanha com o n.º CAV 180258 de 03.11.2021, com domicílio na Rua Major Neutel de Abreu, N.º 7 4.º Esq.º, Lisboa, 1500-409 LISBOA, com vista à determinação de medidas adequadas de acompanhamento, por razões de saúde.

N/ Referência: 436492313

Lisboa, 19-06-2024

A Juiz de Direito, *Dra. Maria Emília Nunes Charro*
A Oficial de Justiça, *Teresa Conceição Ferreira*

Público, 25/09/2024



AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO(A) NO ÂMBITO DO LABORATÓRIO ASSOCIADO,

REF.ª LA/P/0109/2020 - DOI 10.54499/LA/P/0109/2020
(https://doi.org/10.54499/LA/P/0109/2020)
C-0013-24

Mais informações deverão ser consultadas em:

https://euraxess.ec.europa.eu/jobs/275489
ou em https://www.it.pt//Positions/PostDoc/764?Page=2

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA

Juízo Central Cível de Lisboa - Juiz 17
Processo: 8086/23.3T8LSB

ANÚNCIO

Ação Popular
Autor: Citizens' Voice - Consumer Advocacy Association
Réu: Fnac Portugal - Actividades Culturais e Distribuição de Livros, Lda.

Faz-se saber que nos autos acima identificados, são citados os titulares dos interesses, para no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do anúncio, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar e ainda para dentro do mesmo prazo, declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelos Autores ou se, pelo contrário se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos, tudo nos termos do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 83/95.
Consigna-se que o pedido consiste em ser "Da redução pela Ré do prazo de garantia previsto no artigo 10.º da Directiva (EU) 2019/771 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 84/2021 de três anos para seis meses, no caso de se tratarem de baterias e carregadores", tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial.
Fica advertido de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

N/ Referência: 437271597

Lisboa, 15-07-2024

A Juíza de Direito, *Dr(a). Cristina Santos Silva Marinho*
O Oficial de Justiça, *Luís Miguel Marques*

Público, 25/09/2024

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA

Juízo Local Cível de Lisboa - Juiz 5
Processo: 22258/24.0T8LSB

ANÚNCIO

Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Beneficiária: América Fernandes Ribeiro

FAZ-SE SABER que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior em que é Beneficiária: América Fernandes Ribeiro, solteira, BI - 01169411, nascida em 1938-02-03, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, com domicílio na Estrutura Residencial Quinta Alegre, Rua Campo das Amoreiras, N.º 94, 1750-025 Lisboa, com vista à determinação de medidas adequadas por razões de saúde.

N/ Referência: 438372397

Lisboa, 17-09-2024

A Juiz de Direito, *Dra. Maria Emília Nunes Charro*
O Oficial de Justiça, *Valdemar Fernandes*

Público, 25/09/2024

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo Local Cível de Lisboa - Juiz 2
Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira, 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 | Fax: 213812871 | Mail: lisboa.localcivel@tribunais.org.pt

Acompanhamento de Maior 11158/23.0T8LSB

ANÚNCIO

Requerente: Ministério Público
Beneficiário: Maria Duarte Faias

Faz-se saber que foi distribuído neste tribunal,o processo de Acompanhamento de Maior, em que é Beneficiária: **Maria Duarte Faias,** solteira, nascida em 07-05-2005, filha de Miguel António Cabral Faias e de Sofia Duarte Lopes, natural da freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa, BI-15001325, com domicílio na Calçada do Castelo Picão, Nº 50 - 1º Andar, 1200-629 Lisboa, por sentença proferida em 01-02-2024 foi determinado que a mesma, está impossibilitada de exercer de modo pleno, pessoal e conscientemente, os seus direitos e de cumprir os seus deveres, e determino/decreto que **esta beneficie das seguintes medidas de acompanhamento:**

- **Representação geral com administração geral de bens,** incluindo a movimentação das suas contas bancárias (cfr. artigo 145º, n.º 2, alíneas b), e c), do Código Civil) e com **limitação, nos termos do artigo 147º, n.º 1, do Código Civil, do exercício, pela beneficiária, da celebração de negócios da vida corrente;**
- **Representação especial** para a prática de quaisquer actos de administração ordinária que se revelem necessários junto das seguintes entidades:
- Autoridade Tributária e Aduaneira, Alfândega, aeroportos e Serviços da Segurança Social, designadamente com vista a ser possível requer a concessão de subsídios e pensões em nome da Beneficiária, bem como, manifestar o consentimento provisório pela Beneficiária, com vista instruir o requerimento para reconhecimento do estatuto de cuidador informal;
- Serviços de saúde ou equivalente, nomeadamente, Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Dia, Farmácias e serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- **Referenciação, supervisão e acompanhamento regular em consultas da especialidade, a observação periódica por médico de medicina geral e familiar, apoio psicológico e socio-reabilitativo, bem como o seguimento de todas as prescrições médicas,** nos termos dos arts. 145.º, n.º 1 e). do Código Civil, o que deverá ser assegurado pela acompanhante;
- Quanto aos **direitos pessoais** determinam-se as seguintes restrições, nos termos do disposto no art. 147.º do Código Civil determina-se:
- Capacidade de votar;
- Capacidade de testar;
- Capacidade de perfilhar, adoptar e casar;
- Capacidade de escolher domicílio e residência;
- **Determina-se, ainda, face aos elementos dos autos, que o quadro de incapacidade permanente se reporta ao nascimento.**
- **Como acompanhante,** nos termos do artigo 143º, nº 1, nº 2, alínea e) do Código Civil, nomeia-se **Sofia Duarte Lopes, mãe da acompanhada.**
- Designo para o **Conselho de Família,** nos termos do disposto nos artigos 1951.º e 1952.º aplicáveis por força do artigo 145.º, n.º 4 do Código Civil, como:

Protutor: Miguel António Cabral Faias, pai de Beneficiária;
Vogal: Maria de Fátima Duarte Pedroso Esteves, prima da Beneficiária;

- Quanto a visitas, determina-se que o acompanhante deverá estar regularmente com a acompanhada.
- Não se conhece a existência de testamento vital, de procuração para cuidados de saúde ou qualquer manifestação de vontade expressa da acompanhada.
- Publicidade da decisão final: tendo em conta as medidas de acompanhamento decretadas a presente sentença deverá ser anunciada em jornal diário de tiragem nacional (indicando-se a identidade da requerida e o objecto da acção), devendo ainda ser afixado um edital no tribunal e outro na sede da junta de freguesia da residência da acompanhada, igualmente com menção do nome desta e das medidas decretadas (nos termos do disposto no art. 902.º do Código de Processo Civil).
- **As medidas de acompanhamento deverão ser revistas a cada 5 anos,** nos termos do disposto no art. 155.º do Código Civil.

Passei o presente e outro de igual teor para serem afixados.
Referência:432658893
Lisboa, 05-02-2024

(Documento elaborado pelo Oficial de Justiça Valdemar Fernandes)
A Juiz de Direito, *Dra. Bruna Daniela da Silva Abrantes*

Público, 25/09/2024



ANÚNCIO M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de quatro Técnicos Superiores, na modalidade de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade do Minho, sob **Ref.ª CTI-PTAG-85/24-USRH (4).**
REQUISITOS DE ADMISSÃO:
a) Possuir grau de licenciatura em Administração Pública, Gestão, Contabilidade ou áreas afins;
b) Não estar vinculado à Universidade do Minho através de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na mesma carreira.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 26/09/2024 a 01/10/2024.
O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

A Diretora de Serviços, *Aleida Lopes Vaz Carvalho*

EDITAL

Torna-se público que por deliberação da Assembleia Municipal datada de 26 de junho de 2023, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 149 de 2 de agosto de 2023, foi declarada a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, e por deliberação datada de 29 de abril de 2024 autorizada a tomada de posse administrativa, das seguintes parcelas necessárias à concretização da Projeto da Estratégia Local de Habitação – RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 – Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR):

A – Prédio urbano com área total de 25 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 438 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1561;

B - Prédio urbano com área total de 100 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 436 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 952;

C - Prédio urbano com área total de 167 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 428 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1151;

D - Prédio urbano com área total de 140 m2, situado na Rua Visconde da Régua, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1226 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 548;

Para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 47 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, vem o Município do Peso da Régua, na qualidade de entidade expropriante, notificar os expropriados e demais interessados desconhecidos das parcelas supra identificadas, que por despacho do Ex.º Senhor Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães, comunicado pelo ofício n.º 295 datado de 16 de setembro de 2024, foram designados os seguintes árbitros com vista à realização de arbitragem nos termos do diploma citado:

- Árbitro Presidente: João Manuel da Silva Oliveira, Eng.º civil, residente na Rua Júlio Dantas, 345, 4150-448, Porto;
- Manuel António Vieira Dantas, Eng. civil, residente na Rua Eng.º Afonso José Fonseca, n.º 14, 2.º Esq.º, 4715-123, Braga.
- Fernando Nuno Serro da Costa e Silva, Eng.º civil, residente na Rua Prof. Machado Vilela, n.º 140, 3.º dto., 4715-045, Braga

Ao abrigo do art.º 48 do Código das Expropriações, podem os interessados apresentar, no prazo de 15 dias, ao árbitro presidente, em quadruplicado, os quesitos que entendam pertinentes para a fixação do valor do bem objeto de expropriação.

Peso da Régua, 25 de setembro de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DO PESO DA RÉGUA
José Manuel Gonçalves



Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.

Concurso Internacional para Diretores de Museus, Monumentos e Palácios

3.ª fase - concurso aberto até 23 de outubro

Museu Nacional de Arqueologia – Lisboa
Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa
Museu Nacional de Etnologia e Museu de Arte Popular – Lisboa
Museu Nacional do Teatro e da Dança – Lisboa
Museu Nacional do Traje – Lisboa
Museu Nacional dos Coches e Picadeiro Real – Lisboa
Palácio Nacional da Ajuda/Biblioteca da Ajuda e Museu do Tesouro Real – Lisboa

Condições de acesso
e de candidatura consultáveis em:
www.museusemonumentos.pt



Está na hora de "repensar" o uso de água engarrafada por causa da nossa saúde

Impactos tanto na saúde humana como na do planeta devem levar-nos a repensar o consumo crescente e desnecessário de água engarrafada, dizem cientistas. Um milhão de garrafas são compradas por minuto

Andréia Azevedo Soares

O consumo de água engarrafada tem de ser repensado, uma vez que tem impactos crescentes tanto na saúde humana como na do planeta, alerta um artigo publicado ontem na revista científica *BMJ Global Health*. Estima-se que um milhão de garrafas de plástico são compradas por minuto no planeta, um número que só tende a crescer, de acordo com os autores do artigo.

"As condições de armazenamento da água engarrafada aumentam significativamente o risco de os contaminantes do plástico lixiviarem. Armazenamento prolongado e exposição a altas temperaturas ou luz solar podem fazer com que compostos químicos nocivos, como o BPA e os ftalatos, passem para a água", escrevem os autores.

O comentário publicado na *BMJ Global Health* detalha que entre 10% e 78% das amostras de água engarrafada contêm contaminantes, incluindo microplásticos, ftalatos (utilizados para tornar os plásticos mais duráveis) e bisfenol A (BPA). "Embora existam limiares de segurança a curto prazo, os efeitos a longo prazo destes contaminantes permanecem em grande parte desconhecidos", lê-se no artigo.

A contaminação por microplásticos está associada, na saúde humana, ao stress oxidativo, à desregulação do sistema imunitário e a alterações nos níveis de gordura no sangue. Já a exposição ao BPA tem sido relacionada com problemas de saúde como a hipertensão arterial, as doenças cardiovasculares, a diabetes e a obesidade.

Calcula-se que aproximadamente dois mil milhões de pessoas no mundo tenham acesso limitado, ou inexistente, a água potável segura – e por isso dependem da água engarrafada para sobreviver. À excepção deste grupo, argumentam os autores, aqueles que consomem o produto fazem-no por conforto ou devido à percepção – infundada, asseguram os cientistas – de que a água engarrafada é mais segura do que a da torneira.

Os autores, na sua maioria afiliados ao Instituto de Saúde Populacional de Weill Cornell Medicine, no Qatar, recordam que a água distribuída pelos sistemas de abastecimento público é frequentemente sujeita a padrões rigorosos de qualidade e segurança.

DANIEL ROCHA



DR



Por minuto, compram-se um milhão de garrafas de plástico; em baixo, microplásticos, que resultam da fragmentação de plásticos

"Ao dar prioridade ao consumo de água da torneira, podemos enfrentar colectivamente os desafios multifacetados colocados pela [água engarrafada] e adoptar a água da torneira como pedra angular da responsabilidade ambiental e da saúde pública", sugerem os investigadores.

A água da torneira é também mais ecológica. As garrafas de plástico constituem o segundo resíduo mais comum nos ecossistemas marinhos e representam 11,9% de toda a poluição plástica encontrada no oceano. Estima-se que só 9% das embalagens descartadas adequadamente sejam de facto recicladas, uma vez que a maior parte segue para aterros sanitários ou incineradoras.

A própria produção de embalagens plásticas de uso único é um problema climático. "O processo de extracção de matérias-primas [de origem fóssil] e o fabrico de garrafas plásticas contribui significativamente para a emissão de gases com efeito de estufa, devido ao consumo de recursos não renováveis e de intensa energia", observam os autores.

Um relatório da ONU já chamava a atenção para a ideia de que a água engarrafada não é necessariamente mais segura do que a da torneira

Acção global contra plásticos

Os autores defendem mais investimentos que garantam o acesso universal a água potável segura em países de baixo e médio rendimento. São necessárias ainda políticas públicas que favoreçam a utilização de água potável em restaurantes e espaços públicos e desencorajem a oferta de plásticos de utilização única. Um dos caminhos sugeridos passa, por exemplo, por campanhas de saúde pública.

"As provas acumuladas sublinham o papel fundamental das intervenções governamentais e das campanhas educativas na mudança da percepção e do comportamento do público. Estas campanhas devem realçar a gestão ambiental e os benefícios para a saúde da escolha da água da torneira, conduzindo efectivamente a uma mudança cultural no sentido de práticas de consumo mais sustentáveis", lê-se no estudo.

Os autores concluem, portanto, que a dependência da água engarrafada acarreta custos significativos na esfera financeira, ambiental e de saúde pública. Nesse sentido, exortam os decisores políticos – em particular em países de baixo e médio rendimento, onde existe uma necessidade premente de investir em infra-estruturas de água potável – a fazerem "uma reavaliação urgente da utilização generalizada" deste produto.

Um relatório das Nações Unidas, divulgado em 2023, já alertava que a ideia de que "a água engarrafada é mais segura do que a da torneira precisava de ser questionada". O documento lembrava ainda que a indústria da água engarrafada – um dos sectores económicos mais pujantes do planeta, com um crescimento mais rápido do que muitos outros no domínio alimentar – gera 25 milhões de toneladas de resíduos todos os anos.

Um artigo de revisão de 20 anos de estudos sobre microplásticos, publicado há menos de uma semana na revista científica *Science*, afirmava justamente que o conhecimento científico que temos hoje sobre a matéria oferece provas "mais do que suficientes" para fundamentar uma acção global contra a poluição plástica.

Um filme feito em Portugal por um imigrante extracomunitário é nacional?

Dependerá de com quem trabalhar (ou de se tem ou não dupla cidadania), mas, seja como for, o Livre quer mudar a Lei do Cinema, para alargar o universo de autores que podem obter apoios do Estado



O documentário *Time Takes a Cigarette*, de Aya Koretzky, nascida no Japão, mas a trabalhar em Portugal

Daniel Dias

Há pouco menos de duas semanas, deu entrada na Assembleia da República um projecto de lei do Livre que "alarga o conceito de obra nacional na Lei do Cinema". Existem seis critérios cumulativos para que um trabalho cinematográfico ou audiovisual seja considerado um projecto nacional – passível de ser apoiado financeiramente pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA). Primeiramente, é preciso que "um mínimo de 50% dos autores, designadamente o realizador, o autor do argumento, o autor dos diálogos e o autor da banda sonora", sejam "de nacionalidade portuguesa ou de qualquer Estado-membro da União Europeia [UE] ou do Espaço Económico Europeu".

Depois, o filme tem de ser uma "produção ou co-produção portuguesa", isto é, tem de contar com o envolvimento de pelo menos uma empresa produtora nacional – a participação portuguesa pode até "ser minoritária, desde que a co-produção seja efectuada ao abrigo de acordos internacionais, bilaterais ou multilaterais em matéria de co-produção cinematográfica ou audiovisual de que Portugal seja parte", explica-se no Lexionário, disponível no *site* do *Diário da República*. O Livre pretende, sobretudo, tornar mais abrangente o primeiro ponto. Além de Portugal e dos Estados-membros da UE ou do Espaço Económico Europeu, o partido propõe que o núcleo duro de uma "obra nacional" também possa ser composto maioritariamente por autores com "nacionalidade de países terceiros, desde que sejam titulares de autorização de residência em Portugal ou beneficiários de protecção internacional". A mesma formulação é adicionada no projecto de lei ao terceiro critério, que neste momento obriga "um mínimo de 75% das equipas técnicas" a possuir "nacionalidade portuguesa ou de qualquer Estado-membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu".

Na lei que estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros, por parte da Direcção-Geral das Artes, às artes visuais e performativas, as entidades elegíveis são "pessoas colectivas de direito privado com sede em Portugal" ou "pessoas singulares com domicílio fiscal em Portugal". Isto "difere do consagrado na Lei do Cinema", sublinha o Livre, que escreve também: "Se é certo que nos últimos anos o 'cinema tem incluído um grande número de representações de experiências de migrantes e de relações interculturais', e que há vários e significativos apoios (comunitários e nacionais) para apoiar produções audiovisuais que promovam a diversidade cultural, o mesmo não acontece para quem terá perspectivas provenientes de diferentes contextos. Vários artistas e estudos do sector confirmam que uma obra que parta, por exemplo, de artistas migrantes, com a variedade das suas experiências, permite um olhar diferente do de uma pessoa que tenha nascido e desenvolvido o seu intelecto num só continente ou nação."

"Diversidade real do país"

O Livre invoca o princípio da igualdade que consta da Constituição da República Portuguesa e frisa que é importante alargar o universo das pessoas a quem a Lei do Cinema se aplica, "sobretudo no que diz respeito a primeiras obras ou a artistas emergentes". E é justamente após um cineasta extracomunitário ter tentado concorrer ao apoio do ICA que se destina a criadores em início de carreira (Novos Talentos e Primeiras Obras) que surge este projecto de lei.

David J. Amado é um realizador e argumentista jamaicano-americano. Num *email* enviado ao PÚBLICO em Agosto, o criador, que afirma residir em Portugal há oito anos, diz que, devido à sua nacionalidade e ao facto de não ter apresentado nenhum contrato de co-produção que demonstrasse o envolvimento de uma produtora portuguesa no seu projecto, a sua candidatura não foi admitida pelo ICA. "Essa decisão, embora tecnicamente conforme a lei vigente, levanta sérias questões sobre o acesso à cultura e os direitos dos autores em Portugal", considera. "É extremamente injusto que, apesar da minha forte ligação ao sector artístico nacional e da minha contribuição para a economia do país, eu seja impedido de aceder aos incentivos financeiros destinados à cultura."

"A Lei do Cinema, na sua formulação actual, efectivamente exclui a mão-de-obra migrante, que contribui significativamente para o território, mas é restringida de direitos", continua Amado, que terá enviado uma carta ao ICA propondo "um diálogo construtivo para explorar formas de ajustar a legislação". O realizador, que no seu filme deseja retratar a comunidade negra, *queer* e migrante em Lisboa, considera que "a diversidade real do país" está a ser ignorada – e a "precarização" perpetuada.

No início de Setembro, ainda antes da apresentação do projecto de lei do Livre, o ICA dizia ao PÚBLICO, que, "no âmbito do Plano Estratégico 2024-2028 [para a acção do ICA no sector do cinema e do audiovisual], está prevista a realização de reuniões multidisciplinares com o sector, para posterior implementação de medidas em alinhamento com metas e objectivos traçados – e que eventualmente passarão pela necessária revisão da legislação vigente". O organismo confirma que recebeu e rejeitou a candidatura de David J. Amado, por este não cumprir os requisitos para o seu projecto ser considerado uma obra nacional, e informa que, nos últimos dez anos, atribuiu apoios a "72 projectos cujos realizadores tinham nacionalidade estrangeira".

No MIL a descobrir novos sons, a pensar o "papel da arte e da música no futuro"

Mário Lopes

O festival desenha uma panorâmica sobre o presente criativo e pensa a cultura e a cidade. Começa hoje, em Lisboa

"Não foi há muito tempo", diz Gonçalo Riscado sobre o MIL, primeira edição em 2017. "Mas já foi há muito", completa, ao pensar no que é hoje este festival de revelações musicais, mas também uma convenção que acolhe profissionais, académicos, investigadores, para pensar a música, a cultura, a cidade e os desafios que enfrentam. A edição 2024 decorre entre hoje e sexta-feira, em várias salas do Cais do Sodré e no Hub Criativo do Beato, em Lisboa.

Quando já eliminaram da sua comunicação qualquer referência a "*showcase*", porque o MIL não é hoje (apenas) um festival de revelação de talentos, um "*showcase* festival" para olheiros da indústria descobrirem novas estrelas, o MIL define-se, também, como uma plataforma de acção política cidadã, estimulando o pensamento e propondo soluções para os desafios enfrentados pelo sector musical, em particular, e, em visão alargada, as cidades que aquele ajuda a dinamizar. Ao longo dos três dias, serão promovidos no Hub Creativo do Beato conversas, mesas-redondas e *workshops* dedicados a temas como "Qual é o papel do Artista na Revolução?", "Democracia e Democratização Cultural: Questionar Princípios, Modos de Estar e Fazer", "Cidadania Cultural, Participação e Activismo no Espaço Público", "Toques e Vibrações: Práticas e Processos Contracoloniais", "Conceitos Ausentes, Práticas Inexistentes: Abordagem Decolonial ao Sector Cultural", "Diálogo sobre Diversidade de Género: Estratégias e Experiências Familiares".

Através de um vasto e ecléctico painel de oradores, onde encontramos músicos, programadores, jornalistas, radialistas, cientistas sociais ou activistas, discutir-se-ão, portanto, questões de cidadania e inclusão, a emergência da inteligência artificial, o *clubbing* como espaço de resistência, o lugar da crítica perante o poder do algoritmo. Entre os convidados do painel internacional, encontramos, por exemplo, Arlen Dilsizian, co-fundador da Nyege Nyege, editora/produtora/promotora sediada em Kampala, Uganda, que tem tido papel de relevo na dinamização e exportação da música independente daquela região africana; Igor Stokfiszewski, autor, investigador e gestor cultural polaco que falará sobre o poder da cultura na luta contra movimentos que minam a democracia, ou Ségolène Pruvot, directora cultural da plataforma European Alternatives, que promove a colaboração cultural transnacional como forma de construir uma verdadeira cidadania europeia. Isto, a par de painéis e oradores que abordarão questões práticas enfrentadas na actualidade por músicos e programadores no agenciamento, na gestão de carreira, na navegação dos músicos no predominante contexto digital.

"A um ano das eleições autárquicas, podemos com o resultado das nossas reflexões lançar recomendações que tenham impacto nos decisores da cultura. Ganhámos essa aspiração", diz ao PÚBLICO Gonçalo Riscado, director da Cultural Trend Lisbon (CTL), responsável pelo clube Musicbox e pelo restaurante e bar Povo, no Cais do Sodré, e também pela organização do MIL.

Tendo cerca de 1500 acreditados para a sua componente profissional, a que se juntam os dois mil espectadores esperados para acompanhar os concertos, o MIL será o festival onde, entre os cerca de 50 nomes da programação musical, distribuída amanhã e depois de amanhã pelo Musicbox, B.Leza, Lisa, Titanic Sur Mer, Roterdão, Lounge, ETIC e o Beato Innovation District, poderemos descobrir futuros em formação que são já presente entusiasmante, como é o caso dos belgas Ada Oba, pós-punk em delicioso lo-fi, cantado em italiano, do suíço-marroquino Sami Galbi, ponte inspirada entre música marroquina, hip-hop e electrónica europeia, da dupla Arapucagongon, formada por Henrique Silva, dos Acácia Maior, e John Douglas, feitiçaria musical de alto quilate, voo entre as ilhas de Cabo Verde e a Amazónia brasileira. Com foco, além da cena local portuguesa, naturalmente, em países com os quais o MIL vem construindo uma relação próxima (França, Bélgica, Brasil, Cabo Verde e Espanha), o festival programa também nomes já com um percurso mais consolidado, como é o caso de Maria Reis, dos explosivos Maquina, de *Dirty Tracks for Clubbing* e de *Prata* ou de Papisa e Tagua Tagua, da cena indie brasileira.

"O que fazemos é sempre um bocado anti-indústria", no sentido de recusar uma visão mercantilista da música e do seu papel no tecido social e cultural, explica Gonçalo Riscado. "Trazemos todos os anos profissionais que repetem a sua presença por não ser apenas negócio. Ele existe e não vamos desvalorizá-lo." Mas é mais que isso. Refere, por exemplo, Petra Ludvíková, programadora do Palak Akropolis, em Praga, cujas descobertas no MIL conduziram a que a sala na capital da Chéquia programe regularmente bandas e nomes da cena portuguesa emergente.



MATHIEU LAMBIN



INES BOUALLOU

Os belgas Ada Oba e o suíço-marroquino Sami Galbi

"Queremos oferecer um panorama do que está a acontecer neste preciso momento, reflectindo outras realidades, as margens, o que são os novos sons." Gonçalo Riscado chama-lhe "um espaço de participação", que permita perceber, de alguma forma, qual o "papel da arte e da música no caminho do futuro". Na visão dos organizadores do MIL, é impossível pensar a música sem pensar no tecido social que a envolve, no momento político em que ela acontece. "Há muito a pensar sobre o passado, daí a questão colonial ser um eixo central neste programa. Nunca haverá democratização cultural se não houver um processo 'decolonial'", assinala. "O olhar perante a cidade tornou-se também muito diferente, com a turistificação, com a quantidade de espaços que fecham e a urgência de reclamar a cidade para as pessoas."

O seu trabalho no Musicbox e no Povo permitiu-lhe testemunhar todo este processo – anteontem chegou a notícia de que o Lounge, há 25 anos na Rua da Moeda, será obrigado a fechar portas pela razão de sempre: impossibilidade de chegar a acordo com o senhorio para renovação do contrato de arrendamento. "O Cais do Sodré é um exemplo de um bairro que morreu, do que é secar uma cidade", lamenta Riscado. "É interessante que continue a ter o número de salas que permita a circulação [no MIL], mas não há pessoas a viver lá e um bairro precisa de pessoas que vivam nele."

O MIL é um espaço de revelações musicais, de troca de experiências transnacionais, é festival e convenção. Desde o ano passado que dinamiza uma academia (combina residência de criação artística com desenvolvimento de um plano estratégico de carreira e, este ano, terá lugar, em Novembro, em Évora e em Ponta Delgada) e publica desde 2020 uma revista, em papel e em versão digital, emanada dos temas abordados e debatidos em cada uma das edições.

"Do ponto de vista político, não existe a noção de que a cultura é de uma importância crítica na sociedade, que nos pode transformar enquanto seres humanos e conduzir a mudanças sociais." O presente não lhe dá razões para optimismo, mas Riscado não acredita em baixar os braços: "Vamos à luta!"

DGArtes lança estudo para avaliar e "melhorar" Rede de Teatros e Cineteatros

Mariana Duarte

Investigação irá avaliar "impacto da rede junto de diversos agentes" e territórios para correcção de assimetrias

Diagnosticar, avaliar, "fazer correcções" e "traçar novos rumos" são os principais objectivos de um "grande estudo" sobre os três anos de funcionamento da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) que a Direcção-Geral das Artes (DGArtes) vai lançar em Outubro, anunciou anteontem Américo Rodrigues, director-geral das Artes, à margem de um encontro da RTCP, em Leiria.

Esta investigação, que passará por entrevistas, inquéritos e interpretação de resultados, será conduzida por um centro de estudos universitário ainda a seleccionar — o convite foi lançado a três entidades especializadas na área da sociologia e da geografia. As conclusões serão apresentadas "no primeiro trimestre de 2026", avança Américo Rodrigues ao PÚBLICO. Desde o início do seu mandato à frente da DGArtes, em 2019, que este responsável tem procurado instituir práticas de monitorização, avaliação e investigação que permitam delinear "novas propostas de políticas públicas para a área da Cultura".

"Quando comecei, havia muito pouca informação e poucos estudos associados ao sector das artes, de modo a perceber quais as repercussões das políticas culturais nos artistas, nas comunidades e nos territórios", observa. Lançada em 2019, mas efectivada apenas em 2021, a RTCP é uma das grandes lutas de Américo Rodrigues, que vê esta rede como "um elemento essencial para uma verdadeira democracia cultural descentralizada". Actualmente, este organismo congrega 96 equipamentos espalhados por todo o país, activando uma programação que "já chegou a mais de duas mil pessoas".

"Nunca vi tanto trabalho artístico com tanta qualidade. Há uma pujança criativa em Portugal como nunca houve, e a DGArtes tem de criar mecanismos para acompanhá-la", sublinha o director-geral das Artes. Este estudo é mais um passo na materialização de uma visão "estratégica" em relação à RTCP, aponta o responsável, que, apesar das dificuldades financeiras, traça um quadro geral "positivo".

"No início, por falta de meios financeiros, quem fazia este trabalho eram os próprios técnicos da DGArtes", recorda. Foi depois criada uma comissão de acompanhamento para monitorizar as entidades credenciadas, que teve de interromper funções durante meio ano por causa do atraso da tutela em dar autorizações para se assinar contratos com especialistas. Novamente em "pleno funcionamento", a comissão vai ter agora o seu trabalho "reforçado" e aprofundado por uma "avaliação externa".

"Trata-se de um progresso; é mais um mecanismo para melhorar", considera o director-geral das Artes. O estudo irá avaliar parâmetros como a correcção de assimetrias, o "grau de efectivação" dos diálogos entre os equipamentos, a circulação de obras, o número de co-produções, o envolvimento de artistas locais, o desenvolvimento de estratégias de mediação de públicos, "boas práticas de sustentabilidade", os contactos "com escolas, centros de idosos, estabelecimentos prisionais".


ADRIANO MIRANDA

Casa da Cultura de Ílhavo é um dos 96 equipamentos da RTCP

Este diagnóstico concertado possibilitará, acredita Américo Rodrigues, "ter um documento bem fundamentado que analise o impacto da rede junto dos diversos agentes" do tecido cultural, sejam eles artistas, programadores ou autarquias. Sem esquecer aqueles que ficam de foram. "Também nos interessa ouvir os não-intervenientes, no sentido de perceber por que é que não há adesão de espectadores numa determinada cidade."

Américo Rodrigues reconhece haver uma série de fragilidades e aspectos a melhorar, que já foram, de resto, indicados por artistas e programadores. Entre eles, a "autonomia e independência dos directores artísticos em relação ao poder autárquico", bem como as dinâmicas da circulação de espectáculos — nomeadamente perceber se os artistas que circulam são sempre os mesmos ou se há diversidade. "Recebemos opiniões muito dispersas: temos artistas que conseguem circular, outros que dizem que os teatros já estão com excesso de programação e não conseguem encaixar datas."

O director-geral das Artes identifica ainda "alguma debilidade na constituição de equipas técnicas associadas aos teatros" e nos departamentos de mediação, que por vezes contam apenas com um elemento. "A mediação é determinante para a criação de novos públicos", declara. A aposta na formação de autarcas na área da Cultura é outro dos pontos assinalados por Américo Rodrigues.

"A ideia é perceber por que é que as falhas acontecem e o que há a fazer para corrigir", conclui. "Os estudos e a documentação têm de entrar na ordem do dia — são tão importantes com o sistema de financiamento", afirma. "Temos encontros, escutamos críticas, trocamos opiniões, mas é preciso ir além destas impressões que recolhemos de forma casuística", reforça. "A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses é um *work in progress*, está sempre em aperfeiçoamento."

Américo Rodrigues lembra que a adesão e credenciação de mais equipamentos "está permanentemente aberta", desde que se cumpram os requisitos. "Houve situações em que mandámos relatórios a apontar as anomalias, as entidades corrigiram e depois entraram", diz. "A rede está distribuída por todo o país de forma cada vez mais equitativa. Há um efeito de bola de neve."

Sobre o impacto que o próximo Orçamento do Estado para a área da Cultura poderá ter nestes planos o director-geral das Artes prefere não fazer comentários antes da sua aprovação.

Portugal na Alemanha, com Emmanuel Nunes e Lachenmann

Crítica de música

Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música

★★★½☆

Quarteto Arditti
Stefan Blunier, direcção
Porto, Casa da Música – Sala Suggia
Sábado, 21 de Setembro, 18h00
Obras de Emmanuel Nunes
e Helmut Lachenmann
1/2 sala

O programa que a Casa da Música (CdM) apresentou em concerto no sábado é o mesmo com que a Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música (OSPCdM) se estreia no Música Viva, em Munique.

Com o título "Portugal na Alemanha", o programa reúne dois compositores incontornáveis de ambas as nacionalidades, muito diferentes entre si: Emmanuel Nunes (1941-2012), que viveu também na Alemanha, e Helmut Lachenmann (n. 1935). A escolha foi boa, não apenas pelo interesse dos compositores e das obras, mas também porque a OSPCdM havia já tocado ambas sob a direcção de maestros mais experientes na matéria (leia-se em música mais contemporânea). O estreante foi precisamente o maestro Stefan Blunier que, no entanto, esteve melhor do que se poderia esperar.

De Emmanuel Nunes, soou *Ruf* (1974-1977), obra para orquestra e electrónica resultante de encomenda da Fundação Calouste Gulbenkian (onde viria a ser tocada diversas vezes), com a qual o compositor captou a atenção internacional, em Royan, França, e Donaueschingen, Alemanha. Com a harpa no eixo de simetria, o lado esquerdo e o lado direito da orquestra espelham-se mutuamente, registando-se, porém, uma escrita individualizada para cada um dos 48 músicos. À densa massa orquestral, em que reconhecemos traços de orquestração de obras futuras, juntou-se uma electrónica em dois canais que, no referido concerto, nem sempre pareceu equilibrada com a parte orquestral. *Ruf* está longe de ser uma obra sedutora ou de fácil audição, mas a tarefa torna-se um pouco mais difícil quando se sente a uma certa insegurança do maestro.



Concerto da OSPCdM com o Arditti Quartet, com a presença de Helmut Lachenmann, em 2015

Na segunda parte, a OSPCdM revisitou *Tanzsuite mit Deutschlandlied* (1980), para quarteto de cordas e orquestra, obra que Lachenmann havia "explicado" ao público do Porto em 2015, expondo alguns dos seus ritmos de dança, fáceis de memorizar. Talvez a diversidade tímbrica da orquestra, exponenciada pela utilização de efeitos à época pouco utilizados, associada a esses ritmos passíveis de fácil reconhecimento seja o segredo para que os cerca de 40 minutos de *Tanzsuite* tenham parecido mais curtos do que os de *Ruf*. Seja pelo trabalho que o compositor desenvolveu directamente com os músicos, ou porque à frente do maestro se encontrava o experiente Quarteto Arditti (que este ano celebra 50 anos de existência), Blunier pareceu ter compreendido melhor a obra de Lachenmann.

O trabalho que a CdM tem vindo a desenvolver, diversificando o repertório da orquestra, que se tem familiarizado com a gramática de diferentes compositores contemporâneos e com as mais recentes técnicas instrumentais, é o garante do desembaraço com que a mesma se lança num programa tão exigente. Em suma, ainda que seja possível fazer melhor, o concerto foi interessante. Boa viagem, OSPCdM! **Diana Ferreira**

Guia

motores

publico.pt/motores

VW ID.3 ganha potência com GTX Performance
Versão apimentada do compacto familiar eléctrico da Volkswagen chega com 240kW (326cv), binário máximo de 545Nm e tracção traseira, para acelerações de 0 a 100km/h em 5,7 segundos (a velocidade máxima é de 200km/h). Disponível para encomenda, é proposto desde 50.960€.



Forthing e KGM entram em Portugal

Duas novas marcas automóveis acabam de se estrear em território nacional: a chinesa Forthing e a sul-coreana KGM; as chinesas Xpeng e Leapmotor são as que se seguem

Carla B. Ribeiro

O panorama nacional de oferta de marcas de automóveis está em crescimento, sobretudo com a chegada de marcas chinesas, que, mesmo com a ameaça das taxas aduaneiras, não parecem querer desistir da expansão europeia.

Só na última semana foram dois os emblemas que se estrearam em Portugal, um deles chinês: Forthing, propriedade do grupo Dongfeng Liuzhou Motor, pelas mãos da Auto-Industrial; e a sul-coreana KGM, antiga SsangYong Motor Company, que tem como importador a Astara, responsável por marcas como a Kia ou a Mitsubishi em território nacional. Amanhã, há o lançamento oficial da chinesa Xpeng, apresentada no portefólio da Salvador Caetano Auto, e, ainda antes do fim do ano, está prevista a chegada dos modelos da Leapmotor via Stellantis.

Gama média-alta da Forthing

A Forthing acaba de se estrear em Portugal com três modelos — o SUV Friday, nas variantes híbrida e 100% eléctrica (preços arrancam nos 38.500€); o U-Tour, um monovolume com sete lugares a gasolina (a partir de 37.500€); e a berlina eléctrica S7 (desde 44.500€) —, com o objectivo de "ir ao encontro das expectativas dos consumidores portugueses", garantiu o director-geral da marca em Portugal, Pedro Galvão, durante a apresentação do emblema.

O Friday, um *sport utility vehicle* que se insere no segmento C, dos familiares, é o primeiro a chegar ao mercado nacional. Com 4,56m de comprimento, 1,86m de largura e 1,68m de altura, apresenta-se como híbrido, a reunir um bloco a gasolina 1.5 Turbo de 170cv a um motor eléctrico de 177cv, recorrendo a uma bateria de polímero de lítio com 2 kWh de capacidade, mas também como EV, com 204cv e autonomia para mais de 500 quilómetros (a bateria de iões de lítio tem capacidade de 85,9kWh). Já o U-Tour, de 4,8m, será comercializado exclusivamente com motor térmico, gasolina, com motor 1.5 Turbo de 197cv de potência.

O topo de gama S7, de quase cinco metros e que será revelado à Europa durante o Salão de Paris, no próximo mês, é anunciado com um valor campeão de coeficiente de resistência (apenas 0,19 Cd). Com potência de 218cv, conta com bateria LFP com capacidade de 56,8kWh e reclama uma autonomia para 420 quilómetros.

Para já, a marca Forthing irá contar com cinco pontos de venda, geridos pela Auto-Industrial, que vê na "importação da Forthing um marco de grande importância na trajectória da empresa", conforme admitiu Alfredo Leite Santos, membro do conselho de administração do grupo. Para o ano, a ideia passa por criar uma rede de concessionários que abarque o país de norte a sul.

KGM, o futuro da Ssangyong

Já é algo distante a passagem da Ssangyong por Portugal, mas a Astara Portugal espera que a marca sul-coreana tenha deixado boas recordações.

Agora com a designação KGM (depois de ter entrado em insolvência e sido absorvida pelo Grupo KG, em 2022), está de volta e com uma gama completa, a integrar modelos que constituem respostas para diferentes necessidades e com mecânicas para todos os gostos.

A estrela da companhia é um SUV, como não podia deixar de ser, numa altura em que este formato tem as preferências de mais de metade do mercado.

O Torres, com 4,7m e cinco lugares, surge com motor a combustão, um 1.5 Turbo, a debitar 163cv, podendo ser acoplado a caixa manual ou automática (mais 2500€). A proposta comercial resume-se ao nível de equipamento K4, que se apresenta a partir de 37.500€. Já o Torres EVX constitui a variante 100% eléctrica, com motor de 207cv e bateria de iões de lítio com 73,4kWh de capacidade, ambos de origem BYD; o modelo reclama uma autonomia para 500 quilómetros. Haverá dois níveis de equipamento, K3 e K5, com os preços a arrancarem nos 45.900€.

Além de uma *pick-up* (Musso, assente num Diesel de 2,2 litros a debitar 202cv, em versões de três e cinco lugares e com caixa de carga de dois tamanhos, 1,3m e 1,6m de comprimento, com preços a arrancarem nos 39.500€), a KGM chega com uma mão-cheia de SUV: o Tivoli, do segmento B, com o 1.5 turbo a gasolina de 135cv (163cv com caixa automática); o Korando, do segmento C, com o mesmo motor, mas a desenvolver 149cv (e também a apresentar-se com 163cv com transmissão automática); e o Rexton, do segmento D, com o Diesel 2.2 DTR, de 202cv. A entrada na gama começa nos 25.950€; o topo de gama comercializa-se desde 58.900€.

DR





Em cima, o Forthing Friday, um *sport utility vehicle* que se insere no segmento C

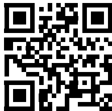
Ao lado, a gama da KGM, que inclui quatro SUV, um com declinação eléctrica, e uma *pick-up*

Cinema



Um Ano Difícil

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt



Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
A Morte de Uma Cidade 19h20; **Ryuichi Sakamoto: Coda** M12. 19h45; **Ubu** 13h25; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 17h15; **Oh Lá Lá!** M12. 17h45; **Iris e os Homens** M14. 15h, 21h40; **O Monge e a Espingarda** M12. 17h, 21h45; **Motel Destino** M14. 13h15; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 15h25, 21h45; **Pequenas Grandes Vitórias** 15h25; **Grand Tour** 19h15, 21h35; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 13h30, 19h40; **Transformers: O Início** 13h20, 15h30, 17h30 (VP)

Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Harold e o Lápis Mágico M6. 13h45 (VP); **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h35, 15h40, 17h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h50 (VP) 13h40, 18h, 19h55 (VO); **Isto Acaba Aqui** M12. 15h50, 21h30; **Alien: Romulus** M16. 19h10; **Um Sinal Secreto** M14. 21h55; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h15, 15h20, 17h25, 19h30, 21h35; **Não Fales do Mal** 15h15, 19h40, 21h55; **Transformers** 15h15, 17h25, 19h35, 21h50 (VP) 13h20, 15h25, 17h30, 19h35, 21h40 (VO); **Amarrados** 13h35, 15h40, 17h45, 19h50, 21h50

Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
Grand Tour 21h

Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
O Longo Adeus 19h; **24 Frames** M12. 14h30; **Grand Tour** 16h30, 21h15

Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Gru 4 13h35, 15h55 (VP); **Divertida-Mente 2** 13h20, 15h30 (VP) 16h50, 19h05, 21h20, 23h35 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h25, 16h, 18h45, 21h25; **Deadpool & Wolverine** 13h10, 16h05, 19h, 21h55; **Iris e os Homens** M14. 14h, 16h20; **Isto Acaba Aqui** 19h15, 22h; **Balas e Bolinhos** 13h55, 16h35, 19h10, 21h45; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h50, 16h10, 18h30, 21h; **Zona de Risco** M14. 18h20, 20h55; **Não Fales do Mal** 18h35, 21h15; **Grand Tour** 13h15, 16h05, 18h50, 21h35; **Casa Sinistra** 17h35, 19h40, 21h55; **Transformers: O Início** 13h40, 16h15 (VP/2D) 18h40, 21h10 (VO/2D) 14h20 (VP/3D); **Um Ano Difícil** 13h45, 16h30; **Amarrados** 14h05, 16h25, 18h45, 21h05

Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
A Última Sessão de Freud M12. 17h50, 20h50; **A Última Sessão de Freud** M12. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Gru - O Maldisposto 4** M6. 14h, 16h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h30 (VP); **Iris e os Homens** M14. 18h50, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h50, 17h, 20h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h40, 18h10, 21h; **Não Fales do Mal** 21h20; **Grand Tour** 13h45, 17h, 20h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 13h30, 16h, 18h30, 21h30

Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h40, 16h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h30, 15h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h, 20h40, 00h15; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h50, 15h40, 18h30, 21h40; **Alien: Romulus** M16. 18h10, 21h10, 24h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h15, 17h50, 20h30, 23h20; **Zona de Risco** M14. 13h50, 16h20 ; **Não Fales do Mal** 18h50, 21h20, 23h50; **Casa Sinistra** 17h30, 20h50, 23h40; **Transformers: O Início** 18h40, 21h30, 00h20 (VO/IMAX); **Transformers: O Início** 13h, 15h30 (VP/2D) 18h, 21h, 23h30 (VO/2D) 14h (VP/3D); **Amarrados** 18h20, 21h50, 00h10; **Jogo de Assassinos** 13h10, 15h25; **Play Dead: Escapar ou Morrer** 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** 13h20, 16h, 18h40 21h30, 00h10 (IMAX)

Estreias

Amarrados
De Alexandre Aja. Com Halle Berry, Matthew Kevin Anderson, Christin Park, Stephanie Lavigne. EUA. 2024. m. Drama, Terror.
Num mundo pós-apocalíptico, uma mãe vive com os dois filhos gémeos numa casa isolada. São protegidos por uma corda que os une uns aos outros e à casa em que vivem. Um dos miúdos começa a duvidar da existência de forças do mal, o que traz consequências desastrosas.

Casa Sinistra
De Matthias Hoene. Com Joely Richardson, Sadie Soverall, Neil Linpow, Harry Cadby. GB. 2023. 93m. Thriller.
Apanhados numa violenta tempestade, dois criminosos abrigam-se numa quinta isolada. Ao fazerem refém a família que ali vive, eles depressa se dão conta de que ali se guardam segredos terríveis.

Grand Tour
De Miguel Gomes. Com Gonçalo Waddington, Crista Alfaiate, Cláudio da Silva, Lang Khê Tran, Jorge Andrade. ITA/ALE/China/POR/FRA/JAP. 2024. m. Drama, Histórico.
Em 1918, um funcionário público em Rangum, na Birmânia, abandona a noiva no dia do casamento para partir numa viagem pela Ásia. Ela segue atrás dele.

Iris e os Homens
De Caroline Vignal. Com Laure Calamy, Vincent Elbaz, Suzanne De Baecque, Sylvain Katan. FRA. 2023. 98m. Comédia Dramática. M14.
À beira de fazer 50 anos, Iris (Laure Calamy) é uma dentista bem-sucedida, com o seu próprio consultório, um casamento e duas filhas. Um dia, percebe que já não tem relações sexuais com o marido há anos e decide tentar o adultério.

Transformers: O Início
De Josh Cooley. Com Brian Tyree Henry (Voz), Scarlett Johansson (Voz), Keegan-Michael Key (Voz), Jon Hamm (Voz), Chris Hemsworth (Voz), Laurence Fishburne (Voz), Steve Buscemi (Voz). EUA. 2024. 104m. Animação, Aventura.
Antes de serem rivais cujas querelas se transformam em guerras de grande escala, Optimus Prime e Megatron eram amigos em Cybertron. Esta prequela da saga "Transformers" conta a história do herói e do vilão.

Um Ano Difícil
De Éric Toledano, Olivier Nakache. Com Pio Marmaï, Jonathan Cohen, Noémie Merlant, Mathieu Amalric. FRA. 2023. 120m. Animação.
Dois amigos dados à vigarice e muito endividados decidem juntar-se a um grupo de activistas ambientais. Não por acreditarem na causa, mas mais porque querem comer e beber de graça.

As estrelas

P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Amarrados	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Grand Tour	★★☆☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Rei Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
Divertida-Mente 2 M6. 13h40, 16h05 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h30, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h30, 16h25, 19h20, 22h15; **Alien: Romulus** M16. 13h15, 16h15; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h25, 15h40 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h50, 16h20, 18h50, 21h15, 23h50; **Não Fales do Mal** 18h15, 21h, 23h45; **Grand Tour** 19h, 22h; **Transformers: O Início** 14h, 16h40 (VP) 19h10, 21h50 (VO); **Play Dead: Escapar ou Morrer** 23h40

Cinemateca Portuguesa
R. Barata Salgueiro, 39. T. 213596200
O Vale era Verde 18h; **Desesperadamente Procurando Susana** M12. 15h30; **Ganga Zumba** 19h30; **Discrepancy + All Male Mash Up + V.O.** 21h30

Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
O Leopardo M12. 21h; **Outono Escaldante** 14h; **A Vergonha** 19h; **Grand Tour** 16h30

UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
Ubu 13h40; **A Última Sessão de Freud** M12. 13h30, 16h, 18h30; **Divertida-Mente 2** M6. 13h45, 16h15 (VP); **Oh Lá Lá!** M12. 14h25, 16h55, 19h20, 21h30; **Iris e os Homens** M14. 16h50, 19h15; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h25, 16h10, 18h55, 21h45; **Um Sinal Secreto** M14. 14h20, 21h35; **O Monge e a Espingarda** M12. 14h, 19h10; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h15, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h50, 16h30, 19h05, 21h30; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h15, 18h50; **A Pedra Sonha dar Flor** 13h35, 19h05; **Não Fales do Mal** 16h35, 21h45; **Reality** 16h45, 21h10; **Grand Tour** 13h20, 16h15, 19h, 21h50; **Casa Sinistra** 19h30, 21h55; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 16h20, 18h40, 21h15; **Transformers: O Início** 13h55, 16h50 (VP/2D) 21h35 (VO/2D) 19h15 (VO/3D); **Um Ano Difícil** 16h25, 21h25; **Amarrados** 14h10, 16h40, 19h10, 21h40; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h15

Almada

Cinemas Nos Almada Fórum
R. Sérgio Malpique 2. T. 16996
Gru 4 M6. 13h30, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h05, 15h35, 17h55 (VP) 20h15, 22h30 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h35, 18h15, 21h10; **Iris e os Homens** M14. 13h20, 15h45, 18h10, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h20, 15h05, 17h50, 20h40; **Alien: Romulus** M16. 12h50, 15h40, 18h25, 21h10; **Um Sinal Secreto** M14. 12h50, 15h20, 17h45, 20h10; **Um Gato Com Sorte** M6. 12h55, 15h10 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h25, 18h, 20h35; **Não Fales do Mal** 13h30, 16h30, 19h10, 21h50; **Grand Tour** 13h10, 16h, 18h45, 21h30; **Casa Sinistra** 18h35, 20h50; **Transformers: O Início** 13h20, 15h50 (VP/2D) 18h20, 21h (VO/2D) 10h40 (Sáb. e Dom.), 13h05 (VP/3D); **Um Ano Difícil** 17h25, 20h20; **Amarrados** 13h50, 16h30, 19h, 21h20; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 22h40; **Transformers: O Início** 13h40, 16h40, 19h20, 21h40 (4DX)

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
Gru 4 M6. 15h45 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 15h15, 17h25, 19h35 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h20, 19h, 21h40; **O Coleccionador de Almas** M16. 19h55; **Oh Lá Lá!** M12. 19h55; **Iris e os Homens** M14. 15h40, 17h50, 21h55; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h45, 18h50, 21h30; **Alien: Romulus** M16. 21h40; **Um Sinal Secreto** M14. 15h50, 19h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 15h20, 17h25, 19h30, 21h35; **Não Fales do Mal** 21h50; **Casa Sinistra** 17h55, 22h; **Transformers** 15h25, 17h40, 19h30, 21h45 (VP) 15h40, 17h45, 19h50, 21h55 (VO); **Amarrados** 21h45; **Amarrados** 15h25, 17h30, 19h35; **Jogo de Assassinos** 17h40

Barreiro

Castello Lopes - Fórum Barreiro
Campo das Cordoarias. T. 212069440
Isto Acaba Aqui M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20; **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Cascais

Cinemas Nos CascaiShopping
Estrada Nacional nº. 7 - Alcabideche.
Gru - O Maldisposto 4 M6. 14h, 17h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h30, 16h45, 20h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h50, 16h10, 19h, 22h; **Um Sinal Secreto** M14. 20h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h30, 18h30, 21h; **Zona de Risco** M14. 14h30, 17h15; **Não Fales do Mal** 20h20; **Transformers: O Início** 13h15, 15h45 (VP/2D) 18h10, 20h30 (VO/2D) 12h40 (VP/3D); **Amarrados** 15h15, 18h, 21h30

Sintra

Castello Lopes - Alegro Sintra
Alegro Sintra, Alto do Forte. T. 219184352
Deadpool & Wolverine M12. 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h10, 15h50, 18h30, 21h10; **Alien: Romulus** M16. 13h45, 21h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30; **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Transformers: O Início** 16h15, 18h40 (VP); **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Loures

Cineplace - Loures Shopping
Quinta do Infantado, Loja A003.
Gru 4 M6. 15h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 15h10, 17h20, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** 21h40; **Iris e os Homens** M14. 19h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 19h10; **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 15h30 (VP); **Um Gato Com Sorte** M6. 15h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 17h20, 19h30, 21h40; **100% Lobo** 17h20 (VP); **Não Fales do Mal** 21h30; **Casa Sinistra** 17h30, 19h30, 21h30; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Amarrados** 17h, 21h50; **Jogo de Assassinos** 15h20

Odivelas

Cinemas Nos Odivelas Strada
C.C. Strada Shopping, Estr. da Paiã.
Divertida-Mente 2 M6. 13h30, 15h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h50, 15h40, 18h40, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h40, 15h30, 18h30, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h15, 16h, 18h50, 21h40; **Não Fales do Mal** 18h15, 20h40; **Transformers: O Início** 13h, 15h20 (VP) 18h, 20h30 (VO)

Oeiras

Cinemas Nos Oeiras Parque
Divertida-Mente 2 M6. 13h, 15h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h15; **Oh Lá Lá!** M12. 21h; **Iris e os Homens** M14. 18h, 20h15; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h15, 19h, 21h45; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h35, 15h45 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h45, 15h15, 17h45, 20h30; **Não Fales do Mal** 21h15; **Grand Tour** 13h45, 16h30, 19h15, 22h15; **Transformers** 13h25, 16h, 18h30 (VO); **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 22h35

Guia

Lazer

MÚSICA

Best Youth

LISBOA Teatro Tivoli BBVA.
Dia 25/9, às 21h.
M/6. 18€ a 25€

Catarina Salinas e Ed Rocha Gonçalves dão alma à indie pop dos Best Youth. A dupla portuense tem novidades em mãos. Lançado no início deste ano, *Everywhen* é o mais recente capítulo na discografia, sucedendo aos discos de longa-duração *Cherry Domino* (2018) e *Highway Moon* (2015). Vem servido por 11 canções e uma exploração do seu universo sonoro a partir do conceito de tempo. A experiência ao vivo propõe-se a partilhar essa mesma essência temporal, entrelaçando temas recentes (como *Back with a bang*, *Cool kids* ou *Out of time*) com faixas que marcam o imaginário da banda (*Midnight rain*, *Mirrorball* e *Hang out* são alguns dos exemplos), num espectáculo que "apela à suspensão do tempo". *An Evening in Everywhen* é o título desta viagem musical sem fronteiras, que conta com incursões pela electrónica, música de dança, rock'n'roll, blues e pop, aqui debitadas com a ajuda dos convidados especiais Marisa Liz, The Legendary Tigerman e Moullinex. Na próxima semana, a 2 de Outubro (às 21h, com bilhetes entre 17€ e 22,50€), é a vez de a Casa da Música do Porto receber o mesmo espectáculo. Ao palco da Sala Suggia subirão os convidados The Legendary Tigerman, Moullinex e Wolf Manhattan.

TEATRO

O Juiz da Beira

CALDAS DA RAINHA
Teatro da Rainha.
Dia 25/9, às 21h30. M/12

O Teatro das Beiras atira-se à peça de Gil Vicente em que Pêro Marques, o marido da Inês Pereira de uma farsa anterior, surge ainda como um homem meio apatetado, mas agora no papel de juiz. À sua presença vão litígios que acabará por resolver "da forma mais absurda", resume a companhia. "Mas, curiosamente, todas as sentenças acabam por revelar-se arrazoadas", acrescenta. A peça tem encenação, cenografia e figurinos de Nuno Carinhas. Bernardo Sarmento, Carlota Macedo, Gonçalo Babo, Miguel Brás, Paulo Monteiro e Sílvia Morais assumem as personagens.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Euromilhões 18 20 21 36 49 ★3 ★5

1.º Prémio 64.000.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.564

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAL: 1 - Número de "fronteiras planetárias" (limites físicos que a humanidade não deve ultrapassar). Abertura estreita. **2 -** Esteja apaixonado. Raciocinais. **3 -** Fechar as asas (a ave) para descer mais rapidamente. Baú. **4 -** Editora independente, ancorada em "ideais feministas, decoloniais e queer", para desierarquizar o acesso à leitura e à publicação. **5 -** Onda nos estádios. Regra. Prefixo que exprime a ideia de privação. **6 -** Graceja. É um dos símbolos bíblicos da inocência. **7 -** Antes de Cristo. Tirania. **8 -** Cidade mais quente dos EUA, no Arizona, bateu o recorde de calor (113 dias seguidos acima dos 38 graus Celsius). Numeração romana (56). **9 -** Possuiria. Cria de veado. **10 -** Julia (...), curadora do festival Uma Revolução. Mulher formosa (fig.). **11 -** Real Academia Española. Malhadouro. Alternativa.

VERTICAL: 1 - Planta da família das Valerianáceas, cuja flor é muito aromática. Tornar apto. **2 -** O mantra mais importante do Hinduísmo e outras religiões. Artigo antigo. Discípulo de um guru. **3 -** Lavrar fundo a terra. Globo. **4 -** Um dos dígrafos da língua portuguesa. Representação mental. **5 -** Terra alagadiça. Vazio. **6 -** Alberta (...), vai deixar a direcção criativa da sua própria marca. Segundo. **7 -** Rádon (s. q.). Um dos ditongos da língua portuguesa. Pequeno ferimento. **8 -** Agência Espacial Europeia. Abreviatura de Anno Domini. Núcleo de Radioamadores da Armada. **9 -** Arroz de (...) à moda de Ponte de Lima, é candidato a DOP. **10 -** Tecnologias da Informação e Comunicação. Impaciente. **11 -** "A verdade tem (...)". Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico. Ouro (s. q.).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1					■						
2				■							
3		■					■				
4								■		■	
5				■				■			■
6	■	■			■		■				
7			■								
8								■			
9						■					■
10							■				
11				■					■		

Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1 - Lisboa. Upar. **2 -** Biombo. Uno. **3 -** Libaneses. **4 -** Ano. Dm. Lá. **5 -** Li. Bola. Dar. **6 -** Dica. Peri. **7 -** Alimentos. **8 -** Ri. Brear. **9 -** Assim. Uva. **10 -** Menopausa. **11 -** Mono. Arrolo.
VERTICAIS: 1 - Saldara. **2 -** IB. Niilismo. **3 -** Silo. Cl. Sen. **4 -** Boi. Bambino. **5 -** Ombro. Ermo. **6 -** Aba. Lene. Pa. **7 -** Onda. Taxar. **8 -** Em. Por. Ur. **9 -** Pus. Des. Uso. **10 -** Anelar. Aval. **11 -** Rosário.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠1042
♥653
♦AKJ10
♣975

OESTE
♠765
♥K98
♦85
♣KQJ84

ESTE
♠-
♥J1072
♦Q97632
♣1063

SUL
♠AKQJ983
♥AQ4
♦4
♣A2

Oeste	Norte	Este	Sul
			2♣1
passo	3♦2	passo	3♠
passo	4♦	passo	4♠
passo	5♠	passo	6♠
Todos passam			

Leilão: Equipas ou partida livre. 1 — *Forcing* de partida; 2 — Indica o Ás de ouros

Carteio: Saída: K♣. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: O parceiro, nas vozes que deu, indicou o Ás de ouros, um naipe explorável de ouros e esperança de cheleme a espadas.
Após ter feito a vaza inicial com o Ás de paus, tirou também o Ás de trunfo e constatou que os trunfos estavam divididos 3-0.
Prepara-se para alinhar rapidamente as 12 vazas que parecem ser suas por direito: sete trunfos, uma copa, três ouros e o Ás de paus.
Mas atenção! Se encaixar descuidadamente o Ás e o Rei de ouros para se ver livre do pau perdente, pode correr um risco desnecessário: Oeste cortará a terceira volta de ouros, aquela que usou para baldar uma copa, perdente sobre perdente, e ficará a faltar-lhe uma vaza!
A solução para não ter este dissabor: apresente o Valete de ouros na segunda volta do naipe.
- Se Este cobrir com a Dama, corta a segurar com um trunfo alto e regressa ao morto na terceira volta de trunfo para encaixar o Rei e o 10 de ouros.
- Se Este não cobrir, balde o 2 de paus e o final será idêntico ao do parágrafo anterior.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	2♣	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠QJ10 ♥J10 ♦KQ1097♣AKJ

Resposta: Marque 2♦. A resposta adequada quando não temos qualquer rico de quatro cartas.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.892 (Fácil)

			3	6				
		3			1			2
7		9	2					8
		7	4		5			
4	8	5	6		2	9	7	3
			7		9	8		
8					3	5		9
2			5			3		
				7	6			

Solução 12.890

6	5	2	9	8	7	3	4	1
7	3	4	1	5	2	9	8	6
8	1	9	4	6	3	7	2	5
9	8	7	5	3	6	4	1	2
4	2	3	8	1	9	6	5	7
1	6	5	7	2	4	8	3	9
3	4	6	2	7	5	1	9	8
2	9	8	6	4	1	5	7	3
5	7	1	3	9	8	2	6	4

Problema 12.893 (Média)

7	9			8	4	5		
	6						3	
				5	2			4
	4							6
			1		7			
9							2	
6			9	2				
	3						1	
		4	8	1			7	3

Solução 12.891

7	5	4	2	1	9	3	8	6
6	8	9	5	3	7	4	2	1
3	2	1	8	6	4	7	9	5
5	9	6	4	7	2	8	1	3
2	3	7	9	8	1	6	5	4
1	4	8	6	5	3	2	7	9
8	7	5	3	9	6	1	4	2
4	1	3	7	2	5	9	6	8
9	6	2	1	4	8	5	3	7

CINEMA

Pelé: O Nascimento de Uma Lenda
Hollywood, 18h
Biopic do futebolista brasileiro, desde o nascimento até ter levado a selecção a ganhar o seu primeiro Mundial. Escrito e realizado pelos irmãos Jeff e Michael Zimbalist, é protagonizado por Kevin de Paula (Pelé em adulto) e Leonardo Lima Carvalho (em criança) e centra-se na relação com Dondinho, o pai, ex-futebolista e treinador, aqui interpretado por Seu Jorge.

O Fundador
Hollywood, 21h30
Filme biográfico sobre a origem da McDonald's, com argumento de Robert Siegel, realização de John Lee Hancock e actuações de Patrick Wilson, Laura Dern, Linda Cardellini e Michael Keaton. Nos EUA dos anos 1950, Raymond Alexander Kroc é um caixeiro-viajante que vende batedeiras. Um dia, recebe uma grande encomenda dos irmãos Richard e Maurice McDonald, que abriram uma hamburgueria inovadora. Kroc acaba por comprar o negócio e transformar um pequeno comércio familiar num império de *fast food*.

SÉRIES

This Town
TVCine Edition, 22h10
Criada por Steven Knight (Peaky Blinders), *This Town* estreia-se com os créditos de "inteligente, ambiciosa e anárquica", palavras do *The Guardian*. Transporta-nos para a cena musical do despontar dos anos 1980 nas cidades inglesas de Birmingham (onde Knight nasceu e cresceu) e Coventry, com banda sonora a condizer. Em tempos de convulsões sociais, ter uma banda oferece uma saída, a porta para um sonho, uma forma de união, um sentido de pertença. A série captura, em seis episódios, "o modo como o génio criativo pode emergir de um tempo de loucura", explica a sinopse, e funciona "tanto como um *thriller* de alta cilindrada como uma saga familiar", acrescenta. Levi Brown, Jordan Bolger, Ben Rose e Eve Austin compõem o elenco nuclear.

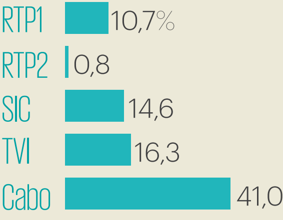
Station 19
Disney+, *streaming*
Mais uma leva de situações tensas aguarda os soldados da paz de Seattle. É a sétima e última temporada do *spin-off* de *Anatomia de Grey*, criado por Stacy McKee, sobre uma corporação de bombeiros a três quarteirões do ficcional Grey Sloan Memorial Hospital.

Televisão

Os mais vistos da TV
Segunda-feira, 23

	%	Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	8,2	16,8
Secret Story	TVI	7,9	16,4
Cacau	TVI	7,8	17,3
A Promessa	SIC	7,5	16,8
O Preço Certo	RTP1	7,3	17,6

FONTE: CAEM



RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.23** Amor sem Igual **15.22** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.06** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Primeira Pessoa: Maria Rueff

21.45 Joker

22.46 Cá por Casa com Herman José



0.11 Janela Indiscreta

1.58 Anatomia de Grey **2.30** Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.42** As Novas Viagens Philosophicas **11.16** Espaços Incríveis de George Clarke **12.07** Cobra: Gabinete de Crise - Rebelião **12.46** Urbanigrama **13.17** Outra Escola **14.00** Sociedade Civil **15.05** A Fé dos Homens

15.41 Duplas à Portuguesa **16.12** A Vida Secreta do Parque Safari **17.01** Espaço Zig Zag

20.39 Engenharia Antiga **21.30** Jornal 2 **22.01** Descendentes **22.48** Folha de Sala

22.57 O Escândalo dos Correios: A Verdadeira História **23.48** Sociedade Civil **0.54** Folha de Sala

0.58 E2 - Escola Superior de Comunicação Social **1.24** Jogos de Poder **2.16** Deus Cérebro

3.11 Juro Que Aconteceu **3.59** O Canto da Casa **5.05** Os Belos Rios da Grã-Bretanha **5.52** Folha de Sala **5.58** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.30** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **17.00** Júlia **18.40** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré



0.55 Papel Principal **1.10** Travessia **1.35** Passadeira Vermelha **3.00** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.35** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.30** Goucha **17.45** Secret Story

19.57 Jornal Nacional

21.40 Secret Story

22.20 Cacau

23.10 Festa É Festa



0.00 Secret Story **2.15** O Beijo do Escorpião **3.15** Sedução **3.30** O Princípio da Incerteza

TVCINE TOP

17.10 Um Ranger Especial **18.45** John Wick: Capítulo 4 **21.30** 65 **23.00** Os Voyeurs **0.55** Não Abras **2.35** A Escavação

STAR MOVIES

18.02 Furor de Matar **19.35** Sartana no Vale dos Abutres **21.15** O Homem do Oeste **23.00** O Bom, o Mau e o Vilão **2.01** O Regresso de Sabata

HOLLYWOOD

18.00 Pelé: O Nascimento de Uma Lenda **19.50** Golpe no Paraíso **21.30** O Fundador **23.30** Em Terra Selvagem **1.15** Homem Demolidor

AXN

17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** Viola Come il Mare **0.09** Eu, Alex Cross **1.55** Viola Come il Mare

STAR CHANNEL

17.07 Investigação Criminal: Los Angeles **18.48** FBI **20.25** Hawai Força Especial **22.15** FBI: International **23.03** Chicago P.D. **0.48** FBI **2.17** O Último Desafio

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.15** Primos **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Os Descendentes 3 **22.40** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Caçadores de Fantasmas **21.57** Mistérios das Profundezas com Jeremy Wade **0.48** Caçadores de Fantasmas **1.37** Mistérios das Profundezas com Jeremy Wade

HISTÓRIA

17.06 Grandes Descobertas **20.06** O Inexplicável **22.16** Os Maiores Mistérios da História **23.44** O Inexplicável **2.07** Os Maiores Mistérios da História

ODISSEIA

17.51 Reciclagem em Portugal **19.17** Legacy **19.17** Pesca Extrema Abaixo de Zero **22.30** Tubarão: Missão Mortal **23.28** Mortos de Tanto Rir! **1.03** Pesca Extrema Abaixo de Zero **2.28** Mundos Inexplorados com Steve Backshall

INFORMAÇÃO

Grande Entrevista
RTP3, 23h
A propósito do rasto devastador deixado pela onda recente de incêndios, Vítor Gonçalves recebe Manuel Castro Almeida, ministro adjunto e da Coesão Territorial, que esteve no terreno, junto das populações atingidas, a liderar a equipa incumbida por Luís Montenegro de avaliar os danos e apoiar quem foi afectado.

DOCUMENTÁRIOS

O Escândalo dos Correios: A Verdadeira História
RTP2, 22h57
Na semana passada, a RTP2 emitiu uma minissérie britânica que dramatizava um dos maiores erros judiciais da história do Reino Unido: centenas de funcionários do Royal Mail (o serviço postal nacional) acusados de desviarem dinheiro, para anos depois se concluir que se tratou de uma falha no sistema informático. Hoje, a mesma história é contada na forma de um documentário. Assenta no depoimento de Alan Bates, que geria uma filial dos correios, foi vítima do processo e acabou por mobilizar uma aliança de antigos funcionários que foram a tribunal exigir compensações.

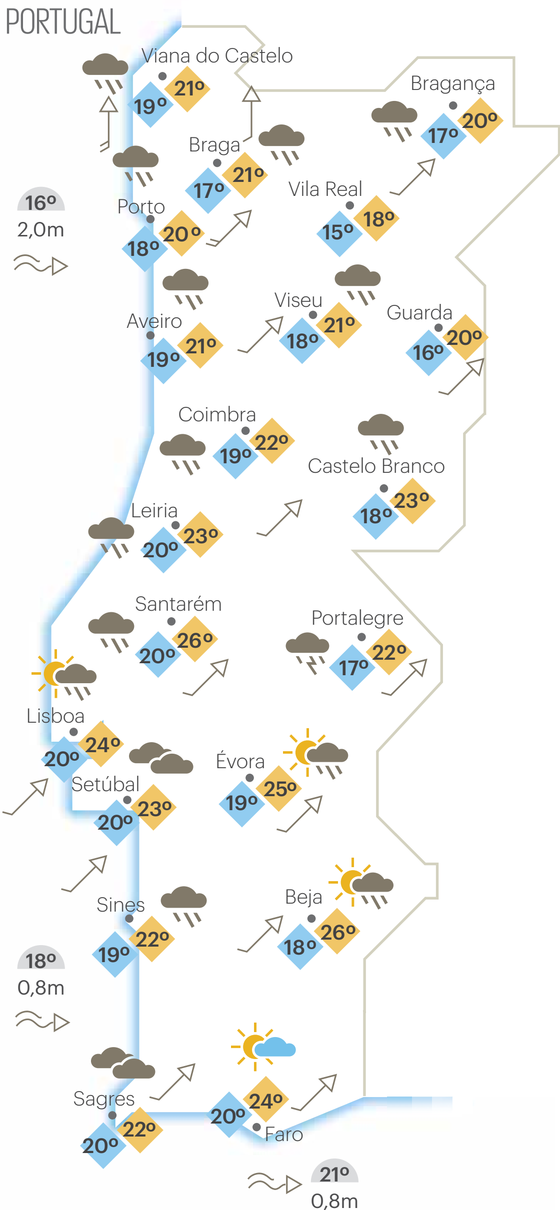
Mr. McMahon
Netflix, *streaming*
Estreia. Realizado por Chris Smith, que fez parte da equipa de produção de *Tiger King*, é um retrato do legado – ou da ascensão e queda, como é costumeiro nestes conteúdos – do norte-americano Vince McMahon. Foi co-fundador da WWE, a empresa de luta livre profissional que se tornaria a maior do mundo da modalidade. E foi também alvo de acusações de abuso sexual. "Durante os quatro anos de produção, a história evoluiu de formas verdadeiramente chocantes, culminando em alegações extremamente perturbadoras", revela Smith, citado pela Netflix. Essa história é contada com a ajuda de familiares, colaboradores, repórteres, lutadores e o próprio McMahon. Este emitiu entretanto um comunicado em que classifica o resultado final como "enganador". Não se mostra arrependido por ter colaborado, mas alerta para truques de edição que reforçam uma certa narrativa em que "muito foi deturpado ou apenas excluído, num esforço intencional para deixar confuso quem o vê". Desenvolve-se em meia dúzia de episódios, disponibilizados de uma assentada.



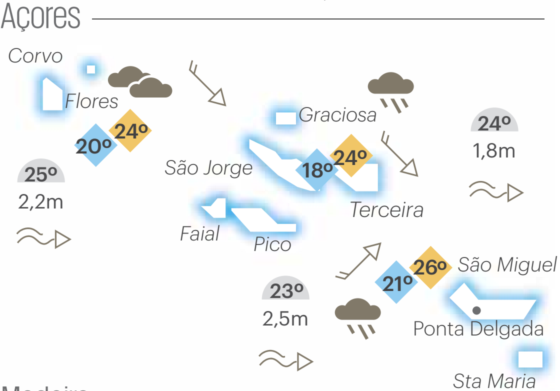
Guia

Meteorologia

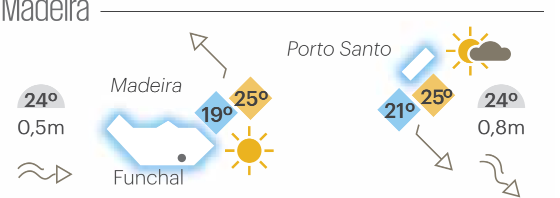
PORTUGAL



Açores



Madeira



MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Preia-mar 09h29	2,7	Preia-mar 09h05	2,7	Preia-mar 09h06	2,7
Baixa-mar 16h09	1,4	Baixa-mar 15h50	1,5	Baixa-mar 15h38	1,4
Preia-mar 22h34	2,5	Preia-mar 22h10	2,5	Preia-mar 22h03	2,4
Baixa-mar 04h38*	1,5	Baixa-mar 04h18*	1,7	Baixa-mar 04h12*	1,6

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

	Quinta-feira, 26	Sexta-feira, 27	Sábado, 28
Mín./Máx.	16º / 23º	13º / 22º	12º / 24º
Índice UV	Médio	Médio	Médio
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	83%	66%	56%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

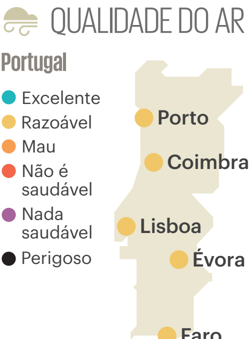
Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 15 Set.	421,98
Há um ano	418,33
Há dez anos	395,24
Semana de 8 Set.	422,06
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso



SOL

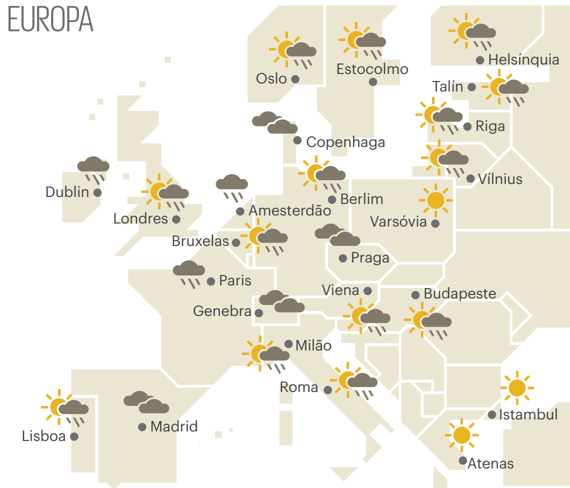
Nascente 07h27
Poente 19h28

LUA

2 Out.	19h49
10 Out.	19h55
17 Out.	12h26
24 Out.	9h03

Nascente 23h57
Poente 15h57

EUROPA



TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	12	16	Roma	16	25
Atenas	19	28	Viena	12	22
Berlim	13	19	Bissau	25	29
Bruxelas	13	16	Buenos Aires	12	19
Bucareste	16	30	Cairo	23	33
Budapeste	13	22	Caracas	20	29
Copenhaga	11	16	Cid. do Cabo	11	17
Dublin	10	13	Cid. do México	14	22
Estocolmo	10	17	Díli	23	32
Frankfurt	14	17	Hong Kong	25	31
Genebra	13	20	Jerusalém	17	30
Istambul	17	28	Los Angeles	16	27
Kiev	15	27	Luanda	22	28
Londres	12	16	Nova Deli	27	35
Madrid	16	20	Nova Iorque	17	20
Milão	16	22	Pequim	14	25
Moscovo	11	24	Praia	26	31
Oslo	6	16	Rio de Janeiro	22	33
Paris	14	16	Riga	14	21
Praga	12	22	Singapura	25	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

FERNANDO VELUDO/LUSA



Último treino do FC Porto antes da partida para a noruega onde hoje joga contra o Bodo/Glimt

Estreia europeia do FC Porto ameaçada pelo "milagre do Árctico"

Os "dragões" estreiam-se, hoje, na Liga Europa na cidade de Bodo, casa do campeão norueguês e localizada 200 quilómetros a norte do Círculo Polar Árctico

David Andrade

A data do jogo é benéfica para o FC Porto – dentro de um mês, quando o Sp. Braga se deslocar a Bodo, a probabilidade de as temperaturas serem negativas é muito alta –, mas a estreia europeia nesta época dos "dragões" aporta riscos elevados para a equipa de Vítor Bruno.

No primeiro jogo da Liga Europa 2024/25, os portistas terão no sintético do Aspmyra Stadion um difícil obstáculo, mas as dificuldades não ficarão por aí: campeão norueguês e líder confortável do seu campeonato a apenas sete jornadas do seu final, o Bodo/Glimt é um dos clubes financeiramente mais sustentáveis da Europa e, nos últimos anos, tem somado importantes sucessos desportivos.

Por esse motivo, o clube que em 2021 impôs a José Mourinho uma das derrotas mais humilhantes do seu currículo – 6-1, quando o português treinava a AS Roma – já foi apelidado de "milagre do Árctico".

A latitude é pouco comum no mapa do futebol mundial – a cidade norueguesa de Bodo fica 200km a norte do Círculo Polar Árctico –, e a viagem de mais de três mil quilómetros que os jogadores do FC Porto terão no corpo será, certamente, motivo de preocupação para Vítor Bruno. Porém, os perigos para os "azuis e brancos" quando hoje o árbitro israelita Orel Grinfeeld apitar para o início da partida estarão igualmente na competência do rival norueguês.

Conhecida até há uma dezena de anos pela indústria do bacalhau e por ser um dos melhores locais no planeta para ver auroras boreais, a pequena cidade de Bodo, a 12.ª maior cidade da Noruega com cerca de 50 mil habitantes, ganhou através do futebol um novo mediatismo.

Apesar de ter sido fundado em 1916, o Bodo/Glimt tinha, mais de cem anos depois, apenas dois títulos no seu currículo: a Taça da Noruega, em 1973 e 1993. Porém, por mérito de Kjetil Knutsen, tudo mudou a partir de 2018.

Sem passado como jogador profissional e com um currículo pobre como treinador, o técnico chegou a Bodo em 2017, com o clube na segunda divisão, onde assumiu um cargo de adjunto. No ano seguinte, já com o Bodo/Glimt promovido ao principal escalão norueguês, Knutsen passou a liderar a equipa e, no primeiro ano, igualou a melhor classificação de sempre do clube: 2.º lugar.

Esse foi o pontapé de partida para um ciclo sem precedentes no futebol da Noruega. Nos últimos quatro anos, sempre com Knutsen no comando, o Bodo/Glimt foi campeão em 2020, 2021 e 2023, e, este ano, tem o bicampeonato na mão: sete pontos de vantagem sobre o Brann, a sete jornadas do fim.

Apostando numa mentalidade ofensiva – da qual não deverá abdicar frente ao FC Porto – e com uma equipa com um estilo de jogo muito escandinavo – o plantel é composto por 23 noruegueses, quatro dinamarqueses, um russo, um checo e um esloveno –, a equipa do Bodo/Glimt tem um valor de mercado de 37,25 milhões de euros, segundo o Transfermarkt, o que significa que o capitão do FC Porto vale mais do que todo o plantel do campeão norueguês: o passe de Diogo Costa está cotado nos 45 milhões.

Apesar deste facto e de salientar que vai defrontar um rival "do nível da Liga dos Campeões", Kjetil Knutsen garantiu na antevisão que, embora tenha pela frente "um grande desafio", irá, "como sempre", manter os princípios da sua equipa: "Será sempre no estilo do Glimt. Somos uma equipa de ataque e vamos jogar em casa. Por isso, tentaremos sempre controlar o jogo."

Do outro lado, a comitiva portista que partiu ontem para a Noruega incluía 27 jogadores – Zaidu e Fábio Vieira são as principais baixas – e foi liderada por André Villas-Boas, que foi o porta-voz da ambição "azul e branca": é o compromisso com a vitória que o FC Porto tem de ter em todas as competições. Com a história que temos, o limite é vencer."

Calendário Liga Europa

Bodo/Glimt-FC Porto	17H45,SPTV5
AZ Alkmaar-Elfsborg	17H45, DAZN
Man. United-Twente	20h, DAZN
Ludogorets-Slavia Praga	20h
Anderlecht-Ferencváros	20h, DAZN
Nice-Real Sociedad	20h, DAZN
Midtjylland-Hoffenheim	20h
Galatasaray-PAOK	20h, DAZN
Dínamo Kiev-Lazio	20h, DAZN
Malmo-Rangers	amanhã, 17h45, DAZN
Fenerbaçhe-St. Gilloise	amanhã, 17h45, DAZN
Ajax-Besiktas	amanhã, 20h, DAZN
Sp. Braga-M. Telavive	amanhã, 20h, DAZN
Lyon-Olympiacos	amanhã, 20h, DAZN
Tottenham-Qarabag	amanhã, 20h, DAZN
E. Frankfurt-V. Plzen	amanhã, 20h
S. Bucareste-Rigas	amanhã, 20h
Roma-Ath. Bilbau	amanhã, 20h, DAZN

Segundo Rui Costa, João Neves não queria sair do Benfica, mas... quis

Diogo Cardoso Oliveira

Sobre o novo treinador, aponta que o actual plantel "encarnado", feito por Schmidt, poderia ter sido feito por Bruno Lage


JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Rui Costa deu explicações sobre as entradas e saídas de jogadores do Benfica no mercado de Verão

Foi em ambiente controlado, aos microfones da BTV, que Rui Costa, presidente do Benfica, disse, ontem, que João Neves queria continuar no Benfica, mas que ele quis sair do clube. Confuso? Por um lado, Rui Costa disse que "o jogador não queria sair do Benfica". Por outro, disse que "eram valores inevitáveis para o jogador e para o clube".

Se o que Rui Costa disse for verdade absoluta, então João Neves quis, em rigor, sair do Benfica quando leu os valores na proposta do PSG – e isso não é crime algum, mas parece haver algum "controlo de danos" nas explicações que vão sendo dadas.

O líder do clube "encarnado" prestou-se à habitual análise ao mercado de transferências, uma promessa eleitoral que vem cumprindo, mesmo com datas variáveis. No último mercado de Verão, fê-lo dia 5 de Setembro, a seguir a um 4-0 ao Vitória de Guimarães. Neste mercado, apostou no dia 24, no pós-3-0 ao Boavista. O que não muda é que as perguntas são feitas por um jornalista da casa, já que o "evento" é vedado ao resto da imprensa, sem que tenha havido, na globalidade, qualquer tipo de contraditório durante a entrevista.

Eram 19h04 – hora simbólica que replica o 1904 de fundação do clube – quando começou a entrevista e, durante um pouco mais de meia hora, Rui Costa tentou satisfazer a curiosidade alheia sobre as opções tomadas no mercado.

Ainda sobre Neves, Rui Costa tratou este negócio como uma inevitabilidade, por considerar que 60 milhões de euros, no contexto actual, não são desdenháveis. "Fomos rejeitando propostas que tinham chegado mais cedo e de menor valor e fomos fazendo subir as propostas. O João não queria sair do Benfica, mas há números que se tornam inevitáveis para o jogador e para o clube. Não estamos aqui para bater recordes, mas sim para valorizar os nossos jogadores. Se num outro ano os 60 milhões eram baixos, na actualidade está no top cinco das transferências mais altas deste mercado", explicou.

É curioso que Rui Costa, logo na primeira intervenção, se tenha prestado a uma retórica que, geralmente, treinadores, jogadores e presidentes gostam de evitar: a fatalidade dos resultados.

Habitualmente, gostam de falar do processo, da evolução, do trabalho, do contexto, da conjectura, da arbitragem, da sorte, entre outros factores. Mas, desta vez, o trabalho do Benfica vai poder ser analisado, no final da temporada, pela bitola dos resultados – palavra de presidente.

"O trabalho foi bem realizado, agora os resultados vão ditar se foi bem ou mal feito", apontou, sobre a construção de um plantel que crê ser mais forte do que no ano anterior.

Neres quis sair

No caso de David Neres, negócio visto por muitos como um desperdício de talento por parte do clube, Rui Costa justificou com quatro prismas: os 27 anos do jogador, a vontade já antiga de sair do clube, o estatuto de titular ocasional e a falta de polivalência de alguém que prefere jogar na ala direita.

> **Não estamos aqui para bater recordes, mas sim para valorizar os nossos jogadores. Se num outro ano os 60 milhões eram baixos, na actualidade está no top cinco das transferências mais altas**

Chegada de Renato Sanches

No tema das contratações, Rui Costa usou os jogos mais recentes para justificar a compra de Aktürkoglu, "surfando" a onda dos golos e assistências do turco. A explicação não surpreende, mas mais inesperada foi a forma como o presidente não teve pudor em prever o papel de Aursnes. Crê que com a compra de Aktürkoglu é possível "libertar o Aursnes para outras posições", o que sugere que há vontade de Bruno Lage para não repetir a presença do norueguês na ala – soube-se mais agora do que da boca do próprio técnico.

Sobre Renato Sanches, Rui Costa foi mais curto. "Os últimos anos não tiveram o mesmo fulgor, mas o Renato tem muita fome de voltar a ser o Renato. Acredito que esta é a casa ideal para recuperar e para nos dar muito, sei do sentimento com que ele joga com esta camisola. Hoje está aleijado, mas tenho confiança que ainda vamos ter muito Renato este ano".

E faz sentido contratar um jogador com tantos problemas de lesões, sobretudo depois de más experiências em jogadores desse tipo? Não sabemos, porque sobre isso não houve pergunta.

Sobre Kaboré, que entrou muito mal com o Estrela Vermelha, na estreia pelo clube, Rui Costa diz que tem de haver paciência, porque é um jogador muito jovem: "Sei que não entrou da melhor forma no primeiro jogo, fruto de muito nervosismo, também não estava um jogo fácil...".

O Benfica estava a jogar frente a uma equipa claramente mais fraca e já estava em vantagem no marcador – e não por um, mas por 2-0. Dificilmente haveria melhor contexto para lançar um jogador, mas também ficaremos sem saber que resposta haveria a esse detalhe.

Sobre o facto de ter um treinador que não construiu o plantel, esperava-se que Rui Costa deixasse esse factor para uso futuro, em caso de insucesso, mas o presidente "encarnado" não quis guardar esse trunfo, dizendo que poderia ser um plantel de Lage.

"Quando se faz um plantel, faz-se à imagem do treinador, neste caso para Roger Schmidt. Sabia que este plantel se moldava muito à imagem do Bruno Lage, sei como ele gosta de ter os plantéis montados e o plantel podia ter sido construído pelo Bruno Lage, pelo que são as características dos jogadores. Acho que ele está satisfeito", apontou.

Analisando as ideias de Schmidt e Lage não é fácil crer que construiriam o mesmo tipo de plantel, mas Rui Costa não fez questão de guardar essa carta na manga para mais tarde.

Breves

Futebol internacional

Portugueses brilham nos triunfos de Chelsea e City

Manchester City e Chelsea confirmaram, ontem, o seu favoritismo nos respectivos jogos da 3.ª eliminatória da Taça da Liga inglesa e apuraram-se para a próxima ronda da prova. Os "*blues*" com Renato Veiga, Pedro Neto e João Félix no "onze" inicial, golearam por 5-0 o modesto Barrow (quarto escalão). Félix assistiu Nkunku para o 1-0 e marcou o livre que deu o 3-0, enquanto Neto fez o quarto golo do Chelsea. Já os "*citizens*", a jogar em casa frente ao Watford e com um só português de início — Matheus Nunes, que fez o 2-0 — marcaram logo aos cinco minutos (Doku). O Watford ainda reduziu para 2-1, resultado com que a partida terminou.



Futsal

Brasil e Ucrânia avançam para os "quartos" do Mundial

O Brasil, com uma goleada 5-0 diante da Costa Rica, e a Ucrânia, vencedora 3-1 sobre os Países Baixos, apuraram-se ontem para os quartos-de-final do Campeonato do Mundo de futsal, a decorrer no Uzbequistão. Marcel, aos cinco minutos, abriu caminho à goleada sobre os costa-riquenhos, tendo duas assistências do jogador do Benfica Arthur, para Valério (12') e Leandro Lino (28'). Neguinho, que marcou aos 36 e 40 minutos, fixou o 5-0 final. Um 'bis' de Melnyk confirmou o triunfo dos ucranianos, depois de Bouzambou ter anulado um golo inicial de Zvarych. Portugal defronta, quinta-feira, o Cazaquistão.

Os melhores jogadores de ténis estão cansados de jogar tantos torneios

Pedro Keul

Carlos Alcaraz e Alexander Zverev foram os mais recentes atletas a criticar o calendário competitivo sobrecarregado

Graças a uma exibição sensacional diante de Taylor Fritz no derradeiro encontro, Carlos Alcaraz foi a grande figura da última edição da Laver Cup, realizada no passado fim-de-semana. Mas além de ter contribuído com os pontos necessários para a selecção da Europa recuperar de 4-8 no último dia e vencer (13-11) a equipa do mundo, o jovem tenista espanhol foi também notícia ao alertar para o calendário sobrecarregado do circuito profissional masculino.

A Laver Cup foi a 14.ª prova que Alcaraz disputou esta época, que, para o tenista de 21 anos, deverá terminar no fim de Novembro, com a fase final da Taça Davis. Já com 52 encontros de singulares realizados (e mais seis de pares), Alcaraz reconheceu a luta com a falta de motivação e lamentou a obrigatoriedade, imposta pela ATP, de participar em vários torneios: oito dos nove Masters 1000 e pelo menos quatro ATP 500.

ANNEGRET HILSE/REUTERS



Carlos Alcaraz critica o elevado número de torneios

"Por vezes não me sinto motivado. Como já disse muitas vezes, o calendário é muito apertado e há muitos torneios, por isso não tenho dias de folga ou não tenho tantos dias livres como gostaria. Por vezes gostaria de tirar uns dias para mim, mas não consigo; tenho de treinar e viajar e também há o *jet lag*... Por isso, às vezes não me apetece ir aos torneios, não vou mentir", confessou.

A duração média dos encontros nos grandes torneios aumentou em 25% desde o início do século e está mais exigente do ponto de vista físico, pois joga-se com mais potência e velocidade. Para jogadores de topo como o número três do ranking, campeão este ano em Roland-Garros e Wimbledon e medalha de prata nos Jogos de Paris, o risco de lesões, saturação mental e perda de motivação tem aumentado consideravelmente.

"Já senti isso várias vezes, porque gostaria de ficar em casa com a minha família ou com os meus amigos, e tenho de encontrar a motivação para simplesmente ir jogar o ténis certo", revelou o tenista que ocupou o topo do ranking em 2022, após conquistar o primeiro de quatro *majors*, no US Open.

Contudo, Alcaraz reconhece que há alguns jogadores que se sentem confortáveis com este calendário. "Muitos acreditam que este é um bom calendário. Eu sou daqueles que pensam que há muitos torneios obrigatórios e que, provavelmente, nos próximos anos haverá ainda mais. Então, vão matar-nos de alguma forma. Neste momento, muitos bons jogadores vão falhar muitos torneios devido a lesões", avisou Alcaraz.

O espanhol foi secundado nas críticas por Alexander Zverev, seis anos mais velho. O tenista alemão defende que o calendário actual é insustentável e potencialmente perigoso para a saúde, física e mental, dos jogadores.

"Não há desporto em que se compita tanto, não pode continuar assim", disse o alemão, dando como exemplo a época em curso que começou a 29 de Dezembro e termina no fim de Novembro.

A perda de influência dos jogadores nas decisões da ATP – criada em 1990 por jogadores – tem sido uma das queixas mais antigas no circuito masculino. "Aqui é tudo uma questão de dinheiro, é a única coisa que interessa à ATP, nós, jogadores, não temos poder de decisão", resume Zverev.

O excesso de torneios no circuito profissional não é um exclusivo dos homens. Também Iga Swiatek, líder do ranking mundial feminino, já se tinha queixado do aumento de torneios obrigatórios (dez WTA 1000 e seis WTA 500). A dois meses do final da época, a polaca de 23 anos já leva 61 encontros realizados em 2024.

Penáltis por assinalar a favor de Sporting e Benfica

Análise



Pedro Henriques

Na jornada seis da I Liga houve alguns erros de análise de arbitragem que envolveram até o VAR nos jogos em que participaram os três primeiros da classificação.

Vitória-FC Porto

Minuto 41, a bola ainda entrou na baliza dos vitorianos, mas o jogo já estava interrompido porque, na construção da jogada, Samu dominou e tocou na bola com o seu braço esquerdo. Uma falta atacante bem vista e sancionada pelo árbitro.

Minuto 57, João Mário, ao cabecear a bola de forma defeituosa, acabou por fazer com que esta fosse contra o seu braço direito, que estava aberto e em posição normal para o movimento que estava a fazer. De relembrar que, normalmente, estas bolas que de ressalto vão de uma parte do próprio corpo para o braço/mão não são punidas, pois são inesperadas, de perto e não deliberadas.

Minuto 58, golo legal dos "dragões" sem infracção ao fora de jogo, pois, no momento do passe de Francisco Moura para Samu, este é colocado em jogo (106cm) por Tomás Ribeiro.

Sporting-AVS

Minuto 32, pontapé de penálti que ficou por assinalar e que o VAR também interpretou como tal, mas o árbitro, após ir ao monitor, quis manter a sua decisão de nada assinalar. Na ocasião, Fernando Fonseca, que inicialmente tinha o seu braço esquerdo dobrado e junto ao corpo, abriu e esticou completamente o mesmo de forma deliberada e com a sua mão interceptou a trajectória da bola numa volumetria excessiva fora do plano do corpo e nada natural para o movimento executado. Além disso, foi perceptível, na repetição, que não obstante estar de costas rodou a cabeça e viu a bola e a sua trajectória.

Minuto 62, Roux, que já tinha sido advertido de forma correcta ao minuto 39, deveria ter visto o segundo amarelo por agarrar de forma evidente e ostensiva Gyökeres impedindo-o de prosseguir na direcção da baliza adversária, tendo para o efeito, caso não sofresse falta, caminho e espaço para o fazer.

Minuto 86, Roux de novo rasteirou Gyökeres à entrada (ainda fora) da área. O árbitro nada assinalou, mas era infracção para livre directo e amarelo (seria o segundo) por corte de ataque prometedor.

Minuto 90, Roux pela terceira vez no jogo entrou de sola e com o seu pé esquerdo acertou e derrubou o pé direito de Gyökeres fora da área e em zona central da mesma (já dentro da meia lua). O árbitro nada assinalou, mas era falta passível de livre directo e de cartão amarelo (seria o segundo) por corte de ataque prometedor.

Boavista-Benfica

Minuto 37, Tomás Araújo pôs-se a jeito ao colocar a mão nas costas de Agra no interior da área, mas o contacto que existiu foi insuficiente em termos de intensidade e consequência para ser penálti.

Minuto 48, antes de o guarda-redes Tomé Sousa de forma inadvertida cometer penálti sobre Pavlidis (joelho esquerdo no pé esquerdo), há uma falta atacante bem assinalada pelo árbitro de Tomás Araújo sobre Joel Silva num claro bloqueio com uso do corpo e dos braços que impediu o movimento de deslocação do jogador "axadrezado".

Minuto 72, penálti claro e óbvio que ficou por assinalar a favor dos "encarnados". Na ocasião, Bruno Onyemaechi por trás e de forma imprudente acertou com a sua canela direita no gémeo esquerdo de Di María, acabando por o derrubar e, desta forma, impossibilitar de continuar com a bola que estava na sua frente e claramente dominada. Era um lance para intervenção do VAR, pois em todas as repetições as imagens são muito evidentes e esclarecedoras da entrada faltosa da sua intensidade e, sobretudo, da consequência.

Minuto 90, terceiro golo dos "encarnados" completamente legal. Artur Cabral, não obstante o contacto no ombro sobre Bruno Onyemaechi, não cometeu falta e depois, mesmo dominando a bola de cima para baixo com a sola da bota, não fez jogo perigoso sobre o jogador "axadrezado".

Ex-árbitro de futebol

BARTOON LUÍS AFONSO



E porém de mecenas (ainda) poucos temos

Não é o fim do mundo



Pedro Adão e Silva

Num poema epistolar, Diogo Bernardes perguntava: "*Porque menos Coimbra do que Atenas,/Porque mais fará Roma que Lisboa/ Cantar ao som das armas as Camenas?*", para depois constatar, com amargura: "*E porém de Mecenas tantos temos/Como de brancos tem a Etiópia...*". Estava-se no século XVI e os escritores viviam dependentes de favores dos patronos. As cartas d'O Lima são um caso singular de publicitação de pedidos privados, atravessadas pela necessidade do poeta minhoto de encontrar sustento: "*Que val por derradeiro um bom ingenho/(...) Se sempre com as mãos vazias venho?*"

Cinco séculos decorridos, temos em Portugal um quadro distinto: existem recursos públicos para a cultura, mobilizados de forma crescente na administração central e local; o mercado funciona e há práticas consolidadas de recurso ao mecenato. Estamos, por isso, distantes do mundo de Diogo Bernardes, quando a criação artística dependia exclusivamente de favores discricionários de indivíduos ricos. No entanto, o dinamismo atual coexiste com um diagnóstico – largamente partilhado – de que é preciso continuar a aumentar as dotações públicas e de que o sistema de incentivos em vigor é insuficiente para mobilizar a sociedade civil a assumir um compromisso mais determinado. Em consequência, o nosso mecenato cultural está concentrado num universo ainda muito restrito de patronos, e o financiamento da cultura tem uma participação bastante escassa dos privados.

Ao longo dos últimos seis meses, evitei pronunciar-me sobre política cultural. Julgo que é o que compete a quem exerceu funções governativas: é a melhor forma de preservar a continuidade nas políticas e de respeitar o espaço de afirmação dos sucessores. Abro hoje uma exceção.

Amanhã, o Parlamento apreciará um projeto de lei do PS que retoma o essencial de uma proposta de lei, aprovada no derradeiro Conselho de Ministros do Governo anterior, para rever profundamente o estatuto do mecenato cultural. Essa proposta resultou de um trabalho longo, que implicou muita articulação no interior da administração pública (em particular com as Finanças) e a auscultação estruturada de centenas de entidades do setor. Por depender de apreciação do Parlamento – entretanto dissolvido –, o processo não chegou a bom termo. Estou convencido de que este é um daqueles casos em que deitar fora o trabalho feito, sem procurar consensos partidários alargados, seria uma perda para o país.

DANIEL ROCHA



> **Ao longo dos últimos seis meses, evitei pronunciar--me sobre política cultural. Abro hoje uma exceção**

Encaro a cultura como uma responsabilidade que deve ser partilhada entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Essa complementaridade garante a diversificação das fontes de financiamento e promove a autonomia artística dos criadores, o que é crucial. Seria sem dúvida um erro estimular a mobilização de recursos privados se isso servisse de pretexto para que o Estado recuasse nas suas responsabilidades; mas não vejo motivo para os privados não desempenharem um papel mais relevante, complementar ao esforço público. É o que este diploma procura fazer: aposta na simplificação administrativa, aumenta muito os incentivos ao investimento na cultura em sede de IRC e introduz soluções inovadoras, que visam estimular os mercados culturais e democratizar o acesso à cultura.

O Portugal de hoje tem pouco a ver com o de Diogo Bernardes, quando os recursos eram escassos e a criação artística assentava numa lógica transacional, dependente do gosto de quem financiava. Mas a cultura continua a precisar de mais recursos públicos e de incentivar a participação dos privados, tanto para valorizar o património cultural do país quanto para estimular o dinamismo artístico que atravessa a nossa sociedade.

Colunista

12564
5 601073 016049